UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLAY EWERTHON ALVES DO NASCIMENTO

O DISCURSO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ALAGOAS: DO AMBIENTALISMO RADICAL AO CINISMO EMPRESARIAL

MACEIÓ
Dezembro de 2015

CLAY EWERTHON ALVES DO NASCIMENTO

O DISCURSO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ALAGOAS: DO AMBIENTALISMO RADICAL AO CINISMO EMPRESARIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL) como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa História e Política da Educação.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante.

MACEIÓ
Dezembro de 2015

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

N244d Nascimento, Clay Ewerthon Alves do.
O discurso da Educação Ambiental em Alagoas: do ambientalismo radical ao cinismo empresarial / Clay Ewerthon Alves do Nascimento. – 2015.

147 f. : il.

Orientadora: Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 125-131.

Anexos: f. 132-147.

1. Educação ambiental - Alagoas. 2. Ambientalismo. 3. Analise do discurso. 4. Ideologia. 5. Cinismo. I. Título.

CDU: 372.850.4

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

O discurso da educação ambiental em Alagoas: Do ambientalismo radical ao cinismo empresarial.

CLAY EWERTHON ALVES DO NASCIMENTO

Dissertação de mestrado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 09 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante(PPGE/UFAL)
(Orientadora)

Kátia Maria Silva de Melo
Profa. Dra. Kátia Maria Silva de Melo (PPGE/UFAL)
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente (PPGLL/UFAL)
(Examinador Externo)

Dedico a tua memória Octávio. Tu que foste o iniciador na defesa ecológica da Mundaú e da Manguaba. Poeta, teu exemplo ecoa entre nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a quem nos incentivou a dar continuidade aos estudos da graduação e tentar o mestrado como forma de superação de obstáculos colocados pela vida: ao meu irmão Klewerson Alves e ao amigo Sérgio Santos. Ainda que neste momento, pelas circunstâncias da vida, estejamos afastados, o segundo mais que o primeiro, foram vocês dois, cada qual a sua maneira, que me ajudaram a dar o pontapé inicial nesse desafio.

Agradeço a Professora Socorro Aguiar, orientadora dessa dissertação, pelo exemplo de humildade e pelo incentivo em não desistir no meio do caminho. Sem a sua compreensão e abertura permanente ao diálogo, esse texto não poderia ter sido tecido. Mais que um aluno-discípulo, a senhora tem um admirador de seu trabalho pedagógico.

Aos integrantes da banca de qualificação e defesa, Prof.ª Kátia de Mello e Prof. Sóstenes Ericson, que também demonstraram humildade e sabedoria frente aos erros e a diferença.

Essa dissertação, não seria possível também, sem a companhia e incentivo da Renata Cordeiro. Companheira dissertasse comigo as amarguras da vida, por isso o escrito também é teu.

Aos companheiros e companheira mais próximos da turma de mestrado: Kleverton Almirante, Adalberto Café e Vanessa Rego.

Aos familiares, em especial ao primo Josias Júnior e a minha mãe Josélia Alves, pelo apoio dado quando mais foi preciso.

Agradeço a ti também, Samuel Rodrigues, pela amizade incondicional nesta jornada.

À Jaciara Alves, pelo redespertar para a vida. Flor da Manguaba, vieste pelos canais, deixaste o Mundaú, me tocaste na Restinga, perfumando os retoques finais deste humilde texto.

À CAPES e a FAPEAL pela bolsa cedida via edital, que permitiu custear parte dos estudos.

Por fim, ciente de que não agradeci a todos e todas, sintam-se agradecidos e agradecidas aqueles e aquelas que de alguma forma tiveram contato comigo, por mínimo que tenha sido, pois a vida é um eterno fluxo, uma teia tecida por vários fios que formam uma unidade, e portanto, há interligação em tudo, a vida é coletiva e essa dissertação também.

Como se nasce plátano ou carvalho
Eu nasci mangue no meu pátrio solo
Jorge de Lima

deste canto minúsculo do mundo, saúdo-te otávio !
E envio este cantar: músculo do amanhã,
entrega do débito que para contigo temos:
recebe-o e perdoa-nos.
José Geraldo W. Marques

Minha concepção de pátria é a mesma de Eliseu Reclus. (...)
Não queria ver a grandeza do Brasil a custa da miséria de outro povo.
Octávio Brandão

RESUMO

Esta dissertação parte do pressuposto que a dissociação da Educação Ambiental (EA) das lutas históricas ambientalistas constitui um recurso ideológico das classes dominantes. Partindo também do pressuposto que em Alagoas houve uma formação de um movimento ambientalista com uma história de lutas antagônicas a degradação ambiental promovida pela empresa cloroquímica Salgema, atual Braskem, nos propomos a analisar o discurso de EA da empresa Braskem e do Instituto Lagoa Viva (ILV), impulsionador do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV) a ela ligado. Contruimos nosso discurso dissertativo, a partir da teoria e método da Análise do Discurso (AD) de linha francesa (Pêcheutiana) somada as contribuições de Bakhtin/Volochínov, Mészáros e a perspectiva ontológica de Lukács, ampliando o arcabouço teórico para um campo que denominamos de heterodoxo, com o diálogo com a perspectiva anarquista, com maior ênfase para as contribuições da *Ecologia Social* de Murray Bookchin, a fim de construirmos um campo de EA pouco discutido no Brasil: a *Educação Ambiental Libertária*. Para fundamentar essa nossa opção epistemológica, teórica e discursiva, lançamos um olhar para a Teoria Crítica, discutindo seu método interdisciplinar. A Teoria Crítica é dialogada também a partir do próprio campo da Educação Ambiental e a partir da filosofia de Slortedijk. Lançamos alguns olhares discursivos sobre o objeto propondo alguns caminhos de sentidos que passam pela memória histórica e por ideologias como paternalismo e cinismo. O corpus foi organizado a partir de uma matéria de jornal online do grupo empresarial Odebretch/Braskem, do documento Política sobre Responsabilidade social da Braskem e de um número da revista do ILV. A dissertação está organizada em quatro seções: 1) Fundamentos teóricos para uma Educação Ambiental libertária, no qual lançamos nossa perspectiva teórica de EA em construção; 2) Teoria do discurso e ideologia, centrada na concepção de discurso crítica ao capitalismo 3) A problemática ecológica e o objeto de pesquisa, onde se situa brevemente a EA e o ambientalismo em Alagoas 4) O cinismo empresarial contra as lagoas vivas, no qual analisamos o discurso de EA em questão e o apontamos como conservador, paternalista e cínico.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ambientalismo. Discurso. Ideologia. Cinismo.

ABSTRACT

This dissertation draws upon the assumption that the dissociation of the Environmental Education (EA – Educação Ambiental, in Portuguese), of the environmentalists' historical struggles constitutes an ideological resource of the ruling classes. Also based on the presupposition that in Alagoas there was a formation of an environmental movement with a history of antagonistic fights and environmental degradation promoted by the Salgema's clorochemical company, actually called Braskem, we propose to analysis the EA speech of the Braskem company and of the Lagoa Viva Institute (ILV – Instituto Lagoa Viva), booster of the Lagoa Viva Environmental Education Program (PLV - Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva) attached to it. We constructed our argumentative discourse, from the theory and method of Discourse Analysis of a French line (Pêcheutiana) plus the contributions of Bakhtin/Volochínov, Mészáros and the ontological perspective of Lukács, expanding the theoretical outline for a field that we call heterodox, with the dialogue of an anarchist perspective, with greater emphasis for the contributions of Social Ecology of Murray Bookchin, in order to build an EA field rarely discussed in Brazil: The Environmental Education Libertarian (*Educação Ambiental Libertária*). To substantiate this our epistemological, theoretical and discursive option, we launched a look to the Critical Theory, discussing its interdisciplinary method. The Critical Theory is also dialogued from the own field of the Environmental Education and from the philosophy of Slortedijk. We launched some discursive perspectives on the object, proposing some ways of directions that passes through the historical memory and through ideologies as paternalism and cynicism. The corpus was organized from an online newspaper article of the business group Odebretch/Braskem, of the document Policy on Braskem's Social Responsibility and of a ILV magazine's number. The dissertation is organized into four sections: 1) Theoretical Fundaments for an Environmental Education Libertarian, in which we launched our theoretical perspective of EA under construction; 2) Theory of Discourse and Ideology, centered on the concept of critical discourse of capitalism; 3) The Ecological Problems and the Object of Research, where it is located shortly the EA and the environmentalism in Alagoas; 4) The Business Cynicism against Living Ponds, in which we analyzed the EA's speech in question and pointed out like conservative, paternalistic and cynical.

Keywords: Environmental Education. Environmentalism. Discourse. Ideology. Cynicism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL LIBERTÁRIA.....18

1.1 Pontuações para uma visão crítica da pesquisa e práxis em Educação Ambiental.....18

1.2 Perspectivas teórico-epistemológicas na pesquisa acadêmica: do estado da arte à heterodoxia crítica.....27

1.3 A importância da Teoria Crítica na pesquisa e práxis em Educação na atualidade.....30

1.4 Construindo uma visão crítica de Educação: por uma Educação Ambiental Libertária.....34

2 TEORIA DO DISCURSO E IDEOLOGIA.....46

2.1 O discurso: materialidade das ideologias.....46

2.2 A língua: da crítica Bakhtiniana à concepção crítica do discurso.....48

2.3 Trabalho, Ideologia e a crítica à Propriedade capitalista.....53

3 A PROBLEMÁTICA ECOLÓGICA E O OBJETO DE PESQUISA.....58

3.1 Ambientalismo em Alagoas: memórias e referências históricas a Octávio Brandão.....58

3.2 Educação Ambiental em Alagoas: da crítica ambientalista à resposta conservadora da Indústria Química.....65

3.3 Hipótese e objetivos.....70

4 O CINISMO EMPRESARIAL CONTRA AS LAGOAS VIVAS.....71

4.1 Prelúdio à tragédia.....71

4.2 Vida e Morte das lagoas no movimento ideológico dos sentidos.....82

4.3 O paternalismo como Formação Discursiva da EA Lagoa Viva.....101

4.4 A censura e o cinismo da Educação Ambiental empresarial em Alagoas.....110

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....122

REFERÊNCIAS.....125

ANEXOS.....132

ANEXO A - Documento *Política sobre Responsabilidade Social* (Braskem), do qual compomos Sequências Discursivas para a análise.....132

ANEXO B - Jornal *Quilombola*, cuja imagem de capa foi utilizada no corpo da análise.....136

ANEXO C - Carta-convite para seminário organizado pelo SINDPETRO/AL-SE, cuja imagem de capa foi utilizada no corpo da análise.....140

ANEXO D - Cartilha contra o amianto, da qual utilizamos uma imagem no corpo da análise.....141

INTRODUÇÃO

> *Vimos que os rios estão morrendo. Os CANAIS e as LAGOAS estão secando. Mas não é somente isto!*
>
> *Vivemos em uma dolorosa inconsciência da vida; em um estado marasmático, estúpido, aniquilador (...).*
>
> *Perdemo-nos em discussões estéreis, em falácias tolas, em discursos balofos.*
>
> Octávio Brandão (Canais e Lagoas, 1919)

A educação como um campo de estudo interdisciplinar se aproxima ou se assemelha bastante à filosofia, principalmente, quando se permite vê-la para além da institucionalidade, de forma abrangente, abarcando a totalidade social. Assim também ocorre, ou deveria ocorrer, quando tratamos da Educação Ambiental (EA), uma das formas da educação que**,** necessariamente, deve dialogar de maneira interdisciplinar e/ou transdisciplinar, articulando saberes das ciências naturais e das ciências sociais, devendo ir à totalidade dos problemas ambientais, ou seja, abarcando a raiz da problemática em seu aspecto mais radical possível, para além do romantismo ecológico, predominante nos discursos de defesa da natureza que se perde nos imediatismos e institucionalismos.

Uma questão importante, ressaltada neste trabalho, é que, apesar de ter-se tornado comum, com um aparente consenso, desde seu surgimento a EA não é homogênea; traz, em sua constituição histórica, conflitos conceituais e ideológicos diversos, o que tornou necessário situar a questão ambiental historicamente, para termos uma visão ampla das condições de produção do discurso de EA a partir de seu próprio campo discursivo e de suas disputas internas.

Um ponto central neste trabalho é a abordagem da EA a partir de uma teoria ambientalista crítica. Ou melhor, de uma **Educação Ambiental Libertária**[1], apoiada numa perspectiva teórica heterodoxa, levando em conta as teorias acadêmicas e não acadêmicas transformadoras da realidade que convergem numa perspectiva socialista: o anarquismo e o marxismo. Assim, transitamos, ora pela teoria marxista, ancorados na vertente crítica heterodoxa do materialismo interdisciplinar da escola de Frankfurt, sobretudo, pela leitura feita por alguns herdeiros contemporâneos, seja no campo da

[1] Com nosso trabalho, tentamos dar uma contribuição à formação de uma vertente acadêmica interna ao campo da Educação Ambiental, a *Educação Ambiental Libertária*, ainda em gestação e iniciada com alguns trabalhos, dos quais destacamos os de Barchi (2006) e Silva (2007).

Educação Ambiental (Nobre, Layrargues, Loureiro) ou da filosofia (Sloterdijk, Safatle); ora pela Análise do Discurso (AD) de origem francesa (Pêcheux), ampliada pela perspectiva de teóricos como Mészáros e Bakhtin, bem como com o diálogo com a perspectiva da ontologia de Lukács. Do anarquismo nos valemos principalmente da filosofia da Ecologia Social fundada por Bookchin; bem como da premissa política clássica da crítica ao capital e ao Estado (concepção de Bakunin) que permeia direta ou indiretamente todo o estudo.

Partimos da premissa de que a Educação Ambiental de maneira geral, seja nas suas formas mais conservadoras, seja nas formas críticas, tem sua origem ou base nos conflitos gerados pela identificação de problemas ambientais e sociais. No entanto, há um movimento produzido por parte da ideologia conservadora que tenta universalizar o discurso em defesa da preservação de maneira cínica, afirmando ideias superficiais e produzindo efeitos de consensos, apostando em iniciativas individuais como a ideia tão em moda hoje do consumo consciente, que só nos leva ao distanciamento da verdadeira preservação da natureza e a uma "falsa consciência" consciente. Negamos, em nosso estudo, a autodestrutividade cínica capitalista e afirmamos a necessidade de uma Educação Ambiental consciente, não somente da necessidade de preservar a natureza, mas também consciente do mecanismo ideológico cínico, da necessidade de diferenciação explícita entre as concepções de EA, a fim de evitar a falência da crítica ambientalista e a perda da radicalidade[2]. Para tanto foi necessária a utilização de uma concepção teórica que levasse em conta a meta de uma natureza equilibrada associada aos movimentos sociais de maneira geral e aos movimentos ambientalistas[3] em particular, única maneira de se chegar às raízes da problemática ambiental e contribuir para sua solução global.

Uma hipótese aqui trabalhada é de que a dissociação da EA das lutas históricas ambientalistas constitui um recurso ideológico das classes dominantes, no caso de sujeitos defensores abertos da formação social capitalista ou até mesmo daqueles que

[2] Fazemos alusão à discussão filosófica feita por Vladimir Safatle que nos permite o entendimento do funcionamento da ideologia capitalista através do conceito de cinismo. Para este autor o cinismo moderno e seus mecanismos ideológicos levam à falência da crítica.

[3] Consideramos como parte dos "movimentos ambientalistas" os sujeitos, grupos/coletivos que lutam em defesa das causas relativas a natureza. Assim, discordamos da visão que coloca tudo que defenda o "verde" no discurso, como os projetos empresariais por exemplo, como um avanço para o ambientalismo. Este deve diferenciar-se o máximo da perspectiva do capital, evitando a perda de sua radicalidade.

estão subsumidos (consciente ou inconscientemente) à *Formação Ideológica* (FI)[4] do mercado ou do capital. Nesse caso, a dissociação da EA de uma de suas origens mais expressivas em termos de transformação política, a origem do ativismo ambientalista, é uma forma de silenciamento das bases mais críticas e/ou dos principais motivos de seu surgimento: a defesa intransigente e radical de uma nova perspectiva de vida humana que permita o reequilíbrio da natureza. O *silenciamento* da perspectiva ambientalista crítica radical serve para emperrar o desenvolvimento transformador da EA, ao mesmo tempo em que dissemina a falsa ideia de que se está transformando.

Além das questões teóricas fundamentais que já foram citadas, tornou-se importante relembrar, nesta introdução, alguns caminhos anteriores que percorremos para a chegada até o objeto de pesquisa dessa dissertação, pois nosso tema dá continuidade e aprofundamento teórico a uma formação ambientalista que se inicia durante a graduação em Biologia e na participação nos movimentos estudantis a partir do ano de 2004.

A participação na formação acadêmica das ciências ligadas à natureza, com destaque para a Geografia e a Biologia, como se pode compreender a partir do estudo das raízes teóricas do ambientalismo e da EA, facilita a adesão à crítica da degradação ambiental, por lidar com temas diretos dessa problemática. Podemos citar, para corroborar esse pensamento, alguns dos intelectuais acadêmicos brasileiros contemporâneos ligados direta ou indiretamente a EA: biólogos (Loureiro, Layrargues, Marques, Sato); geográfos (Gonçalves, Guimarães, Waldman).

Ao procurar ideias e temas para elaboração do trabalho de conclusão de curso (tcc) de Ciências Biológicas Licenciatura, desde os primeiros anos de graduação, percebemos a diversidade de problemas que poderiam ser tratados no campo da Biologia, sob uma perspectiva social e ecológica. Os temas que nos chegavam eram diversos: *Biotecnologia* (Transgênicos e sua implicação para a agricultura familiar e saúde dos consumidores); *Áreas de Preservação Ambiental* (Parque Municipal de Maceió e limites de sua conservação); *Ecologia e Ecologismo* (Rio São Francisco: luta de comunidades tradicionais e ecologistas na defesa da várzea; a campanha nacional contra o projeto de transposição das águas do rio); *Meio Ambiente e Economia* (Impactos ambientais na história da monocultura da cana-de-açúcar); *Movimento ambientalista em Alagoas* (com ênfase nos estudos sobre o Movimento Pela Vida -

[4] As categorias Formação Ideológica e Silenciamento, dentre outras presentes na Análise do Discurso são abordadas posteriormente.

Movida- e o movimento ecológico em defesa da Varzea da Marituba[5]); além de outros temas indicados por companheiros e companheiras militantes e por alguns educadores e educadoras que tínhamos entrado em contato.

A riqueza de assuntos e problemas impressionara bastante, principalmente a existência de debates e movimentações ambientalistas, com algumas características locais bem peculiares e não divulgados academicamente. Dessa forma, no vai e vem dos estudos e da militância houve um amadurecimento e uma identificação maior com o tema da preservação/conservação do Complexo Estuarino Lagunar Mundáu-Manguaba (CELMM). Assim, podemos retomar nossa proximidade "ancestral" com a lagoa Mundaú, dessa vez pelos livros, de forma qualitativamente diferente. Retomada, no sentido de que, quando éramos crianças e adolescentes, brincávamos à beira da lagoa no lugar chamado "bezinha", por trás do empreendimento industrial poluidor em questão neste estudo, e nem sequer tínhamos ideia do quanto perigoso era. Como acontecia naquela época e acontece ainda hoje, ao passarmos pela estrada de acesso à lagoa, tomávamos, literalmente, banho de cloro. Apesar de sermos diretamente afetados pela poluição, a perspectiva crítica não podia ainda se manifestar por falta de formação ideológica para tanto. O ecologismo não fora e não é ensinado nas escolas.

O tema que queríamos tratar naquele momento era a questão da percepção ambiental dos pescadores e de sua organização reivindicativa. Um tema que também nos traz sentidos de ancestralidade, por sermos provenientes de família de pescadores[6]. Com essa ideia bastante vaga, procuramos orientação acadêmica; a etno-ecologia entra em cena com a proposta de produção de um material paradidático educativo voltado para crianças, a partir obra de José Geraldo W. Marques[7]. Ao maturar esse "projeto" chegamos finalmente à ideia de trabalhar a Educação Ambiental com/para o CELMM. Assim, planejamos o objeto de pesquisa para a produção de um material mais amplo, a fim de preencher uma lacuna importante que identificamos na realidade alagoana: a falta de materiais de EA, específicos para essa região.

---

[5] O *Comitê de Defesa da várzea da Marituba,* criado em Maceió e formado pelas entidades ambientalistas Movimento Pela Vida, Ecoterra, Grupo de Estudos e Ação Biológica (GEAB), Brigada Ecológica, Partido Verde e Grupo de Etnoecologia, lutou contra um projeto de irrigação e drenagem da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), nos anos 80 e 90.

[6] Nosso avô sustentava com a pesca uma família de 12 pessoas. A fartura era tanta que Tonho Bão (1945-2015), como ficara conhecido Antônio Alves, não negava peixes para os pobres que precisavam, uma prática comum entre pescadores da região lagunar ainda hoje. Com o passar dos anos a pescaria decresceu em produtividade até chegar o momento em que a pesca na lagoa já não era mais seu trabalho principal.

[7] Biólogo, Etnoecológo, poeta e ambientalista, foi um dos principais atores na luta em defesa da Várzea da Marituba. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Até aquele momento da definição do que iríamos pesquisar, tínhamos uma relutância em discutir sobre os temas da Educação Ambiental. Isso se deveu pelo fato de haver se formado em nossa consciência um ceticismo sobre a EA. Esse pé atrás tinha basicamente dois motivos: um é que o termo "Educação Ambiental" tem sido vinculado a atividades diversas, em grande parte associado a práticas de *marketing* de empresas poluidoras. Nossa percepção era que tais atividades, que não podem ser feitas a partir de uma reflexão crítica, tiram geralmente o foco das questões relacionadas aos impactos ambientais e focalizam temas gerais, descontextualizados; segundo, pelo nosso desconhecimento do potencial transformador que poderia ter a EA, se a mesma fosse trabalhada a partir de uma perspectiva revolucionária. Com poucas leituras a mais percebemos que também na Educação Ambiental, assim como nos diversos campos do conhecimento científico, podem existir várias perspectivas, algumas que se tornam, inclusive, antagônicas umas as outras. O que desfaz a noção anterior de uma hegemonia "absoluta" do conservadorismo na EA.

Além das pesquisas do TCC, a outra influência significativa para que chegássemos ao objeto dessa dissertação foi à participação no Movimento Estudantil de Biologia (MEBio). Nossa intervenção no movimento nacional e local através do centro acadêmico de Biologia (CABio), nos influenciou a abraçar uma importante concepção do movimento ambientalista, válida para os dias atuais: agir local, pensar global, pensar local, agir global. Adeptos de um movimento estudantil fortemente organizado, autônomo e combativo, enfrentamos uma corrente ambientalista adepta da ideia autoritária do método de decisões obrigatoriamente pelo consenso. Travestida de uma falsa autonomia baseada na liberdade individual, essa ideologia longe de dinamizar emperrava o movimento. Não aceitava decisões por maioria, por acreditar que a maioria oprimia a minoria. O voto chegava simplesmente a ser repudiado. Não enxergavam que a crítica anarquista não era ao voto em si, mas ao voto nas eleições parlamentares. O voto como método decisório não é alheio à teoria e prática anarquistas. Ele está presente desde as primeiras organizações especificamente anarquistas como a Fraternidade Internacional e a Aliança da Democracia Socialista, que teve como principal impulsionador Mikhail Bakunin. O anarquismo utilizou/utiliza o voto como método decisório não só internamente em suas organizações políticas, mas também no âmbito social, vide a experiência sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista.

Críticas semelhantes à que retomamos agora foram feitas bem antes por Bookchin (2010, p. 62-63) ao movimento ambientalista clássico, evidência de um problema crítico

generalizável para qualquer movimento social emancipatório. Para este autor, a prática desejável do consenso como alternativa ao voto de maioria como meio de decisão, era mistificada pelo "anarco-primitivismo" e levada a manipulações gritantes e a um autoritarismo traiçoeiro em nome da autonomia e da liberdade.

Nossa participação no movimento anarquista[8] nos permitiu uma concepção crítica ao consenso como método decisório obrigatório; crítica essa que retomamos nessa dissertação. Nesse caso fazemos a crítica do consenso para além do mecanismo decisório, o qual não é tratado aqui por este viés, e sim visto como um funcionamento complexo da ideologia dominadora hegemônica. Buscamos entender mecanismos discursivos, parte da busca pela naturalização do que Loureiro (2003, p.12-14) chamou de consenso ecológico. Esse discurso de consenso centrado na ideia de solidariedade, o qual esse autor chamou de "discurso solidário", escamoteia "posições autocráticas do poder público ou de segmentos empresariais".

Estas breves referências citadas até agora, nos permitiram criar um olhar crítico e analítico da realidade ambiental e nos fizeram questionar o discurso verde oficial circulante. A necessidade de aprofundamento nas reflexões nos levou à formulação do problema dessa dissertação sobre o principal projeto de EA no Estado de Alagoas. Trata-se do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva e da empresa Braskem, sua financiadora. Elegemos o discurso de EA como objeto, elaborando uma concepção crítica a este, trazendo a memória do movimento ambientalista alagoano em confronto com a concepção ambiental hegemônica, a fim de favorecer a busca de saídas para a crise da ideologia cínica reinante. Contrastamos também ao objeto outras materialidades discursivas críticas, como a luta pelo banimento do amianto encampada pelo sindicato dos trabalhadores e a denúncia da poluição por jornal popular militante.

A crítica ao cinismo empresarial traz à cena teórica o velho filósofo grego Diógenes, para dizer que este cinismo de hoje não é aquele cinismo (*kinismo*) grego antigo, mas uma inversão; uma cínica deturpação das raízes do kinismo original. Aquele Diógenes que vivia como um cachorro e desdenhava da riqueza não poderia concordar com o cinismo maquiavélico moderno. Dessa forma, tentamos recuperar a crítica do kinismo, apoiado em Sloterdijk e sua releitura crítica contemporânea.

---

[8] Definimos o anarquismo como uma das vertentes da ideologia socialista. Nascido em meados do século XIX, como movimento social e filosófico, tem como teóricos fundadores o francês Proudhon e o russo Bakunin. A corrente anarquista de crítica ao consenso a que nos referimos é o *especifismo*. Esse, tem origem com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) nos anos 60 e chega ao Brasil nos anos 90.

A dissertação está composta de quatro seções (capítulos). Na primeira, *Fundamentos teóricos para uma Educação Ambiental Libertária*, discutimos a pesquisa e práxis em Educação Ambiental, a partir de uma perspectiva crítica e heterodoxa, culminando numa visão de EA libertária, tendo como referente principal o anarquista e ecologista social Murray Bookchin.

Na segunda seção, intitulada Teoria do discurso e ideologia, trabalhamos mais aspectos teóricos, definindo também o método que utilizamos para analisar o objeto de pesquisa: a Análise do Discurso (AD).

No capítulo 3 tratamos da construção da problemática e do objeto de pesquisa, com uma breve revisão bibliográfica.

No capítulo 4º e último, fazemos uma análise do discurso de Educação Ambiental da Braskem e do Instituto a ela ligado, o Instituto Lagoa Viva, coordenador do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva.

Esperamos, com isso, contribuir para o desenvolvimento de uma leitura crítica da Educação Ambiental e da ideologia de forma geral, bem como da EA alagoana em particular, pois os rios estão morrendo, os canais e as lagoas estão secando e a EA hegemônica quer nos fazer acreditar em discursos ocos. Pretendemos com essa dissertação, portanto, influenciar no entendimento de efeitos de sentidos ideológicos conservadores que vem sendo cristalizados a quase duas décadas, que permita o ecoar crítico de novos sentidos que nos levem a radicalidade.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL LIBERTÁRIA.

1.1 Pontuações para uma visão crítica[9] da pesquisa e práxis em Educação Ambiental.

A Educação Ambiental (EA) e elementos/conceitos a ela ligados, direta ou indiretamente, tem-se tornado comuns no discurso educativo de maneira geral. Após décadas de debates, produção teórica e ativismo ambiental, se tornou consenso, mesmo entre aqueles educadores que não se preocupam em organizar os processos de ensino-aprendizagem numa perspectiva ambientalista, que se deve preservar o meio ambiente/natureza. Nenhum educador, mesmo o mais conservador em matéria de

[9] O debate em torno de uma Educação Ambiental Crítica está posto entre os principais estudiosos brasileiros da questão, tendência teórica que disputa ideologicamente o campo da EA.

produção teórica e/ou de transformação política da realidade, teria coragem de se colocar abertamente contrário a essa perspectiva. Com o meio ambiente defendido pela maioria dos grupos sociais, políticos e econômicos, incluindo nessa ampla gama de defensores os governos mais autoritários e empresas extremamente poluidoras que mantém projetos educativos "verdes" cinicamente, tornou-se imperativa a crítica e a diferenciação clara a partir de um posicionamento político.

Tendo em vista o emaranhado de perspectivas, onde se confundem os atores pelo discurso em defesa do verde, e a necessidade de se discutir, a partir de que lugar se fala, delimitando bem as diferenças entre as posições dos atores educativos, concordamos com Rocha & Santos (2014, p.18), quando afirmam que "a posição do pesquisador-autor é vista por nós como elemento central na produção do conhecimento". De acordo com essa perspectiva, uma posição teórico-política intrínseca à pesquisa deve ser explicitada deliberadamente e não ocultada (ROCHA, 2009, p.20), permitindo que os leitores se identifiquem logo de início com o trabalho e não necessitem esmiuça-lo para compreendê-lo em seus aspectos fundamentais, evitando gasto de tempo e de energia desnecessário nas pesquisas[10]. Não queremos dizer com isso que não devemos ser leitores de perspectivas diferentes das nossas. É importante conhecer as diversas perspectivas, quando queremos entender a dinâmica de determinado campo do conhecimento de forma ampla, a fim de uma melhor compreensão e/ou inserção neste campo estudado. No entanto, mesmo essas pesquisas, quando feitas de maneira descuidada, podem levar o pesquisador a erros teórico-metodológicos que acabam resultando no contrário do que se pretende, ou seja, ocorre a incompreensão do tema em sua perspectiva de totalidade e o necessário confronto entre as diferenças teóricas. Confronto, este, válido não somente para o aprofundamento teórico; também deve ser levado em conta na práxis educativa.

Tomemos um exemplo hipotético[11] para uma breve discussão: imaginemos que, uma vez por mês, fosse feito um mutirão organizado por professores num determinado

[10] Estamos nos referindo ao tempo de pesquisa tendo em vista a pós-graduação, especificamente a dissertação de mestrado, com seu curto espaço de tempo para amplas leituras. A pós-graduação, âmbito educativo institucional onde se dá uma formação teórica mais consistente no Brasil, impõe a produtividade capitalista, incompatível com um amadurecimento paulatino da pesquisa.

[11] Hipotético, por não se tratar de descrição ou análise direta, apesar de ser levado em conta nosso objeto de pesquisa. Está baseado genericamente na realidade brasileira, em atividades educativas diversas, com destaque para o problema do lixo, muitas vezes colocado como o principal poluente a ser resolvido por cidadãos conscientes. Trata-se de um mecanismo introdutório e didático para esta pesquisa.

colégio de ensino fundamental para catar lixo nos manguezais. Essa atividade faria parte de um projeto, em convênio com as esferas da educação estatal e empresarial.

Imaginemos também que o núcleo da discussão lançada com os alunos fosse a problemática do lixo e que os argumentos principais seriam superficiais: "o lixo degrada o meio ambiente, mata os peixes, deixa a paisagem feia"; "todos somos responsáveis pela poluição, por isso é preciso um consumo consciente"; "jogue o lixo no lixo"; "faça coleta seletiva", "ajude a preservar o meio ambiente, diminua o uso de sacolas plásticas", "pense consciente, pense verde, proteja o meio ambiente" etc. Toda a discussão voltada para mudanças de atitudes individuais em relação ao lixo.

Imaginemos também que a conclusão desse debate, aparentemente progressista, em relação ao "verde" fosse com a defesa da "importância desse tipo de ação como forma de diminuir a quantidade de resíduos sólidos poluentes no meio ambiente".

Sabemos que esse tipo de discurso é muito comum nas escolas públicas e privadas, bem como em programas de educação ambiental empresarial. A estas discussões superficiais lançamos duas perguntas que consideramos fundamentais, de um ponto de vista ambientalista radical: isso resolveria o problema da degradação das lagoas, dos manguezais e restingas adjacentes? Resolveria o problema da ecologia das cidades?

As perguntas de resolução de problemas estão presentes na maioria das teorias e práticas de educação ambiental, com respostas orientadas para possíveis resoluções imediatas. Alguns teóricos educadores ambientais brasileiros lidam com a questão da resolução dos problemas ambientais de forma mais ampla e crítica as soluções por métodos reducionistas e individualistas de ação (Layrargues, 2005; Loureiro, 2004, 2012a; 2012b). Para Loureiro (2004, p.67) a Educação Ambiental deve ser vista como elemento de transformação social e inspirada no fortalecimento dos sujeitos "para a superação das formas de dominação capitalistas".

Ocorre que, mesmo os educadores ambientais que se mantém no campo discursivo da EA crítica, não conseguem se desvencilhar de certa ênfase em exemplos imediatos de resolução de problemas nas suas teorias e práxis, a exemplo de Reigota (1994) e Guimarães (2005), quando se trata da Educação Ambiental historicamente, ou quando se refere ao trabalho escolar com crianças, respectivamente.

Ainda que Reigota (idem) afirme em seu texto didático *O que é Educação Ambiental*, que não é a educação ambiental por si só que resolverá os complexos problemas ambientais do planeta, essa obra dá ênfase ao aspecto de resolução que

criticamos acima, mesmo pretendendo-se mais ampla, colocando a "solução de problemas" como eixo da EA. Esse texto, uma das primeiras obras de EA referência no Brasil, cuja primeira edição foi lançada em 1994 e a segunda em 2009 na coleção de bolso da editora brasiliense, aborda a história e os princípios da educação ambiental a partir das grandes reuniões internacionais e paraestatais que trataram da questão, daí a ênfase na solução de problemas. Esse autor destaca uma seção (capítulo) de sua obra para os objetivos da EA, tal como os definidos na Carta de Belgrado de 1975. Assim, os objetivos da EA na carta, rediscutidos pelo autor seriam: 1 - Conscientização dos problemas; 2 - Conhecimento para uma melhor atuação frente aos problemas; 3 - Comportamento individual e social que leve a uma mudança frente aos problemas; 4 - Competências que devem ser adquiridas para a solução dos problemas; 5 - Capacidade de Avaliação de medidas, programas e projetos que possam causar problemas ambientais a fim de evitá-los; 6 - Participação a partir do entendimento da responsabilidade de indivíduos e grupos promoverem ações imediatas para a solução dos problemas (REIGOTA, 1994, p. 31-34).

A referida Carta de Belgrado, documento proveniente de uma reunião na Iugoslávia promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, fora uma culminância de reuniões anteriores de articulação do Piea (Programa Internacional de Educação Ambiental), programa este que deu continuidade a conferência de Estolcomo de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que havia indicado a necessidade de articulação entre ambiente e educação (LOUREIRO, 2012b, p.77-78). Para Loureiro (idem, p.78):

> O grande mérito desse seminário, apesar de resvalar em um certo economicismo liberal, foi reforçar a necessidade de uma nova ética global e ecológica, vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana, por meio de um novo modelo de desenvolvimento e do entendimento de que tais problemas estão estruturalmente relacionados. Para isso, enfatizou-se a Educação Ambiental como processo educativo amplo, formal ou não, abarcando as dimensões políticas, culturais e sociais, capaz de gerar novos valores, atitudes e habilidades compatíveis com a sustentabilidade da vida no planeta.

Ainda que o autor acima citado identifique a ideologia liberal no discurso de EA de Belgrado, mostra ainda uma certa positividade nessa suposta "nova ética global e ecológica" vinculada a resolução de grandes problemas, "compatíveis com a

sustentabilidade da vida no planeta", coisa que o capitalismo não é capaz e nem poderia fazer. A partir dessa reflexão, entendemos que, apesar da unanimidade dos educadores ambientais brasileiros se reportarem as reuniões internacionais, seja de uma forma mais recuada na crítica ou criticamente como fez Loureiro, esta não é a única forma de tratar historicamente a Educação Ambiental. Damos ênfase, portanto, a uma segunda abordagem possível, que pode ser indicada a partir da leitura da mesma obra (Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental) citada do autor, quanto este trata do Movimento Ambientalista e a Educação, ou quando este trata de perspectiva de EA como sendo antagônica ao capitalismo. Defendemos, dessa forma, uma outra forma de historicizar a EA, a partir de um polo fundador, o do movimento ambientalista junto aos diversos movimentos sociais, também citado nas diversas abordagens e obras de EA, no entanto minimizado diante das origens e debates institucionais.

Entendemos que a natureza não pode mais esperar, assim como a humanidade não pode mais sofrer tanta exploração e opressão, no entanto a busca pela resolução imediata dos problemas ambientais, como indicado pela EA proveniente de Belgrado, sem uma devida mediação por um ponto de vista teórico de totalidade e sem uma estratégia que busque o objetivo de mudança local e global, pode levar à morte da EA. Ainda que esta esteja viva na aparência e haja um discurso verde circulante e mudanças de subjetividades ocorram, a doença do cinismo está instalada na EA e em todos os âmbitos sociais, se propagando como um tumor ideológico maligno. Como bem frisou Peter Sloterdijk no seu prefácio de *Crítica da razão cínica,* "há um século a filosofia está morrendo. No entanto, ela não consegue morrer porque sua tarefa não foi cumprida" (SLOTERDJIK, 2012, p. 11). Podemos dizer o mesmo da Educação Ambiental, que apesar de ser um campo do conhecimento ainda jovem, mesmo doente, bebe e se alimenta da anciã filosofia e não consegue morrer porque também não cumpriu seu papel.

Retomando as perguntas que fizemos acima, a resposta óbvia, ainda que o problema do lixo fosse hipoteticamente resolvido, seria um enfático não: a prática de catar lixo em grupos, mesmo que com intenção pedagógica, não resolveria o problema da poluição das águas das lagoas. Não há possibilidade de resolução de nenhum problema ambiental sem um rompimento com o capitalismo. O sistema sócio-metabólico do capital é incontrolável e incorrigível e está intimamente ligado aos amplos processos sociais e educacionais (MÉSZÁROS, 2005). Esse rompimento deve estar presente nas mínimas ações ou seremos confundidos com quem criticamos. No

caso do nosso exemplo hipotético, alguns professores poderiam até falar: "não resolveria, mas não deixaria de ser um trabalho de Educação Ambiental que pode levar a um aumento da consciência ecológica". O que até certo ponto concordaríamos, a partir de uma visão dialética da "paciência histórica"[12], no entanto, a própria resposta dada já evidencia a limitação do projeto e o alcance de seus objetivos.

Retirar o lixo da margem das lagoas e praias, atitude bastante incentivada pela mídia televisiva, seria apenas um paliativo momentâneo, com pouco alcance objetivo, já que, em tese, os moradores dos bairros próximos ao ecossistema a ser protegido, poderiam continuar jogando o lixo nos esgotos a céu aberto, que continuariam indo para as águas. Poderíamos pensar que algum morador vendo aquele tipo de ação se sensibilizasse, mas ainda assim, faltaria o elemento da atitude de mudança coletiva, por este não participar no processo de reflexão e educação diretamente, mas apenas observando. E o lixo, como é sabido, é apenas um aspecto da degradação das lagoas, que vale frisar, não é o principal problema, muito menos principal fundamento da problemática ecológica. Dessa forma, uma mudança de atitude individual, como deixar de jogar o lixo nas ruas, se acontecesse, não seria suficiente para resolver os problemas ambientais tanto dos ecossistemas locais como globais, já que a mudança de comportamento que poderia surgir em alguns alunos e moradores, não estaria interligada aos problemas ambientais globais ou à raiz da problemática, nem sequer resolveria os problemas ambientais locais como conjunto.

O alcance dessa atitude, como EA, torna-se muito pequeno, pois não há um dialogo efetivo com as pessoas que estão diretamente ligadas ao ciclo de poluição do lixo, no exemplo hipotético acima citado, nem há um sentido de cobrança do poder público para resolver a questão do tratamento adequado do lixo na cidade, com a implementação de saneamento básico, portanto sem esgoto a céu aberto, que impeça o descarte, de maneiras inadequadas pelos moradores nas ruas, e não chegassem às águas das lagoas via esgoto; além de outros aspectos que podem ser discutidos como, por exemplo, sobre as favelas situadas às margens das lagoas que também contribuem com o descarte do lixo sem preocupações ecológicas, mas que possui uma questão social que é prioridade por viverem em condições degradantes, o que seria uma visão ecológica bem mais ampla da realidade.

---

[12] Fazemos alusão ao termo "paciência histórica", utilizado por militantes socialistas na atualidade brasileira. Uma "categoria psicológica", que precisa ser aprofundada por entendermos ser crucial para a manutenção de uma perspectiva crítica e transformadora. Alguns autores têm contribuído para esse tipo de discussão trazendo um entrelaçamento entre a perspectiva do materialismo histórico e a psicanálise.

Layrargues (2005), ao abordar a estratégia da reciclagem do lixo (o que poderia também estar presente no discurso de EA de nosso exemplo hipotético), particularmente da lata de alumínio, a fim de resgatar o seu significado ideológico e suas implicações para a Educação Ambiental, batizou o reducionismo desse discurso de cinismo da reciclagem. Para este autor (2005, p.179-180),

> a questão do lixo vem sendo apontada pelos ambientalistas como um dos graves problemas ambientais urbanos da atualidade, a ponto de ter-se tornado objeto de proposições técnicas para seu enfrentamento e alvo privilegiado de programas de educação ambiental na escola brasileira. A compreensão da necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos propiciou a formulação da chamada Política ou Pedagogia dos 3R`s, que inspira técnica e pedagogicamente os meios de enfrentamento da questão do lixo.
> No entanto, apesar da complexidade do tema, muitos programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo.
> Essa prática educativa, que se insere na lógica da metodologia da resolução de problemas ambientais locais de modo pragmático, tornando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, em vez de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências do lixo, remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, evadindo-se da dimensão política.

Há, no discurso oficial da educação ambiental reducionista, uma predominância na mudança comportamental sobre a disposição do lixo familiar. Esse cinismo da reciclagem desvirtua a prioridade na pedagogia dos 3R`s (reduzir, reutilizar e reciclar) centrando-a na reciclagem, conferindo a esta máxima importância, não questionando o consumismo e não importando de fato o reaproveitamento nem a redução do consumo, tornando-se esses outros dois elementos meros recursos discursivos. Diferentemente desse discurso, o discurso ecológico alternativo defende uma sequência lógica para a pedagogia dos 3R`s: "a redução do consumo deve ser priorizada sobre a reutilização e a reciclagem; e depois da redução do consumo, a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem" (idem, p. 184-187). Como para o discurso oficial o problema do lixo não é a ideologia do consumismo, mas um suposto consumo insustentável pelo desperdício, surge a ideia do consumo sustentável, exigindo a técnica da reciclagem para a solução dessa questão. Não há um questionamento da produção de descartáveis. A descartabilidade alimenta a indústria da reciclagem (ibidem).

Retomando nosso exemplo, a estratégia de educação ambiental, supostamente transformadora por deixar de descartar o lixo inadequadamente, poderia também se

somar a lucrativa indústria da reciclagem, com o mínimo de gasto para esta, já que as pessoas colaborariam espontaneamente, pela mudança comportamental, levando o que descartariam nas ruas e águas aos Postos de Troca Voluntária[13]. Assim a empresa de reciclagem diminuiria os gastos com os sucateiros (intermediários) e com os catadores[14].

Outro exemplo de "Educação Ambiental" descontextualizado das raízes da problemática ambiental, que utiliza de atividades pedagógicas semelhantes ao nosso exemplo acima citado, são aqueles promovidos por empresas poluidoras do meio-ambiente, utilizado como estratégia de marketing ambiental para ganhos ideológicos na imagem da empresa, prática muito comum no Brasil e no mundo e tem como principal objetivo desviar a atenção da opinião pública dos problemas causados pela prática industrial poluidora ou simplesmente para atingirem retoricamente padrões ambientais exigidos em países ricos para exportação/importação de produtos, já que em tese essas empresas estariam contribuindo para um meio ambiente sustentável.

Cada uma dessas visões, a seu modo, é impregnada por concepções ideológicas, sendo que, o acerto nas práticas educativas que visem a uma mudança real de paradigma em relação ao meio ambiente, está na escolha dos instrumentos e na forma como serão utilizados. O conhecimento científico não é neutro, mesmo aquele produzido "sem intenções" poderá não conseguir modificar nada substancialmente ou servir para a degradação e/ou mascarar os problemas ambientais. Assim também deve ser considerada a prática de **Educação Ambiental**, que necessita de uma abordagem critica e militante para ser eficaz, ou seja, a EA deve ser emancipatória dos seres humanos e da natureza como um todo.

Entendemos a importância da EA como uma das formas de se lutar em defesa da natureza, mas não atribuímos nenhum poder mágico a ela, a educação não se constitui a única saída para os problemas da sociedade; ela é apenas uma das formas que podemos utilizar para a defesa do meio ambiente, e para que seja mais eficaz deve estar engajada ou estimulada para algum tipo de luta, como a ambientalista, organização de populações

---

[13] Fazem parte do Projeto Escola, Programa Permanente de Reciclagem de Lata de Alumínio, criado em 1993 e inserido nas escolas do Brasil pela empresa Reynolds Latasa. De acordo com Layrargues (2005, p.190), este se dá através de programas de educação ambiental e na troca de latas de alumínio vazias por equipamentos para a escola. Este autor chamou o reducionismo desse projeto de *cinismo da reciclagem*.

[14] Categoria de trabalhadores excluídos que lidam com a catação de lixo nas ruas e lixões. Eles "atuam como operários especializados da indústria da reciclagem, desprovidos de quaisquer benefícios trabalhistas" (LAYRARGUES, 2005). Em 1999 foi criado no Brasil o MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis) para lutar por diretos e a construção do pode popular.

tradicionais, indígenas, quilombolas e etc. Destacamos o movimento ambientalista nascido em meados do século XX, por esse ser impulsionador/portador de uma Educação Ambiental militante precursora de uma educação ambiental questionadora, diferentemente da vertente que a banaliza.

Entendemos, tal como entendeu Alexandre (2000), em sua obra *A perda da Radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro*: *Uma contribuição à crítica do movimento,* que, ao ser banalizada oportunistamente a questão ecológica, sendo incorporada ao sistema político e de mercado, especialmente ao segundo, como estratégia de marketing ecológico, com o lançamento de prêmios de destaque em ecologia - em conjunto com a grande mídia, leva a uma perda da radicalidade do ativismo ambientalista no Brasil. Uma razão para a perda da radicalidade do ambientalismo foi a profissionalização das Organizações Não Governamentais (ONG's), principais entidades formadoras do ambientalismo militante. Essa reflexão também pode ser feita da mesma forma para a Educação Ambiental. Há uma perda da radicalidade desta quando tratada da forma oportunista, tal como foi incorporado parte do ambientalismo a hegemonia burguesa.

O referido autor, ao utilizar como instrumental analítico a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas para fazer a crítica à abordagem teórica de Eduardo Viola sobre o movimento ambientalista como sendo um *movimento histórico, complexo e multissetorial*, entende que a apropriação do discurso ambientalista pelo capitalismo (ecocapitalismo) não é uma evolução, mas um retrocesso. Como entendemos que a Educação Ambiental radical, e, portanto libertária, deve estar ligada e/ou ser estratégia de um ambientalismo radical, trazemos uma citação de Alexandre que é uma realidade atual, e, portanto, continua vigente para o ambientalismo e para a EA:

> o ativismo ambientalista perdeu sua razão de ser no sentido de que a multissetorialização alcançada não ampliou verdadeiramente os espaços políticos de contracultura. Acredita-se que a radicalidade do movimento por si só já fora solapada desde a entrada no Brasil das primeiras ideias ecológicas na década de 70. Naquela época, a esquerda brasileira mais forte pressupunha como bandeira o postulado da equidade social, mas sem questionamento da base economicista. Hoje, a publicidade das ações empreendidas isoladamente na área ambiental pelo mercado e pelo governo contribui para que se pense que os problemas sócio-ambientais são passíveis de serem solucionados sem se alterar drasticamente o modelo de desenvolvimento econômico. A se continuar discutindo o ativismo ambientalista de forma a não se apontar para as consequências da perda de sua radicalidade, pelas razões acima colocadas, a tendência é de que ele seja banalizado mais do que já está (ALEXANDRE, 2008, p.80-81).

Ao concluir “como resultado, por ter cedido às pressões do sistema político e do mercado, o movimento ambientalista brasileiro é hoje um movimento de pouca importância. Ele não é mais um movimento social. É um adesivo num carro importado que usa catalisador para proteger o meio ambiente”; Alexandre nos leva ao entendimento de que deve haver uma diferenciação radical do movimento ambientalista com o sistema capitalista já que a onda de banalização após a ECO 92, com a apropriação discursiva da ecologia pelo empresariado e pela grande mídia leva à perda da radicalidade, e portanto, solapa o ambientalismo.

Estendemos que a multissetorialização da ecologia é prejudicial à radicalidade do ambientalismo, assim como para a Educação Ambiental. Portanto, uma educação ambiental que se pretenda crítica deve levar em conta a qualidade do debate e das ações, muito mais do que a quantidade de informações a serem disseminadas pelos diversos setores da sociedade. Apreendemos também que a ecologia radical deve reconstruir a radicalidade de ambos os campos sociais, responsáveis por trazer a questão ecológica à sociedade, pela manutenção de sua discussão e luta pela resolução dos problemas.

1.2 Perspectivas teórico-epistemológicas na pesquisa acadêmica: do “estado da arte” à heterodoxia crítica.

De acordo com Ferreira (2002), pesquisas denominadas "estado da arte" ou "estado do conhecimento" possuem um caráter bibliográfico com a finalidade de mapear o andamento da pesquisa acadêmica em determinada área do saber. Essas pesquisas possuem um caráter metodológico "inventariante" e descritivo. Ferreira (Idem) discute os problemas das pesquisas de estado da arte, baseadas principalmente na leitura de resumos, e o quanto isso pode não representar a totalidade da produção em sua fidedignidade, sendo o resultado, no “final das contas”, uma leitura, uma história, a partir de uma perspectiva determinada.

Quando se trata de compreender o “estado da arte”, entendemos que o conceito de campo, central na obra de Bourdieu, como uma ferramenta teórica importante. Esse conceito não pode ser entendido em sua completude sem a relação com os conceitos de habitus e de capital, também teorizados pelo autor. No entanto, para a proposta que trazemos, destacaremos a relação de campo (que no caso da EA poderia ser chamado de campo intelectual ou científico, duas nomenclaturas trabalhadas por este autor) com um

capital específico, o cultural, no sentido de apreensão de um determinado saber, do qual essa pesquisa é parte. Portanto não pretendemos trabalhar "o estado da arte", mas sim buscar uma perspectiva teórica para um dos possíveis "estado da arte" da EA que sirva para elucidar o objeto de pesquisa e não simplesmente acumular dados que deixam a pesquisa robusta, mas não permitem uma compreensão profunda da realidade.

Dessa forma, optamos pela utilização da perspectiva crítica proporcionada pela ontologia marxiana, associada ao quadro teórico da Análise do Discurso de origem francesa fundada por Michel Pêcheux, atendendo às exigências da linha e grupo de pesquisa[15] aos quais estamos vinculados, utilizando também teóricos que não se encaixam nesse perfil como é o caso, por exemplo, de Murray Bookchin, central neste estudo. Este autor, que iniciou sua militância política na década de 30 nas fileiras marxistas, rompe com a perspectiva autoritária do stalinismo e, posteriormente, do marxismo-leninismo aderindo ao anarquismo em meados dos anos 1950 (CAVALCANTI, 2010, p.8). Este fato não impediu o autor de manter o diálogo com a teoria marxista na construção do conceito de **Ecologia Social** ou na elaboração de sua principal obra: **Ecologia da Liberdade**. Dessa forma, adotamos nesta pesquisa uma postura heterodoxa semelhante à de Bookchin quando nos permitimos o diálogo com sua teoria e consequentemente com autores do campo anarquista ou libertário.

Outro autor que também nos permitimos ao diálogo é Pierre Bourdieu e sua perspectiva sociológica heterodoxa e crítica. No entanto, entendemos que se faz necessária a crítica à visão de educação que este autor construiu, junto e/ou paralelo a outros autores como Althusser, Passeron, Baudelot & Establet, pois suas teorias educativas nos trazem uma visão de que não há saída ou quase não há espaço para a mudança na escola. Dessa forma, corroborando a crítica feita por Cavalcante (2007, p.23), entendemos que:

> Esse movimento, denominado crítico-reprodutivista, não produziu propostas para a educação. Suas concepções, exacerbadas e deterministas, sobre o caráter da educação escolar, viam a escola apenas como um mecanismo de perpetuação das relações capitalistas, não a concebendo como um possível instrumento de libertação da classe dominada. Faltou ao referido movimento a visão dialética da história e da escola.

Michel Pêcheux, em um de seus últimos textos de 1983, *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?*, lança uma crítica ácida ao estruturalismo, e por isso elabora uma

[15] A linha e grupo de pesquisa a que nos referimos são respectivamente: *História e Política da Educação* e *Políticas Públicas: História e Discurso*.

autocrítica, pois este autor adotara em uma das fazes da AD a perspectiva ideológica althusseriana do sujeito assujeitado. Segundo Pêcheux (2006, p.52-53),

> Esta concepção aristocrática, se atribuindo de fato o monopólio do segundo espaço (o das discursividades não estabilizadas logicamente) permanecia presa, mesmo através de sua inversão "proletária", à velha certeza elitista que pretende que as classes dominadas não inventam jamais nada, porque elas estão muito absorvidas pelas lógicas do cotidiano: no limite, os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniriam! (...) os proletários não têm (o tempo de se pagar um luxo de) um inconsciente!

Em nota de rodapé relativa a essa citação o autor acrescenta: (Idem, p.27) "o ódio ao ordinário nutre o culto anti-intelectualista desse mesmo ordinário: um certo estruturalismo esotérico alimentou o ódio anti-filosófico, expresso, por exemplo, pela sociologia de P. Bourdieu".

Ainda que concordemos com as críticas feitas ao movimento teórico crítico reprodutivista, entendemos que Bourdieu possui contribuições teóricas e metodológicas importantes como é o caso do conceito de campo. Baseado neste conceito, tentamos empreender nossa pesquisa também como uma forma de compreender o campo da Educação Ambiental Brasileira, adentrando assim no jogo das relações de força dessa área de conhecimento.

Dessa forma, construímos uma perspectiva teórica que leva em conta a ontologia marxiana, os dispositivos da Análise do Discurso, que se abre para outras teorias que a complementam para a compreensão do objeto de pesquisa, que permita apontamentos radicais para a saída da crise ideológica em que vivemos.

Bourdieu (2009) compreende um campo como um universo relativamente autônomo de relações específicas. Nesse sentido, só poderíamos utilizar o conceito de campo num "estado da arte" se o universo a ser pesquisado tivesse autonomia suficiente para ser visto como um campo, o que entendemos que não é difícil, pois quando se trata de pesquisa teórica, no sentido de ver e rever o que existe de produzido sobre algo, podemos dizer intuitivamente que já se formou um campo de pesquisa para aquele determinado assunto. Entretanto, as relações específicas do campo tornam a leitura para um estado da arte muito mais complexa, pois estaria presente não somente o narrar e descrever, mas a compreensão do jogo de forças, das lutas simbólicas presentes em determinado campo.

Fazer uma pesquisa teórica, que vai além da metodologia de estado da arte, a partir da ideia de campo, tem o sentido de ampliar o capital cultural do autor deste

trabalho, mas também perceber o sentido do jogo do campo em que se pretende adentrar, pois para Bourdieu (2005) o estado das relações de força define a estrutura do campo e a posição do agente no campo depende do volume e da estrutura de seu capital.

Retomando a ideia de heterodoxia, entendemos, tal como entendeu Orlandi (1996, p. 11), em um de seus primeiros estudos sobre o discurso, que a Análise do Discurso é uma teoria crítica de reflexão sobre a linguagem,

> que procura justamente problematizar as formas de reflexão estabelecidas. Daí resulta o que podemos chamar seu 'nomadismo'. Não há um acúmulo científico fixo, no que diz respeito à teoria, à definição de seu objeto e método (s): a cada passo a AD redimensiona seu objeto, reavalia aspectos teóricos e se relaciona criticamente com seu (s) método (s). [...] É essa sua condição de existência crítica que a torna mais fecunda.

Sendo assim, pretendemos entender o campo da Educação Ambiental, área de estudo a qual está circunscrito nosso objeto de pesquisa, ou seja, o discurso de EA, a partir de categorias da própria Análise do Discurso, sendo as principais, para este entendimento, a Formação Ideológica e a Formação Discursiva, que definiremos adiante.

Retomando a discussão acima, da posição do pesquisador-autor, reforçaremos a seguir de que lugar falamos e quais nossas perspectivas enquanto educador-pesquisador neste trabalho.

1.3 A importância da Teoria Crítica na pesquisa e práxis em Educação na atualidade.

Muito se fala em perspectiva crítica, mas pouco se discute sobre as origens teóricas e/ou acadêmicas do termo em seu sentido radical.

Entendemos que antes de discutir qualquer metodologia de pesquisa ou didática, em seus diversos aspectos, é preciso definir os pressupostos e finalidades da educação que abraçamos. Sem isso não sabemos para onde remamos o barco e corremos o risco de reproduzir o que a correnteza hegemônica determina. Dessa forma, nos tornamos meros reprodutores de teorias e conhecimentos produzidos, muitas vezes em realidades totalmente distintas da nossa, sem uma perspectiva crítica na leitura e manejo destes, ainda que no discurso ela seja defendida. Podemos observar, por exemplo, que a mera utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) nos processos educativos de maneira geral, hoje tão em moda quanto a EA,

utilizando os métodos e paradigmas tradicionais, a velha educação bancária de que tratou Paulo Freire (1994) em **Pedagogia do Oprimido**, acaba sendo o "mais do mesmo". Vale a pena recorrer à opinião desse grande educador e filósofo nordestino, que ainda em 1968, em pleno exílio forçado pela ditadura militar brasileira, já discutia sobre o papel da formação técnica e científica, antecipando críticas que são atuais para as TIC's na Educação. Diz Freire (1994, p.90),

> Como a entendemos, a 'revolução cultural' é o máximo de esforço de conscientização possível que deve desenvolver o poder revolucionário, com o qual atinja a todos, não importa qual seja a sua tarefa a cumprir. Por isto mesmo é que este esforço não se pode contentar com a formação tecnicista dos técnicos, nem cientificista dos cientistas, necessários à nova sociedade. Esta não pode distinguir- se, qualitativamente, da outra (o que não se faz repentinamente, como pensam os mecanicistas em sua ingenuidade) de forma parcial. Não é possível à sociedade revolucionária atribuir à tecnologia as mesmas finalidades que lhe eram atribuídas pela sociedade anterior, consequentemente, nelas varia, igualmente, a formação dos homens. Neste sentido, a formação técnico-cientifica não é antagônica à formação humanista dos homens, desde que ciência e tecnologia, na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente, de sua humanização.

Apesar de ser uma questão supostamente óbvia nas ciências humanas e sociais, a verdade de que não existe neutralidade ainda é controversa nesse campo. Controvérsia nessa outra quase inexistente, quando se trata das ciências naturais. Nesta área do conhecimento quase nada se discute em relação às questões para quê?/para quem? se produz conhecimento. No entanto, a suposta objetividade/imparcialidade/neutralidade serve à manutenção do status quo, das relações sociais tal como elas são. E sabemos, pela contribuição das discussões da Teoria Crítica, que a produção teórica, a pesquisa, o conhecimento, devem estar ligados à realidade e não ser mero deleite de abstração pela abstração. O procedimento de separar técnica e ação, pode até ser verdadeiro, no entanto, não é válido para a transformação da realidade no sentido da emancipação humana. Teóricos como Marx e Bakunin compreenderam que a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual só interessavam ao capitalismo e que para o avanço de uma sociedade socialista/emancipada, este abismo que reflete a diferença de classes deveria ser abolido.

Entrando de maneira mais específica no debate dos pressupostos educativos dessa pesquisa teórica, a sucinta obra A Teoria Crítica de Marcos Nobre (2011), traz elementos essenciais para qualquer tipo de pesquisa que se pretenda crítica e, portanto, transformadora. Nele, podemos encontrar de maneira didática a origem do termo teoria crítica, que segundo o autor, fora formulado pelo filósofo alemão Horkheimer em seu

texto Teoria Tradicional e Teoria Crítica*,* de 1937, a partir da leitura das obras de Karl Marx. Trata-se, portanto, de uma teoria que se inscreve no campo teórico do marxismo, cujo termo é inspirado no texto clássico de Marx, a Crítica da Economia Política.

Ao comentar os diversos sentidos de crítica dentro da tradição de teoria crítica, fundada por Marx e desenvolvida por Horkheimer e outros autores, Nobre (2011, p. 7) entende que o sentido fundamental é o de que não é possível mostrar "como as coisas são" senão a partir da perspectiva de "como deveriam ser". Ou seja, "'crítica' significa, antes de mais nada, dizer o que é em vista do que ainda não é mas pode ser". Somente o descrever a realidade, afastando os valores do sujeito pesquisador da formulação dessa descrição, como na teoria tradicional (supostamente neutra), não é suficiente para produzir uma teoria explicativa dessa realidade. Dessa forma Nobre (Idem, p. 8) coloca que:

> a Teoria Crítica tem sempre como uma de suas mais importantes tarefas a produção de um determinado *diagnóstico* do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente, bem como em situações históricas concretas, em que se mostram tanto as oportunidades e potencialidades para a emancipação quanto os obstáculos reais a ela. Com isso, tem-se um diagnóstico do tempo presente que permite então, também, produção de prognósticos sobre o rumo do desenvolvimento histórico. Esses prognósticos, por sua vez, apontam não apenas para a natureza dos obstáculos a serem superados e seu provável desenvolvimento no tempo, mas para *ações* capazes de superá-los. Sendo assim, a *teoria* crítica não pode se confirmar senão na *prática* transformadora das relações sociais vigentes.

O conceito de Materialismo Interdisciplinar*,* também formulado por Horkheimer, tem uma importância metodológica fundamental, tendo em vista a superespecialização de nossos dias, muito maior que nos tempos deste autor. O caráter cada vez mais fragmentado do conhecimento produzido pelas especializações, enquanto mera técnica, perde qualquer elemento de crítica, servindo apenas, no fundo, como instrumento de mercado, vide a explosão das TIC`S na educação nas últimas décadas. No entanto, esses conhecimentos não devem ser descartados a priori, como defendido pelo Materialismo Interdisciplinar. Devem-se ressaltar as especializações em seus aspectos positivos, tomando a obra de Marx como um fio condutor, o que não quer dizer que "significa partilhar dos mesmos diagnósticos e das mesmas opiniões, [...] não só porque a própria obra de Marx se presta a interpretações divergentes, mas também pelo fato de que as maneiras de se utilizar de Marx para compreender o tempo presente são diversas" (NOBRE, idem, p.13)**.** Dessa forma, Nobre (2011, p.16) defende que retomar o sentido

original da expressão teoria crítica "significa, entre outras coisas, demarcar um campo teórico que valoriza e estimula a pluralidade de modelos críticos em seu interior".

É importante ressaltar que a posição da interdisciplinaridade está presente em qualquer formação de Educação Ambiental, no entanto, não se discute, ou se discute muito pouco, a opção de tomar o materialismo dialético como fio condutor dessa interdisciplinaridade, dentro desse campo de conhecimento.

Para finalizar esse subtópico, vale fazer um paralelo da teoria marxista da luta de classes, do mercado como centro do capitalismo e produtor de desigualdades, que aumenta cada vez mais a distância entre burguesia e proletariado, com a análise feita por Coll e Monereo (2008 p.18) sobre a chamada sociedade da informação ou do conhecimento. Estes autores entendem que as TIC's "formam parte de um novo paradigma tecnológico que modifica as práticas sociais e, de forma especial, as práticas educativas"[16]. Esse argumento pode ser corroborado com Rocha (2009, p.19), quando afirma em seu postulado doutoral que "na atual etapa do capitalismo o horizonte de ideias é midiatizado e as atividades cotidianas se veem atravessadas pelas Tecnologias da informação e comunicação". No entanto, retomando os autores citados, esses afirmam que "o impacto das TIC's na educação é na realidade um aspecto de um fenômeno muito mais amplo "relacionado com o papel destas tecnologias na sociedade atual"[17] (idem, p.19). E mais a frente concluem que as TIC's têm impulsionado o surgimento de novas classes sociais, os "*info-ricos y los info pobres"*. Ou seja, longe de diminuir o abismo, apontado pelos teóricos socialistas, entre as duas classes essencias do capitalismo, as TIC's têm mantido e, em muitos casos, aumentado a diferença entre as classes sociais, o que nos faz afirmar ainda mais o paradigma da teoria crítica para as modalidades educativas como a EaD que as tomam como central.

Destacamos as TIC's em nossa crítica educativa, por estas serem apresentadas como uma "revolução" não somente na sociedade, mas na própria Educação e na Educação Ambiental em particular, através de processos de formação em EA a distância que se dizem críticos apenas retoricamente, pois se observarmos bem, esta suposta formação crítica não leva em conta o próprio ambiente formador desta EA, que se dá de forma aligeirada, com poucos recursos financeiros, precarização do trabalho docente,

---

16 " forman parte de un nuevo paradigma tecnológico que modifica las prácticas sociales y, de forma especial, las práticas educativas." (tradução nossa)

17 " el impacto de las TIC em la educación es en realidad un aspecto de un fenómeno mucho más amplio relacionado com el papel de estas tecnologias em la sociedad actual". (tradução nossa)

entre outras questões ainda pouco discutidas e teorizadas numa perspectiva crítico-transformadora.

1.4 Construindo uma visão crítica de Educação: por uma Educação Ambiental Libertária.

A problemática ambiental não é nova na história da humanidade. Preocupações com o meio-ambiente podem ser provenientes da reflexão sobre acontecimentos naturais, por fenômenos como terremotos e maremotos, por exemplo. Estes acontecimentos ocorrem "aparentemente"[18] de maneira independente da humanidade. Uma catástrofe recente, no ano de 2004, provocada por um tsunami, matou 230 mil pessoas com um impacto de aproximadamente dois milhões de desabrigados na Ásia e na África, fenômeno que mudou o "eixo da terra" (TRIGUEIRO, 2010, p.86). De acordo com Trigueiro:

> A devastação foi ainda mais violenta nas áreas onde as proteções naturais da orla – MANGUES e vegetação de restinga – haviam sido removidas para dar lugar a resorts e empreendimentos turísticos. Fenômeno de causa natural – os tsunamis são formados a partir de placas tectônicas abaixo do leito submarino – a onda gigante provocou a maior tragédia em número de vítimas desde a Segunda Guerra Mundial (idem, ibidem).

Notemos que, no exemplo citado, há um sentido de demonstração de poder de transformação da terra pelos fenômenos naturais. No entanto, como explicita o autor, o impacto se tornou maior pela devastação das matas ciliares[19]. É irônico notar que esse gigantesco impacto natural à humanidade pode ser comparado a um feito tão devastador as vidas humanas como foi a segunda guerra mundial. Guerra que gerou como saldo não só milhares de vítimas do demônio capitalista, mas também uma ciência capaz de produzir um arsenal bélico-nuclear de alcance destrutivo para toda a humanidade terrena.

As previsões estatísticas quanto a fenômenos aparentemente naturais, em tese, "puros", ou independentes da ação humana, chegam a níveis ainda mais alarmantes de

---

[18] Utilizamos o termo *aparentemente* pelo fato de muitos acontecimentos que eram considerados puramente naturais serem causados pelo sujeito capitalista. O exemplo mais atual é a problemática do aquecimento global, catástrofe ambiental do século XXI, reconhecida pela maioria como consequência da poluição atmosférica. No entanto, alguns cientistas afirmam que estamos diante de um fenômeno puramente natural que ocorre ao longo das eras geológicas.

[19] Nome dado às vegetações que marginam as águas, servindo de proteção contra processos erosivos de assoreamento.

acordo com um relatório de uma organização humanitária publicado em 2009. Segundo esses estudos, até o presente ano de 2015:

> Em números absolutos, o contingente de pessoas afetadas por inundações, tempestades e secas poderia chegar a 357 milhões. Os relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU confirmam o risco de se viver num planeta cada vez mais hostil, onde o aquecimento global seja responsável pelo aparecimento de uma nova categoria de refugiados: os refugiados ambientais (idem, ibidem, p.90).

Trigueiro entende que, apesar de alguns pesquisadores preferirem utilizar a expressão "ecocídio" para discutir a destruição da vida na terra,

> na verdade, não é o planeta que precisa ser salvo, mas nós. A terra é capaz de suportar grandes cataclismos – como já o faz tantas e tantas vezes – e seguir em frente. Nos cenários mais sombrios de devastação – uma hecatombe nuclear, por exemplo -, (...) ainda assim haveria formas de vida ultrarresistentes no mundo microscópico – bactérias, principalmente -, capazes de resistir a tudo isso e reconfigurar a teia da vida nos próximos milênios. A questão que se coloca diante de nós é se um planeta com esse nível de degradação – até o ponto de continuar existindo, mas sem a presença humana, é o que queremos deixar como legado de nossa passagem aqui. E se não é este o cenário que desejamos: estaríamos fazendo o suficiente para evitar o pior?

Podemos historiar problemas ambientais desde as civilizações mais antigas. Liebman (1979, p. 9), concluiu, a partir de um estudo histórico sobre a poluição desde a antiguidade, que o conceito de preservação do meio ambiente, que somente a partir de meados do século XX penetra o "vocabulário cotidiano", " há séculos (...) constitui uma exigência objetiva, presente em todas as civilizações humanas".

A preocupação com as águas fez surgir uma economia dos recursos hídricos, documentada em escritos dos sumérios por volta de 4000 a.C., assim como as primeiras leis de regulação de seu uso, os primeiros códigos da humanidade, a fim de garantir o suprimento de água potável e água para irrigação (LIEBMAN, 1979). Apesar disso, segundo o autor referido (idem, p. 95),

> Nós, hoje em dia, acreditamos que, com relação ao consumo de água, podemos nos permitir maiores liberalidades que o normal das grandes cidades da Antiguidade: que erro mais fatal! No futuro, como acontecia nos séculos passados, vamos ter de usar a água potável somente para beber. Do contrário, ela se tornará cara demais, principalmente porque temos de mantê-la livre não só de germes patogênicos mas também da presença de produtos de combate a animais daninhos, hormônios, detergentes, essências aromáticas, etc. Queiramos ou não, num futuro próximo teremos de adotar os antigos métodos que serviam para economizar água potável.

Podermos considerar as águas dos rios o coração de toda a história da humanidade, raciocínio válido também para a sociedade capitalista contemporânea. Os rios, fonte principal de abastecimento de água, consumidos globalmente na atualidade em sua maior parte pelo agronegócio latifundiário-monocultor-exportador e pelas grandes indústrias multinacionais, estão morrendo, agonizando. Não há como pensar o capitalismo atual e sua anti-ecologia sem a história ecológica e social dos rios. A história da Mesopotâmia está intrinsecamente ligada à história dos rios Tigre e Eufrates e o Egito Antigo não poderia ser bem compreendido sem o Nilo. Assim também, não se compreende historicamente Alagoas sem os rios São Francisco, Mundaú e Paraíba. Trazemos essa comparação poética dos rios com o coração da civilização, por entendê-los como fundamentais para a compreensão da história humana. É inspirado nestes dois últimos rios citados, formadores das duas maiores lagoas alagoanas, que Octávio Brandão (2001, p.41) constrói seu ambientalismo poético defendendo de forma pioneira a natureza brasileira numa perspectiva crítica radical, no ano 1917: "cada uma das lagoas é como um coração a contrair-se na sístole da vazante e a dilatar-se na diástole da enchente. Os rios (...) vasos que levam o sangue ao coração. Os canais são como artéria a conduzir e a dispersar a água das lagoas pelo corpo do oceano". Para Brandão (idem, p. 104) "um rio pode resumir a vida de um país"; "o desaparecimento de um rio é um crime".

Esse crime contra a natureza, ao rio especificamente, de que fala Brandão, "acontece porque o Homem que ali vive não retoca nem auxilia a obra da Natureza – cortando os mangues, desfazendo curvas, aterrando os pântanos" (idem, p 54). Mas não se trata de corrigir apenas as ações de desmatamentos das matas ciliares, que facilitam a deposição de sedimentos, fechando os rios, os únicos problemas. Para ele era preciso, além de conservar as matas, "para que não aconteça (...) o estio, uma gota d`água, um filete, um torçal (...)" (idem, p.104).

Apesar de entendermos a importância de conhecer a história da natureza, a partir de uma visão ecológica dos processos de transformação e degradação produzidos pela humanidade; da importância da comparação com os dias atuais como fez Liebman com o exemplo da água; ao remetermos à Educação Ambiental a questões tão longínquas, corremos o risco de estimularmos proposições anacrônicas que não nos levam a propostas coerentes de superação das questões. Mesmo que concordemos com a afirmação de Liebman (idem, p.82) de que "foi no âmbito da economia dos recursos hídricos que primeiro se obtiveram conhecimentos que continuam a ser proveitosos

ainda nos nossos dias", não concordamos com sua ideia de que "não apenas hoje, mas também na antiguidade deve-se procurar a chave explicativa da política populacional no domínio exercido sobre os recursos hídricos" (idem, p.104). Não é na antiguidade que buscaremos as soluções para os problemas de defesa ecológica, mas na superação crítica do modo de existência capitalista que polui as águas do planeta de maneira infinitamente maior e insuportável. No entanto, apesar de saber que a poluição antiga era incomparavelmente menor que a atual, este autor não nos propõe o rompimento com esse sistema econômico e ecológico suicida, mas saídas individuais nos marcos do capitalismo:

> São passíveis de solução todos os problemas até aqui descritos, causados pela falta de preservação do meio ambiente. Dá-nos sossego saber disso! Por essa razão, não é necessário que, devido ao que foi dito nos capítulos anteriores, o futuro seja encarado dentro de uma perspectiva pessimista (...). O problema principal da defesa ecológica é que, em se tratando do nosso meio ambiente, cada indivíduo deve se conscientizar de que tem de modifica, a esse respeito, seus conceitos e sua mentalidade. Quanto a isso, é preciso que se diga claramente que a sobrevivência da humanidade sadia custa dinheiro, muito dinheiro. Cada membro de uma sociedade que se baseia no bem-estar social deverá estar disposto, para que isso se concretize, a grandes sacrifícios (LIEBMAN, p.153-154).

As soluções individuais propostas ou a certeza do autor de que a energia nuclear será inevitavelmente a energia do futuro (idem, p.166) leva sua obra a um conservadorismo, indo na contramão de uma perspectiva ecológica crítica, inclusive contra bandeiras cruciais do movimento ecológico como o não consumismo e a utilização de energias alternativas. Não é a toa que a obra em questão do referido autor, publicada na Alemanha em 1973, é lançada no Brasil pela editora do exército, em 1979, com uma apresentação cínica: "por ser uma obra capaz de despertar o interesse de seus Assinantes, esta Editora Militar resolveu incluí-la em sua Programação, na certeza de estar contribuindo para minimizar a poluição já entrada em nosso país, e que vem crescendo em razão de seu progresso".

De maneira semelhante às proposições de Liebman, a identificação de problemas ambientais e a sua resolução (através de propostas de ação) são temas que preocupam e/ou orientam a educação ambiental desde seu nascimento como prática pedagógica, como vimos anteriormente. Podemos inferir até agora, nessa breve discussão das raízes da EA, que tanto é equivocado colocarmos a culpa nos fenômenos da natureza pela destruição do meio ambiente, ou seja, a destruição dela por ela mesma, como é equivocado atribuir ao ser humano uma suposta "mentalidade predominantemente

econômica". Liebman, (idem, p.177) que nos traz sentidos que levam, inexoravelmente, à catástrofe ecológica, conclui por um discurso preservacionista cínico: "o que importa, daqui para a frente, é equilibrar conjuntamente a ecologia e a economia, tomando por base a estrutura de uma paisagem original, dando então prioridade, alternadamente, a um ou ao outro dos dois fatores" (idem, ibidem).

Segundo Diegues (2004, p. 11) parte da ideologia preservacionista dos EUA impulsionadora do modelo de criação de áreas naturais protegidas (locais onde o ser humano é deliberadamente afastado da natureza, sendo proibido do usufruto), a partir de meados do século XIX, se constitui uma das políticas ambientais mais utilizadas pelos países subdesenvolvidos. Este autor entende que essa ideologia "subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza". O preservacionismo surgido nos EUA serve de referencial a muitos ativistas e educadores ambientais. Daí a necessidade de entendê-lo mais detalhadamente.

As ideias institucionais de preservação da natureza influenciaram a criação de parques naturais em diversos países do mundo. Em 1872, foi criado, nos EUA, o primeiro parque nacional do planeta, considerado um marco para a preservação, sob a óptica da intocabilidade da natureza. Essa ideologia entende que existe um mundo selvagem, natural, desabitado e que precisa ser preservado, foi utilizada como modelo para a criação de parques no mundo todo. No entanto, é importante notar que, mesmo nessa área onde foi criado o primeiro parque, havia tribos indígenas. De acordo com Diegues (idem, p.27):

> Segundo Kempf (1993), no entanto, o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, não foi criado em uma região vazia, em 1872, mas em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. Uma subtribo dos Shoshone vivia durante todo o ano dentro dos limites atuais do parque. Ainda segundo a autora, esses índios, descritos como "selvagens, demônios vermelhos, comedores de búfalos, de salmão e de tubérculos", não deixaram a área do parque espontaneamente como sugere Aubrey Haines.

Segundo Bookchin (2010) os Estados Unidos produziram uma hecatombe, assassinando quarenta milhões de bisões na última metade do século XIX. Quanto a esse fato, Cavalcanti, revisor da obra de Bookchin citada, afirma que quando os europeus iniciaram a colonização dos EUA, a espécie do bisão-americano (mamífero ungulado e ruminante, também conhecido comumente por búfalo) foi exterminada aos milhares, por caçadores profissionais, em uma década (1870-1880). O extermínio dos animais se deu com o argumento de que estes atrapalhavam a passagem dos trens nas

ferrovias, estratégia que tinha a intenção de privar de comida os índios das planícies. Resultado: restaram em 1902 vinte e cinco exemplares da espécie, confinados no parque de Yellowstone. Cavalcanti afirma ainda que a partir de 1905 foi iniciado um programa de recuperação para os animais; quanto aos índios, nada foi feito.

O Brasil decreta em 1937 o Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre os estados do Rio de Janeiro e Minas gerais, baseado no primeiro Código Florestal brasileiro de 1934 e na ideologia da intocabilidade da natureza representada pelos parques nacionais. Quanto à importação desse modelo para o Brasil, Diegues (op. cit. p.79) afirma que:

> A existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza (a pré-capitalista, capitalista etc), sobretudo nos países do Terceiro Mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza. Nesse sentido, o que marca os países subdesenvolvidos é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas, articuladas com a sociedade urbano-industrial. Ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas (...). Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista. Ora, a visão de parques nacionais oriunda dos Estados Unidos não se deu conta dessas particularidades extremamente importantes e considera que toda sociedade é urbano-industrial, cuja relação com a natureza é marcada pela destruição e não pelo respeito. Isso se deu, em parte, pelo fato de, nos Estados Unidos, ao final do século XIX, o capitalismo ter-se tornado o sistema dominante e as culturas indígenas terem sido desorganizadas, particularmente durante a conquista do oeste.

Esse massacre à natureza sofrido pelos índios das Américas está presente na memória dos ambientalistas, através da famosa carta do líder indígena Cacique Seatle[20], em resposta a uma proposta de venda das terras onde habitavam, feita pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce. O presidente propunha a compra de suas terras e em troca reservaria uma área para a criação de mais uma reserva. Demonstrando uma sabedoria e uma harmonia com a natureza que jamais pode ser, compreendida pelo homem branco dominador, Seatle, tão ligado a terra, chegando mesmo, através de sua cultura, a se confundir/fundir-se com ela, responde: “eu não sei,

[20] A carta atribuída ao indígena Seatle (1787-1866), de 1854, possui várias versões e há controvérsias se este realmente a escreveu (cf. estudo da equipe Floresta Brasil no site http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm). No entanto, é certo que este pronunciou um discurso em resposta ao presidente dos EUA. Esse texto é bastante utilizado nas formações e debates de educação ambiental, já fora distribuído pela ONU, através do PNUMA. Utilizamos essa versão, publicada no site da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), versão também distribuída por esta empresa estatal, em forma de panfleto no Governo Motoro (1983-1987).

nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades ferem os olhos do homem vermelho". E continua (p. única, s/ano),

> Vi um milhar de búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos.
> O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.
> Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem as suas crianças o que ensinamos as nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra (...). O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo que fizer ao tecido, fará a si mesmo (...). Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa impregnadas do cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruída por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. É o final da vida e o inicio da sobrevivência.

Os processos de modificação e degradação, bem como conflitos ambientais com os indígenas remontam à invasão da coroa portuguesa do território que hoje é o Brasil. Antes da chegada dos portugueses, este território era ocupado por indígenas que mantinham uma relação com a natureza - de modificação do meio ambiente e uso dos recursos naturais - de longe, bem menos intensiva que o capitalismo atual.

A visão de Bookchin (1999, p. 75) sobre o equilíbrio das culturas primitivas com a natureza é a de que "certamente nas Américas, a maravilhosa abundância de vida selvagem e muitos dos magníficos bosques revelam que as culturas indígenas estavam marcadas por um grau razoável de estabilidade ecológica quando os brancos entraram em contato com as novas regiões das Américas" [21].

Seguindo o projeto de exploração colonialista europeia, os índios são escravizados e catequizados, degradação física, social e cultural, que somada ao aumento da degradação ambiental pela implantação das monoculturas de cana e os engenhos, são os dois pilares de extermínio dos indígenas em terras brasileiras.

A lavoura de cana era alimentada com trabalho escravo indígena, posteriormente de negros e negras, retirados à força da África, pelos traficantes e trazidos nos navios negreiros. Porém essa intensa opressão e exploração dos povos não se deu sem resistência, sendo criada ainda no final do século XVI, a maior referência de luta

[21] "Ciertamente en las Américas, la maravillosa abundancia de vida salvaje y muchos de lós magníficos bosques revelan que las culturas indias estaban marcadas por um grado razonable de estabilidad ecológica cuando lós blancos entraron en contacto com las nuevas regiones de las Américas" (tradução nossa).

libertadora do povo brasileiro: o Quilombo dos Palmares. Palmares nos traz um exemplo não só de harmonia social, pois era um regime baseado na liberdade e igualdade entre negros, índios e brancos; mas também de certa harmonia com a natureza, pois produziam de maneira diversificada. Como nos afirmam os estudos históricos, os palmarinos – como também ficaram conhecidos historicamente os habitantes do referido quilombo, produziram o primeiro sistema agrícola policultor do Brasil, em contraste gritante com a monocultura da cana, que, como qualquer outra, causa um imenso desequilíbrio ecológico.

Assim, a história da natureza e de sua modificação/destruição está diretamente interligada à história humana. História natural e história social se entrelaçam e podem mesmo se "confundir" ou estreitar seus limites analíticos de tal forma, que, quando tratamos da problemática ambiental, não podemos mais enquadrar suas questões em objetos científicos "puros". Murray Bookchin percebeu bem esse movimento teórico proporcionado pela crítica ecologista/ambientalista dos problemas ambientais capitalistas, criando uma filosofia analítica para resolver esse impasse, a Ecologia Social, que discutiremos mais adiante.

Precisamos entender a EA, a partir da conjuntura histórica que propicia seu surgimento, pois essa conjuntura está diretamente ligada ao sistema capitalista e seus impactos na natureza. Afirmar isso parece óbvio, no entanto, atores ligados à temática ambiental continuam limitando-se a teorias não relacionadas à história e/ou a práticas conformistas, não refletindo sobre as diversas ideologias presentes na EA, consensuando assim com o vilão. Uma EA crítica deve passar necessariamente pelo questionamento das formas de apropriação da natureza pelo "sócio-metabolismo" capitalista e ser ideologicamente a favor da emancipação humana, ou seja, de um sistema baseado na autogestão política e socioeconômica dos trabalhadores, único processo histórico capaz de preservar a natureza.

É preciso partir de uma concepção materialista e socialista da realidade ambiental e ainda que o sentimento de harmonia com a natureza, portanto certa utopia tome os ambientalistas; não se pode titubear com o sistema capitalista, quando o objetivo é salvar a natureza e a humanidade, sendo propositadamente redundante, pois a espécie *homo sapiens* também é natureza. No entanto, a natureza do *homo sapiens* é, fundamentalmente, diferente da natureza dos outros seres vivos. Recorrendo a Bakhtin/Volochínov (2010, p.35): "a sociedade, evidentemente, é também uma parte da natureza, mas uma parte que é qualitativamente distinta e separada dela e que possui seu

próprio sistema de leis específicas". Ainda Bakhtin/Volochínov (2010, p.54) colocam que "mesmo o biólogo não pode excluir o ponto de vista do sociólogo, ele precisa considerar que o organismo humano não pertence a um meio natural abstrato, mas faz parte integrante de um meio social específico". Quanto a essas questões, os fundamentos presentes na concepção ontológica do ser social (em Marx, Lukács, Mészáros, Bakhtin, dentre outros) têm muito a contribuir para uma visão de totalidade das questões humanas e das questões ambientais.

Como salvar o planeta se conciliarmos com a perspectiva do capital? O sistema sociometabólico do capital é incontrolável e incorrigível, como nos afirma Mészáros (2005), e, por isso, tende à destruição de tudo, seres humanos e natureza. Esse fato muitas vezes pode passar despercebido, principalmente, em ambientes mais urbanizados, que acabam tendo como base a "inter-relação original do homem com a natureza (...) transformada na relação entre trabalho assalariado e capital" (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2011), permitindo que haja uma insensibilidade para com os problemas ambientais e a busca do lucro fique acima de tudo.

O surgimento de conceitos como o de **desenvolvimento sustentável**, diretamente ligado à EA, surge como resposta de organismos internacionais (UNESCO, ONU, Banco Mundial) à crise ambiental que se instalara globalmente, denunciada por intelectuais críticos e, principalmente, pelas intensas manifestações na Europa e EUA, com os movimentos pacifistas e ambientalistas nascentes questionando a guerra, o consumismo, o modo de produção capitalista (GONÇALVES, 1998; GUIMARÃES, 2005; REIGOTA, 1994; LOUREIRO, 2003). Gonçalves (1998) entende que este movimento critica fundamentalmente o modo de vida, com o objetivo de formar outras relações no cotidiano humano. Assim, tendo um espectro de reivindicação bastante abrangente, ele afirma que "não há, praticamente setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar" (p.12). Por essa abrangência, tanto o ambientalismo quanto a EA tem muito a contribuir para a emancipação humana e, consequentemente, para a preservação da natureza.

A década de 1960 é um período de projeção de um ambientalismo crítico (LOUREIRO, 2003). A juventude estadunidense lutando contra a guerra do Vietnã (1959-1975) e a juventude francesa no maio de 68 dão o tom da crítica.

Sobre a revolta de 1968 e sua relação com o ambientalismo, Simonnet (apud Diegues, 2004, p.39) coloca:

> A sociedade de consumo foi atacada pela miséria da vida quotidiana; urbanismo concentrador, reinado do quantitativo em detrimento do qualitativo, alienação crescente do individuo pelos valores econômicos, comunicação mediatizada, solidão na multidão, individualismo pequeno burguês. Já em 68, essa juventude advertia: consuma mais, você viverá menos, antecipando as críticas econômicas do ecologismo.

No mesmo período da década de 1960, no plano científico e intelectual, há o lançamento de um clássico do ambientalismo, o livro **Primavera Silenciosa** (1962) da Bióloga norte-americana Raquel Carson. Nesse são denunciados, entre outras questões, os efeitos nocivos à vida causados pela utilização de pesticidas e inseticidas químicos (LOUREIRO, 2003). Essa obra tem repercussão internacional e grande influência no movimento ambientalista.

Também dos EUA, uma figura importante para o movimento ambientalista internacional foi o estadunidense Murray Bookchin. Este, ao romper com o marxismo ortodoxo/autoritário e se aproximar do anarquismo, fará uma síntese teórica heterodoxa dessas duas vertentes do socialismo com a crítica ao ambientalismo, construindo uma filosofia que ele chama conceitualmente de "Ecologia Social". Bookchin participa da militância da contracultura nos EUA lançando a discussão de uma ecologia radical. Seus trabalhos também influenciaram diretamente o movimento contracultural inglês (SILVA, 2007). Concordando com Silva (idem), a noção de ecologia social da década de 60, pode ser resumida na seguinte frase, como o próprio Bookchin (1999, p.16) atesta: "a noção de dominação da natureza pelo homem provém da mesmíssima e verdadeira dominação do homem pelo homem"[22].

Na França os intelectuais que se destacam com influência no movimento ambientalista, segundo Diegues (2004) são Ivan Illich, Serge Moscovici e René Dumont.

No Brasil, o surgimento de um "campo ambiental"[23] ocorreu nos anos de 1970, durante a ditadura militar, impulsionado por um movimento ecológico que levará a uma EA crescente com os processos de redemocratização do país e surgimento dos chamados

---

[22] "La sola noción de la dominación de la naturaleza por el hombre proviene de la mismísima e verdadeira dominación del hombre por el hombre" (tradução nossa).

[23] Campo ambiental é um termo/categoria influenciada pela noção de campo social de Bourdieu. Na Educação Ambiental em particular esse debate é colocado por Carvalho em sua análise dos discursos ecológicos, discutida por Guimarães (2005) em *A formação de educadores ambientais*. A análise do discurso feita por essa autora difere da AD, e da forma como empreendemos nessa dissertação, por tomar as relações de poder, e portanto, a teoria de Foucault como ponto de partida somada as contribuições ecológicas de Deleuze e Guatarri.

“novos movimentos sociais” (CARVALHO apud GUIMARÃES 2005: P.19). Sobre esse surgimento Loureiro (2004, p.75) nos diz que:

> A ‘questão ambiental’ aqui chegou sob o signo da ditadura militar, com os movimentos sociais esfacelados e a educação sob forte repressão, de modo a se evitar a politização dos espaços educativos. O resultado foi, em termos de educação ambiental, uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo.

Sobre a ditadura militar e sua relação com as discussões ambientais, Viola (1987, p.83) afirma:

> a ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do primeiro mundo convidando as indústrias poluidoras a transferir-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto com antipoluente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento.

É nesse cenário de ditadura, extremamente insalubre para qualquer movimento contestatório ao sistema, que nasce e ganha corpo o movimento ambientalista no Brasil.

Destaca-se nacionalmente a pioneira associação ambientalista, fundada em 1971, a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (CARNEIRO, 2003; VIOLA, 1987).

Apesar da importância e expressividade da luta do movimento ambientalista em defesa do meio ambiente, a Educação Ambiental se consagra fora desse movimento. Várias reuniões internacionais são convocadas para se discutir a problemática ambiental, dentre elas duas são marcos para a EA: a de Belgrado na Iugoslávia, em 1975, onde se publicou a carta de Belgrado, que discutiu os objetivos da Educação Ambiental (REIGOTA, 1994) e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi), promovida pela UNESCO em 1977, onde a Educação Ambiental institucional, fortemente influenciada por Belgrado, é consagrada. Dela sai a Declaração sobre Educação Ambiental, onde são colocadas as finalidades, os objetivos e princípios da EA. A partir daí, a história caminha no processo de institucionalização, cada vez maior, da Educação Ambiental, dissociando-a do movimento ambientalista, considerado neste trabalho como o precursor de uma perspectiva de Educação Ambiental Libertária.

Dentro do campo específico da EA existem várias correntes. Segundo Sauvé (2005) algumas delas são: naturalista,

conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral-ética, holística, biorregionalista, práxica, crítica, feminista, etnográfica, da coeducação e da sustentabilidade. Há ainda outras denominações mais recentes. Alguns autores brasileiros, a exemplo de Layrargues, consideram que elas podem ser classificadas ainda em dois grande campos: EA crítica e conservadora. Para Layrargues (2004, p.8), a diversidade de denominações "aponta para a necessidade de se re-significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos". No livro coordenado por este autor, *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*, foram discutidas as seguintes nomenclaturas: Educação Ambiental Crítica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Transformadora, Educação no Processo de Gestão Ambiental, Alfabetização Ecológica. Todas essas denominações se colocaram no campo crítico. Sendo assim, as perguntas feitas por Layrargues (idem, ibidem) na apresentação do livro se tornam bastante pertinentes: "o que querem dizer essas novas denominações? Por que elas surgiram? Quais são as semelhanças e diferenças existentes entre elas?".

Não nos colocamos na defesa pura de nenhuma das denominações, mas certamente, distingui-las, no sentido de perceber em qual dos dois grandes campos se enquadra ou se relaciona o discurso, objeto de nosso estudo, é fundamental. Daí surge a necessidade de considerá-las para compreendermos o discurso da Braskem e do Instituto Lagoa Viva a ela ligado, objeto de nosso estudo. Para tanto, trataremos a seguir, do aporte teórico metodológico que nos possibilitará atingir tal intento e que também permitirá nossa entrada no campo da Educação Ambiental, disputando assim seus sentidos.

2 TEORIA DO DISCURSO E IDEOLOGIA.

2.1 O discurso: materialidade das ideologias.

O discurso é práxis. Essa afirmação se contrapõe ao senso comum que compreende que a "teoria na prática é outra" ou "na teoria é tudo bonito", dizeres que trazem um sentido de separação entre âmbitos do saber que não devem ser dissociados. Separar teoria e prática, mesmo com o argumento científico e metodológico, é uma opção ideológica. Ainda que o discurso não corresponda à realidade, ele continua sendo práxis, mesmo que invertido, com a teoria distanciada da prática. Essa segunda opção, que desvirtua o real, a fim de produzir sentidos falsos como verdadeiros é um recurso ideológico, presente nos discursos dominantes. No entanto, como defendemos uma perspectiva crítica perante a realidade, não podemos incorrer neste erro crucial para qualquer mudança ou transformação da sociedade. Assim, concordamos com Cavalcante (2007, p.13) ao assumir "uma postura teórica que concebe o discurso como práxis, consequentemente, sempre imbuído de ideologia". Cavalcante (idem, p.37) entende que a concepção de discurso enquanto práxis é campo de mediação das relações sociais. "Ou seja, sendo produzido socialmente, em um determinado momento histórico, para responder às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção e reprodução de sua existência, carrega o histórico e o ideológico dessas relações". Ou ainda, como diz Bakhtin/Volochínov (2006, p. 33): "é constituído, na sua tessitura, por milhares de fios ideológicos". Ainda segundo a referida autora (Ibidem),

> Não há, pois discurso neutro ou inocente. Todo o discurso é ideológico, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.

Como materialidade constitutiva das relações sociais, o discurso é eleito como o objeto de estudo da AD fundada por Michel Pêcheux. Segundo Orlandi (2005, p.15), o discurso tem em sua origem etimológica sentidos de movimento, de curso e percurso. O discurso é, pois, como a água em ciclo, que cai com a chuva, infiltra a terra, produz lençóis freáticos, irrompe em rio, que aquece e muda de forma, desce ácida pela poluição urbano-química, corre suja, vira esgoto e continua a girar, por lagoas e mares, ecoando sentidos para quem os quiser tocar.

Nesta analogia poética que fizemos do discurso sempre em movimento com o ciclo da água, poderíamos ter deixado de fora, silenciado, os incômodos da degradação

ambiental. Dessa forma os possíveis sentidos mobilizados nos sujeitos interlocutores seriam outros. Talvez mais romântico e belo, uma visão de natureza intocada, mas não menos ideológico que a primeira opção. Como assumimos, já enfatizado neste texto, uma perspectiva discursiva crítica, tal como defendida pela AD, lembramos que o ciclo, (da água, do oxigênio, do nitrogênio...) palavra que nos traz a ideia de fechamento, na verdade se constitui um modelo teórico ideal de explicação de um fenômeno da natureza (as transformações da água ou mudanças de estado físico), que deve ser posto em questão e assim podermos abrir o ciclo ou desviá-lo, ou ainda compreendê-lo como aberto a pontos de vista de ecologia social, que vai além da sociobiologia e enxergar a poluição (realidade histórica), mas também aberto para a despoluição. É nesse sentido, que compreendemos o discurso: este não pode ser fechado em absoluto, é sempre aberto para interpretações que podem promover seu deslocamento para outros sentidos. Abrimos o ciclo, supostamente natural, afastado do social, com sentidos para a despoluição das águas, tentamos guiar alguns sentidos, para o ciclo se aproximar criticamente do ideal de equilíbrio, na busca por sentidos de luta, retomando memórias afastadas que tentam fechar os sentidos. Recorrendo a linguagem poética de Bakhtin/Volochínov (2006, p. 36):

> Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída. A consciência tem o poder de abordá-lo verbalmente. Assim, ondas crescentes de ecos e ressonâncias verbais, como as ondulações concêntricas à superfície das águas, moldam, por assim dizer, cada um dos signos ideológicos. Toda refração ideológica do ser em processo de formação**,** seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhado de uma refração ideológica verbal**,** como fenômeno obrigatoriamente concomitante.

O discurso é acontecimento que liga a língua como materialidade a uma rede de memória histórica que determina os sentidos. Porém não se resume ou subsume nos estudos da linguística, com sua concepção ampliada para qualquer processo de linguagem. O que faz com que a AD seja compreendida como uma teoria crítica da linguagem, portanto, "o analista de discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade" (ORLANDI, 2005, p. 16). Segundo Cavalcante (2012, p.299):

> Todo discurso é um fazer histórico na medida em que é resultado da elaboração de um sujeito histórico sobre a realidade, não é pensado como um bloco uniforme, mas como um espaço marcado pela heterogeneidade de "diversas vozes", vindas de outros discursos – o discurso de um outro (interlocutor) posto em cena com um outro (…). O discurso é, pois, um campo de mediações onde se articulam novos sentidos ao já conhecido.

Discurso é, portanto, a materialidade das ideologias e a materialidade específica do discurso é a língua, ou seja, na perspectiva da AD esta deve trabalhar "a relação língua-discurso-ideologia" (ORLANDI, 2005, p. 17). Quanto a essa questão, Vasconcelos & Cavalcante (2013, p. 47) entendem que:

> o discurso não é a língua/linguagem em si, mas precisa dela para ter existência material (…). Nesse sentido, o discurso não se encerra em si mesmo, pois ele sempre pode sofrer deslocamentos e significar de forma diferente, e, dependendo dos interlocutores, pode assumir diferentes efeitos de sentidos. Ou seja, o discurso não se fecha nem é um conjunto de textos, mas sim uma prática discursiva, uma ação social"

2.2 A língua: da crítica Bakhtiniana à concepção crítica do discurso

Como vimos na definição de discurso acima, a língua constitui uma materialidade que põe pistas para a construção discursiva. Esta, objeto de estudo da Linguística, é concebida por seu fundador, Ferdinand de Saussure, como um sistema abstrato, fechado e homogêneo. Este autor inaugura o que ficou conhecido a posteriori como estruturalismo linguístico, em seu Curso de Linguística Geral, publicado como obra póstuma em 1916 e que se tornaria um modelo para as ciências humanas no movimento teórico que surgira na França na década de 1960 denominado estruturalismo. Sobre a concepção da Linguística como ciência Cavalcante (2007, p.30) entende que:

> Para ser considerada ciência autônoma, no mesmo patamar das ciências exatas, era necessário desembaraçar a Linguística da tutela historiadora, do empirismo e das concepções psicologizantes do sujeito falante. Era preciso delimitar bem seu objeto, e, na percepção de Saussure, o único objeto capaz de dar á Linguística uma racionalidade científica é a língua. Para atingir seu intento, Sausssure rompe com os tradicionais neogramáticos, defensores da linguística histórica - a diacronia – e dá prioridade à pesquisa descritiva (sincrônica). Nessa perspectiva, a evolução de uma língua pode ser concebida como a passagem de uma sincronia para outra sincronia.

A definição de língua feita por Saussure separa mecanicamente esta da fala, considerando a primeira como um fato social e a segunda como um ato individual. Assim "a língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente (SAUSSURE, s/ano, p.22)". Para este autor a língua teria uma natureza homogênea, definida como objeto, a partir do conjunto heterogêneo dos fatos da linguagem. Ou seja, "ela é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo (…); ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade (idem, ibidem)". Sendo uma parte determinada da linguagem e um

produto social sistematizado a partir de um conjunto de convenções, a língua, de acordo com Saussure, constitui-se em objeto e pode ser estudada rigorosamente.

Segundo Saussure, em sua visão geral da história da linguística, esta área da ciência relativa à língua passa por três fases até chegar ao seu objeto de maneira definida e acabada. Destacamos, primeiramente, a crítica feita por este autor à primeira fase, a dos estudos gramáticos gregos, desenvolvida pelos franceses. Para ele, por ser baseada na lógica e desprovida "de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua", a "Gramática" seria uma "disciplina normativa, muito afastada da pura observação" (*op. cit.* p.7).

O segundo campo criticado por Saussure é o da Filologia, que, de acordo com ele, não tomava a língua como objeto único, sendo o seu método, a crítica, a partir da interpretação e comentários aos textos. Segundo o autor, a abordagem linguística com os estudos comparativos de textos de diferentes épocas, além da busca por decifrar e explicar textos arcaicos ou obscuros, característicos da Filologia, subsidiaram a linguística histórica. Saussure afirma ainda que a crítica filológica é falha porque "apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada". É interessante notar que esta última crítica feita pelo autor caberia como uma autocrítica de seu próprio projeto: o de estabelecer o objeto da linguística separando a língua da fala e privilegiando a primeira em detrimento da segunda.

Bakhtin/Volochínov foram os primeiros teóricos a questionarem as concepções filosóficas de Saussure. Em **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, obra publicada na União Soviética (atual Rússia) em 1929, época em que o stalinismo perseguia ferozmente os dissidentes do "socialismo real", estes autores ousaram questionar cientificamente a ideologia totalitária revestida com um verniz de socialismo. Esta obra, de subtítulo "os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem", ficou desconhecida durante muito tempo na própria Rússia e mundialmente até a década de 1970, quando surgem novas publicações.

Tanto Bakhtin/Volochínov quanto o criador da AD, Michel Pêcheux, partem da crítica a linguística saussuriana tomando a ideologia como categoria central dos discursos. Como nos alerta Roman Jakobson em prefácio que pode ser lido na versão brasileira do texto de Bakhtin/Volchínov, esta obra "antecipa as atuais explorações realizadas no campo da sociolingüística e, principalmente, consegue preceder as pesquisas semióticas de hoje e fixar-lhes novas tarefas de grande envergadura. A

"dialética do signo", e do signo verbal em particular (…) adquire um grande valor sugestivo à luz dos debates semióticos contemporâneos" (2006, p.9).

Bakhtin/Volochínov (2006, p.24) sinalizam modestamente no prólogo de sua obra que:

> não se trata de uma análise marxista sistemática e definitiva dos problemas básicos da filosofia da linguagem" mas de "esboçar as *orientações de base* que uma reflexão aprofundada sobre a linguagem deveria seguir e os *procedimentos metodológicos* a partir dos quais essa reflexão deve estabelecer-se para abordar os problemas concretos da lingüística". [...] A atual inexistência, na literatura marxista, de uma descrição definitiva e universalmente reconhecida da realidade específica dos problemas ideológicos tornou nossa tarefa particularmente complexa. Na maioria dos casos, esses problemas são percebidos como manifestações da consciência, isto é, como fenômenos de natureza psicológica. Uma tal concepção constituiu um grande obstáculo ao estudo correto dos aspectos específicos dos fenômenos ideológicos, os quais não podem, de forma alguma, ser reduzidos às particularidades da consciência e do psiquismo. Por isso, o papel da língua, como realidade material específica da criação ideológica, não pôde ser justamente apreciado.

Ao considerarem os problemas da filosofia da linguagem (incluindo a linguística) associados aos da ideologia, Bakhtin/Volochínov criticam os dois grandes campos teóricos "que orientam a linguística de sua época – o subjetivismo idealista, defensor de uma concepção de linguagem como expressão do pensamento e o objetivismo abstrato que concebe a língua como sistema estável, portanto isolável para estudo sem incorporar as imprevisões do discurso" (CAVALCANTE, 2007, p.34). É neste segundo campo que estão inclusas as ideias linguísticas de Saussure.

Bakhtin/Volochínov (Idem, p.34) consideram a palavra como o "fenômeno ideológico por excelência. [...] A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo" concluindo que se deve colocar a palavra como signo ideológico "em primeiro plano no estudo das ideologias".

A partir do pressuposto da não existência da neutralidade, sempre havendo, portanto, posicionamentos no discurso que podem nos levar a certos entendimentos e posicionamentos sobre a realidade - que a própria noção de neutralidade não é neutra- acreditamos na existência da ideologia. O crer tem um sentido de fé; não uma fé cega, idealista, mas aquela em que o sujeito constrói seu ponto de vista ideológico a partir de reflexões teóricas e pela percepção crítica da realidade a fim de transformá-la. Uma fé/esperança na mudança social em seu sentido radical, socialista, emancipador.

Referimo-nos ao caráter de crença da ideologia por esta categoria teórica, central para o entendimento do discurso, ser atacada por todos os lados; desde aqueles

interessados no engessamento da realidade e, consequentemente, na manutenção da exploração e opressão capitalistas, até teóricos críticos, como é o caso de Bourdieu que defende seu apagamento. Essa polêmica quanto à ideologia também é travada no campo do marxismo, que ficou durante muito tempo preso à compreensão de ideologia como falsa consciência, proveniente de uma leitura errônea da obra de Marx, mais especificamente de a *Ideologia Alemã,* escrita com Engels. Já na Análise do Discurso a ideologia tem sido trabalhada basicamente a partir de um ponto de vista gnoseológico (influência althusseriana) e outro ontológico (influência Lukacsiana) (CAVALCANTE; FLORÊNCIO; MAGALHÃES & SILVA SOBRINHO, 2009). A influência althusseriana na constituição da AD, marcada pela noção de assujeitamento, vem sendo revista, dando espaço para os sujeitos se movimentarem para além das prisões dos aparelhos ideológicos. Ganha força neste caso a visão ontológica da ideologia, enquanto conscientização e prévia-ideação.

A postura de Cavalcante com a AD (CAVALCANTE; FLORÊNCIO; MAGALHÃES & SILVA SOBRINHO, 2009) nos leva a retomar e tecer críticas a sociologia de Bourdieu. Como já sinalizamos, defendemos ideias desse autor, como o conceito de campo e de heterodoxia, no entanto como entendemos a construção teórica de maneira não dogmática, nos distanciamos mais uma vez desse autor quanto a sua noção de ideologia. Nossa aproximação teórica entre correntes de pensamento aparentemente opostas resulta da busca por um espírito antidogmático crítico, bússola para a discussão de problemáticas complexas postas pelo e no real concreto. Concordando com Cavalcante (2008, p.51),

> A posição teórica que assumimos parte do referencial teórico de Paulo Freire e da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, à qual acrescentamos uma interlocução com Lukács, Bakhtin/Voloshínov e outros teóricos que refletem acerca da ideologia nos processos de significação. A partir dessa perspectiva, somos conduzidos a posicionamentos sobre leitura, diferentes (...). Assumimos a leitura como prática de produção de sentidos historicamente determinada, um processo de desvelamento, confrontação construção/desconstrução de sentidos por um sujeito, que, inscrito em determinada condição sócio-histórica, diante de uma materialidade discursiva, identificando-se ou não como o sujeito/enunciante, com ele estabelece uma interlocução – ratificando, refutando, ressignificando os sentidos aí existentes.

Ao concordarmos com a noção política de ideologia e aderirmos à perspectiva de libertação freiriana, criticamos as teorias educativas de Bourdieu e, portanto sua ideologia de educação. Ou seja, reiteramos a crítica feita por Cavalcante (primeiro

capítulo), pois as teorias crítico-reprodutivistas de educação, por mais que produzam uma aproximação coerente da realidade cruel de violência simbólica e arbitrário cultural dos sistemas de ensino, não abrem espaço para a mudança, funcionando apenas para o conhecimento parcial da realidade e de sua reprodução. Falta à teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron o elemento ideológico classista. Uma ideologia pedagógica libertadora do oprimido como construiu Paulo Freire. Autor cuja teoria tem a intenção de ajudar o oprimido a fazer uma leitura da realidade de maneira crítica, autolibertadora, para além do conhecimento bancário e opressor. Saviani (s/ano, p. 22-23) ao analisar a teoria reprodutivista referida percebe que "a teoria não deixa margem a dúvidas. A função da educação é a de reprodução das desigualdades sociais" e conclui:

> Eis a função logicamente necessária da educação. Não há, pois outra alternativa. Toda tentativa de utilizá-la como instrumento de superação da marginalidade não é apenas uma ilusão. É a forma através da qual ela dissimula, e por isso cumpre eficazmente, a sua função de marginalização. Todos os esforços ainda que oriundos dos grupos ou classes dominados, revertem sempre no reforçamento dos interesses dominantes.[...]Eis porque Snyders resumiu sua crítica a essa teoria na seguinte frase: 'Bourdieu-Passeron ou a luta de classes impossível.'.

A ilusão de fechamento do real que nos traz um sentimento de impotência é reforçada quando Bourdieu (1996, p.266-268) defende a substituição do conceito de ideologia por outros conceitos como o de dominação simbólica e violência simbólica com a argumentação de, pelo uso e abuso da palavra, ela já não funcionar mais, sendo preciso "dispor de conceitos eficientes e eficazes". Este autor critica a visão de ideologia de Althusser como aristocrática, afirmando que este faz um uso muito violento do conceito. Considera mais útil a noção de *doxa* e defende uma "filosofia da mudança" oposta a "tradição cartesiana presente na tradição marxista". Ora, se considerarmos as críticas que já fizemos, apoiadas em Cavalcante, podemos considerar o pensamento de Bourdieu no que se refere à educação (vista por sua teoria do sistema de ensino) e sua posição em relação á ideologia como igualmente aristocrático, pois seu discurso teórico produz efeitos de sentidos de que não há saída, sendo tão violento quanto o pensamento althusseriano. Apesar das críticas, Orlandi (1996) em um de seus primeiros textos sobre o discurso lançados no Brasil, em 1983, dialoga com as teorias de Bourdieu ao analisar o *Discurso Pedagógico* (DP).

Como já foi frisado, a ideologia é a categoria central do discurso, na perspectiva da AD de linha francesa. A fim de ampliar esse debate trazemos no próximo tópico

contribuições a noção de ideologia, com destaque para o diálogo com a perspectiva da ontologia marxiana de Lukács.

2.3 Trabalho, Ideologia e a crítica à Propriedade capitalista.

O *trabalho* é uma categoria central para compreender a sociedade capitalista de maneira global e em suas diversas facetas ou dimensões. Essa centralidade se dá por ser o trabalho fundante do ser social, ou seja, é a "dimensão ontológica" que nos torna humanos e nos diferencia em última instância das outras espécies animais. O trabalho é a base da sobrevivência social. No entanto, esta base não existe sem a natureza. Não se pode compreender o trabalho abstratamente, sem sua base material, viva, seu meio de subsistência.

A partir de uma perspectiva materialista, em que se busca as raízes dos fatos sociais na História da humanidade, é possível compreender também as relações do ser humano com a natureza. Da natureza e do trabalho, retira-se toda a riqueza da humanidade. É por isso que o trabalhador não cria nada sem a natureza, "sem o mundo exterior sensível". "Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva" (MARX, 2008, p.81). Há uma relação intrínseca entre trabalho e natureza, esse não podendo ser compreendido sem aquela.

Sobre essa relação, Marx (1996, p.172) afirma em *O Capital,* no capítulo que trata da mercadoria, da riqueza material produzida pelo trabalho:

> Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

É a mediação entre natureza e trabalho que permite o surgimento da complexidade humana representada pela ideologia. Em última instância a ideologia é proveniente do trabalho, considerado como intercâmbio social com a natureza. Sendo assim, para Lukács (1997, p.34) tanto a linguagem quanto o pensamento conceitual surgem do trabalho, das necessidades postas pelo trabalho, formando um complexo dialético em que “o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceptual e vice-versa”.

Trabalho e natureza relacionam-se diretamente também com o conceito de propriedade privada, base fundamental dos problemas sociais e ambientais. O conceito de *Economia Nacional*, teorizado por Marx, mostra contradições existentes na sociedade de classes, criada pela propriedade privada dos meios de produção (MARX, 2008, p. 88):

> A economia nacional parte do trabalho como [sendo] propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho e tudo à propriedade privada. Proudhon, a partir desta contradição, concluiu em favor do trabalho [e] contra a propriedade privada. Nós reconhecemos, porém, que esta aparente contradição é a contradição do trabalho estranhado consigo mesmo, e que a economia nacional apenas enunciou as leis do trabalho estranhado.

Proudhon (1975, p 11), inicia a sua obra de 1840, *O que é a Propriedade?*, elogiada por Marx, afirmando, o que pretende provar ao longo do texto, que a propriedade é um roubo:

> Se eu tivesse que responder à seguinte pergunta: **O que é a escravatura?** E respondesse sem hesitar: **É o assassinio,** o meu pensamento ficaria perfeitamente expresso. Não precisarei de fazer um grande discurso para mostrar que o poder de privar o homem do pensamento, da vontade e da personalidade, é um poder de vida e morte e que fazer de um homem escravo equivale a assassiná-lo. Porquê então, a essa outra pergunta: **O que é a propriedade?** Não posso responder simplesmente: **É o roubo** (…)?

Sendo a propriedade, para Proudhon, baseada na desigualdade de direitos, portanto, a negação da igualdade de fato, originada no direito individual ao lucro pela exploração do trabalhador, resta ao autor a negação do direito de existência da propriedade, pois por mais argumentações econômicas e legislativas que se possam ter a favor dela, vai sempre estar baseada na exclusão (injustiça) e no despotismo. Mesmo que fosse verdade o argumento do direito a propriedade pela ocupação (da terra), o indivíduo ocupante jamais poderia produzir a riqueza sozinho, sendo necessária a associação com outros indivíduos, pois,

> O homem isolado não pode suprir senão uma parte muito pequena das suas necessidades; toda a sua potência está na sociedade e na combinação inteligente do esforço universal. A divisão e a simultaneidade do trabalho multiplicam a quantidade e a variedade dos produtos; a especialidade das funções aumenta a qualidade das coisas consumíveis.
> Qualquer homem vive, portanto, do produto de vários industriais diferentes; todo trabalhador recebe da sociedade inteira o seu consumo e, com o seu consumo, os meios de reproduzir (idem, p.128).

Com a impotência individual para produzir a riqueza, é apenas com o concurso forçado dos trabalhadores que a propriedade gera o lucro para o capitalista. O lucro é a eterna dívida do proprietário para com o trabalhador:

> Ora esse fermento reprodutor, esse germe eterno de vida, essa preparação de fundo e de instrumentos de produção, é o que o capitalista deve ao produtor e que nunca lhe entrega: e é essa recusa fraudulenta que faz a indigência do trabalhador, o luxo do ócio e a desigualdade das condições. É sobretudo este aspecto que consiste o que tão bem se apelidou de exploração do homem pelo homem (idem, p.102).

Ao tomar partido pelo trabalho junto a Proudhon, Marx coloca que com a propriedade privada há um "estranhamento do trabalho". Esse estranhamento é percebido pelo filósofo como a "interconexão essencial entre propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência etc. de todo este estranhamento com o sistema de dinheiro" (2008, p.80). Estranhamento exercido na prática pelas leis nacionais-econômicas, que separa o trabalhador de seu trabalho, de seu produto, deixando-o "mais pobre de espírito e servo da natureza" (idem, p.82).

A crítica feita por Marx ao estranhamento provocado pela apropriação privada do fruto do trabalho, que “aliena” o ser humano, deixando-o a mercê da natureza, não quer dizer que, se abolida a exploração do trabalho pelo capital, haja um distanciamento tal do humano com o natural que torne aquele independente deste.

O fenômeno de distanciamento, consequência direta do trabalho, da relação sujeito-objeto e da inevitável separação entre sujeito e objeto desta relação, cria a linguagem. A reprodução da linguagem, através do signo verbal, “se separa dos objetos designados por ela e, por conseguinte, também do sujeito que a realiza” (Lukács, 1997, p.66). Assim pode-se criar conceitos que se separaram tanto do objeto quanto do sujeito, que serão reproduzidos por outros sujeitos independentemente do ato criador do trabalho e da linguagem associada que os originou. A criação desses conceitos permitem com que haja uma formação de consciência de escolha entre os conceitos, as diversas possibilidades da práxis, que permitem o indivíduo se antecipar e planejar antecipadamente os resultados de suas ações. Esse domínio da consciência, segundo Lukács (idem, p.67), “do homem sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma condição elementar do trabalho mais primitivo, e por isso não pode deixar de marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo”. Visto isso, vejamos a reflexão de Lukács (1997, p.68) quanto à relação humano-natureza:

> O homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece, em sentido biológico, um ente

> ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico, -- apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico – está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando a universalidade desta ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade. Não importa quantas possibilidades diversas se possam introduzir neste processo, nada muda à relação ontológica última da consciência com o corpo.

As *posições teleológicas primárias*, aquelas contidas no trabalho, no intercâmbio orgânico do trabalho com a natureza, dão origem a novas posições teleológicas, as *posições teleológicas secundárias*, a **prévia-ideação,** momento ideal anterior ás práticas, que corresponde ao conceito de ideologia. Assim, para Lukács a ideologia corresponde a uma função do ser social, que permite tomadas de decisão entre as possibilidades de ação, e não a uma falsa consciência, como tem sido atribuída por certa interpretação do marxismo. "A diferença básica entre os dois tipos de posições teleológicas é, pois, que enquanto a primeira desencadeia cadeias causais, a segunda tem por objetivo o comportamento dos outros homens, isto é, provocar a mudança para uma nova posição teleológica" (VAISMAN, 1989, p.415-416). Conclui-se que "o objeto das posições teleológicas secundárias são os próprios homens, as suas ações e seus afetos na práxis social laborativa" (idem, ibidem). Para Lukács,

> Com a diferenciação social de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica [secundária] torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia. Ou seja: nos conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a ideologia produz as formas através das quais os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles se inserem mediante a luta.
> Esses conflitos envolvem de modo cada vez mais profundo a totalidade da vida social. Partindo dos contrastes privados e resolvidos de modo diretamente privado no trabalho individual e na vida cotidiana, eles chegam até aqueles graves complexos problemáticos que a humanidade vem se esforçando até hoje para resolver, através da luta, em suas grandes reviravoltas sociais.

O conhecimento científico, ao longo de seu desenvolvimento na história, sempre foi alvo de disputas e de interesses diversos. Isso acontece porque nenhum conhecimento é neutro. Podemos dizer o mesmo, portanto, das disciplinas científicas naturais. Nessas ciências, por predominar um sentido positivista de ciência pela ciência, da busca por leis imutáveis, ou que caminham para sentidos de irrefutabilidade absoluta, até mesmo nessas ciências não existe neutralidade. A ciência mais próxima da realidade natural pode ser utilizada por interesses ideológicos diversos. A apropriação capitalista/individualista dos conhecimentos descritivos mais "puros" dissipam qualquer

defesa da neutralidade. Daí a importância do posicionamento político de qualquer cientista. Esse raciocínio pode ser utilizado da mesma maneira para as análises e descrições das ciências sociais. Dessa forma, através de um combate envolto no que se conhece hoje, mais definidamente como a categoria teórica Ideologia, vimos nascerem perspectivas transformadoras e mantenedoras da realidade como polos sociais antagônicos. Foi assim que teóricos socialistas, a exemplo de Proudhon e Marx, enfrentaram a ciência dos economistas burgueses e dos socialistas utópicos no século XIX, ou seja, confrontaram o ponto de vista do capital ou da classe dominante a partir de uma perspectiva emancipadora, colocando-se ao lado dos trabalhadores, classe social que produz a riqueza, mas dela é alienada pelo sistema sócio econômico burguês e pelo Estado capitalista.

O confronto de interesses se deu por parte dos socialistas com a construção de teorias críticas à exploração e opressão capitalistas, bem como pela influência direta ou indireta no desencadeamento de movimentos políticos e sociais como, por exemplo, a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) na década de 60 no séc. XIX ou, um pouco mais tarde, com a Revolução Russa de 1917. Já o outro polo do conflito de classes, a burguesia e seus representantes políticos, utiliza mecanismos coercitivos tradicionais do Estado, como a violência física para manutenção de sua dominação. A classe social dominadora utiliza a ideologia de naturalização da realidade, através de conhecimentos científicos ditos "neutros" para justificar as posições sociais estabelecidas (MÉSZÁROS, 2005; 2008). Um exemplo dessa questão foram as disputas ideológicas sobre os resultados das pesquisas evolucionistas de Darwin e Walace, mais especificamente, a polêmica teoria da seleção natural, que defendeu a tese de que na natureza, os mais fortes sobrevivem, transposta pelos positivistas conservadores para o entendimento das relações sociais, mecanismo ideológico que ficou conhecido como darwinismo social (BOOKCHIN, s/ano).

As ciências, à época citada acima, ainda estavam muito ligadas à filosofia e não tinham o caráter fragmentário e superespecializado de nossos dias. Devido a essa problemática, há pouco diálogo entre as diversas áreas do conhecimento científico, ocorrendo uma separação extrema entre as diversas compartimentalizações, fato que aumenta exponencialmente, se considerarmos a distância ainda maior entre as ciências naturais e as sociais (GUIMARÃES, 2005), forma hegemônica de produção científica, herdeira de um positivismo refinado para a maximização dos lucros.

Retomando a última citação feita de Lukács acima, defendemos a compreensão ontológica do ser social, contrária à fragmentação da realidade, por estar ligada a uma visão de totalidade cuja raiz é o trabalho. Entendendo o trabalho como raiz da totalidade social, nos leva a defender a constituição de novas relações sociais, onde o trabalhador não seja submetido à propriedade, como na atual sociedade capitalista produtora de miséria e destruidora da natureza. Essa perspectiva antagônica, que toma partido do trabalho contra o capital na luta de classes é a única que pode trazer a realidade social uma prática de intercâmbio orgânico com a natureza não predatório, permitindo o desenvolvimento harmônico desta e uma retomada do processo natural de equilíbrio ecológico, onde humano e natureza não sejam meras fontes de lucros para o capital.

Baseado nesta última afirmação, bem como em toda discussão lançada até agora nessa dissertação, discutiremos no capítulo que segue questões relevantes ao objeto de pesquisa: o discurso de Educação Ambiental em Alagoas, especificamente aquele relacionado às **origens ambientalistas** e ao atual **discurso da empresa Braskem** e do programa de Educação Ambiental a ela ligado, o **Programa de Educação Ambiental lagoa Viva.**

3 A PROBLEMÁTICA ECOLÓGICA E O OBJETO DE PESQUISA.

3.1 Ambientalismo em Alagoas: memórias e referências históricas a Octávio Brandão.

A importância de Octávio Brandão, particularmente de sua obra Canais e Lagoas tem sido negligenciada da historiografia do ambientalismo brasileiro. Ainda que este autor não tenha participado tardiamente do ambientalismo militante que viria nascer décadas depois de seus escritos ambientalistas sobre as lagoas Mundaú e Manguaba, sua obra marca os primeiros protestos solitários contra a destruição ambiental. Não a toa, Miranda, um dos fundadores do significante movimento ecológico histórico em Alagoas, em prefácio da terceira edição a obra de Brandão publicada em 2001, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), afirma-o como “um pioneiro do ecologismo”.

Há uma notável lacuna deixada nos escritos de Luiz Pereira, médico e orquidófilo alagoano, ao tratar de naturalistas que trouxeram contribuições para compreender a

história da natureza alagoana; estamos nos referindo a sua brochura Meio natural alagoano: aspectos históricos.

Na obra citada, Pereira dedica-se mais ao século XVII (primeiro capítulo) com destaque para a contribuição científica de três naturalistas (George Marcgrave, Guilhermo Piso, psedônimo de Willem Pies e Manuel Câmara), destacando documentos do período holandês desse século (segundo capítulo). Passa para fins do século XVIII, onde estuda cartas régias que visam conservar as florestas, destacando-se a figura do "senhor de engenho e plantador de algodão" e "Juiz Conservador das matas" José de Mendonça Mattos Moreira.

É notável, a reprodução da imagem de matéria estampada na primeira página do jornal alagoano de 1917, A Pyrausta, cujo proprietário fora Moreno Brandão (Historiador alagoano); matéria esta assinada por W. de Almeida, intitulada Derrubadas e incêndios, que cita relatórios de 1797 do "1° conservador das matas da comarca de Alagoas, José de Mendonça Mattos Moreira". De acordo com o redator da matéria, nesses relatórios "tem-se a ideia precisa das apreciáveis devastações que os sesmeiros já então faziam, abatendo-se as matas para evitar as limpas que seriam obrigados a fazer nas plantações em capoeiras"[24]. Complementando este raciocínio, Pereira (1991, p.39) lamenta não ter atingido seus objetivos, a Conservatória, que fora mantida até 1827, "ausente que foi a desejável ética – sobretudo dos juízes substitutos do primeiro titular – na conduta dos negócios do interesse da Coroa", pois uma vez que houvesse dinheiro, cessava qualquer proibição (idem, ibidem). Seu lamento a uma suposta ética que teria se perdido, evidencia o não questionamento do caráter economicista do conservacionismo de Moreira.

Uma descrição diferenciada, abordagem que preferimos a de Pereira, sobre José Moreira, é a de Lindoso. Esse autor dedica um capítulo de sua obra sobre os cabanos a descrição das matas, discutindo as contribuições de Piso e Marcgrave, também problematizando de maneira destacada as contribuições de Moreira. Entendemos mais claramente, a partir de Lindoso, que o "discurso silvicultor" de Moreira, funcionário do rei, mantinha uma preocupação meramente econômica, já que a destruição das matas ofendia para o Conservador, não aos pobres que nela viviam, mas apenas o "bom desempenho dos estaleiros navais reais, que passavam a carecer de madeira adequada à construção dos barcos de marinha, destinados à guerra e ao tráfico mercantil" e "aos

[24] Cf. matéria do jornal a Pyrausta na p. 30 da citada obra de Pereira.

próprios engenhos que ficavam sem lenha para as fornalhas" (LINDOSO, 2005, p. 87). A descrição das matas feita por Moreira, e que Lindoso (idem, p. 93) utiliza apenas para compreender o ambiente da insurreição popular de 1832, é descrita da seguinte maneira:

> Foram essas matas que viram, no século XVII, as guerras contra os negros mucambeiros e as guerras flamengas, e já nos meados do século XIX a cabanagem de 1832 (…). Uma presença contínua africana nessas matas que o ciúme real fez do Juízo da Conservatória, isto é, matas tombadas e reais (…). A tomada dessas matas pelos sesmeiros, donos de engenhos e escravaturas, a derrubada predatória dos bosques mais ricos e trancados, significaram, depois da derrota cabana de 1836 a conversão desses pobres da terra a miséria rural (…). A devoração das matas pelo fogo das fornalhas dos engenhos e dos roçados grandes significou a degradação da pobreza colonial, que surgira na época da conquista e ocupação, e sua conversão em miséria sesmeiro-escravista.

Retomando a citada obra de Pereira, este passa para um quarto capítulo, Século XIX: estudos de recursos naturais alagoanos; projetos de colonização, e para um quinto, Século XX: estudos e publicações a partir da segunda década, deixando de discutir Canais e Lagoas e pulando assim o significativo período da militância naturalista de Octávio Brandão e sua contribuição pioneira ao conhecimento botânico, geológico, geográfico e social, de ambientes bastante representativos da ecologia de Alagoas.

É importante frisar que esse hiato deixado por Pereira, não se deve ao desconhecimento da obra de Brandão, pois em estudo anterior, houvera citado a contribuição de Brandão ao conhecimento do meio natural alagoano. Em sua coletânea de artigos sobre ecologia e meio ambiente, publica uma conferência por ele dada em 1988 no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Esta conferência, intitulada MEIO AMBIENTE ALAGOANO: DE MATOS MOREIRA A DIVALDO SURUAGY, fora pronunciada pela passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente. O autor cita Brandão apenas como um "naturalista-poeta", no sentido daquele "que ao consignar seus sonhos de um (ainda) adolescente a miragem nos 'palácios de mármore que hão de fugir ao sol diante da vastidão do tabuleiro' " (BRANDÃO apud PEREIRA,1990 p.126), enxergava a lagoa com o olhar de progresso. Ao resumir o olhar de Brandão sobre os canais e lagoas dessa forma, o autor é injusto com a obra de Brandão. Logo após lembrar dessa passagem de Canais e Lagoas de Brandão, Pereira continua da seguinte maneira:

> agredido, impiedosamente, o meio ambiente alagoano – sobretudo pela desenfreada, contínua, criminosa transferência dos nossos RECURSOS naturais – a RIQUEZA dos palácios de mármore foi, tem sido, gerada lá fora, distante de nossas divisas: esse processo tem início com a irracional exportação, sem qualquer retorno, de nossas melhores essências florestais – e prossegue, atualmente, quando – como exemplo – transferimos para outros

> estados, todos os dias, milhões de metros cúbicos de gases, milhares de barris de petróleo.

Nesta obra, como se pode observar já pelo título, há também uma ênfase dada as contribuições de Moreira, que segundo o autor é meramente referencial, pois para ele "dissertando sobre meio ambiente alagoano, logo me vêm a memória as questões ecológicas, preservação, conservacionismo… e, por associação de ideias: Ah! O 'Juiz Conservador das Matas' etc… etc…", surgindo por consequência o nome do Ouvidor Moreira (1990, p.131). É fato que nesta referida obra, o autor enfatiza as legislações/legisladores, daí também a breve referência a Divaldo Suruagy, citando a fundação no governo deste, da Coordenação do Meio Ambiente (CMA), a partir de 1976, e a figura do ecólogo José Geraldo Wanderley Marques a frente dessa coordenação. Este último, que em nossa opinião deveria ser o referencial fundamental ao lado de Brandão, e não, Moreira ao lado do antigo governador[25], este que nas palavras de Pereira (idem, ibidem), foi um estadista preocupado com a preservação do meio ambiente alagoano, elaborando "nada menos que cinco textos legais de relevante alcance, colimando deixar nosso estado provido de ambiente compatível com melhores condições de vida".

Ao rememorarmos a figura do ecólogo e ecologista, José Geraldo Marques, é preciso lembrar que o também poeta esteve não somente a frente da CMA, que posteriormente se transformará no Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL); também é preciso lembrar de sua militância no movimento ecológico que teve o Rio São Francisco como referente de natureza a ser defendida, através do Comitê de Defesa da várzea da Marituba.

O referido Comitê, criado em Maceió e formado pelas entidades ambientalistas Movimento Pela Vida, Ecoterra, Grupo de Estudos e Ação Biológica (GEAB), Brigada Ecológica, Partido Verde e Grupo de Etnoecologia, lutou contra um projeto de irrigação e drenagem da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Projeto de expansão da agroindústria canavieira cujos estudos de intervenção iniciaram em 1972, encontra no ano de 1985 uma reação dos pescadores que vivem na região a ser atingida pelas ações da empresa. Essa luta culmina na criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Marituba em 1988; situada na região do Baixo

[25] Fazemos referência ao título da conferência de Pereira, que em nossa opinião, para fazer valer uma concepção ambientalista crítica, deveria ser intitulada: Meio ambiente alagoano: de Octávio Brandão a José Geraldo Wanderley Marques.

São Francisco, entre os municípios de Feliz Deserto, Piaçabuçu e Penedo. No ano de 1990, o citado Comitê, lança uma moção de apoio à Várzea da Marituba durante o seminário "Universidade/Meio Ambiente" na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É interessante notar que um dos tópicos dessa moção responsabiliza o presidente do IMA-AL e o então Secretário Nacional do Meio Ambiente (Marques, 1992). A ironia é que quem assumia a pasta desse último cargo era José Lutzenberger, ecologista que havia lançado quase duas décadas antes seu *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*; manifesto que teve o apoio e foi subscrito por 10 entidades ambientalistas, das quais eram: 4 do Rio Grande do Sul, 3 de Santa Catarina, 1 do Rio de Janeiro, 1 no Paraná e 1 em São Paulo.

Tendo feito a crítica de certa abordagem da memória de Octávio Brandão, faz-se necessário discutir a sua obra e a necessidade de outra memória, aquela voltada para um ambientalismo radical.

Octávio Brandão iniciou sua obra prima do ambientalismo lagunar, seu *Canais e Lagoas*, ainda bem jovem, com menos de 20 anos de idade. Nascido no ano de 1896 na cidade de Viçosa/AL teve seus primeiros contatos com a lagoa Mundaú quando foi morar em Maceió por volta de 1909. Como disse esse autor em memórias publicadas como anexo a citada terceira edição, uma parte dos seus antepassados foram da região do rio São Francisco e a outra parte da região dos Canais e Lagoas, por isso, afirma que as raízes de seu ser "mergulham no fundo dos CANAIS e das LAGOAS e entranham-se pelas margens adentro" (BRANDÃO, 2001, p. 157). Continua sua memória afirmando que ao ler uma matéria de jornal em Recife, em 1914, que elogiava a obra "Viçosa de Alagoas" de seu tio Alfredo Brandão, com um final que exaltava a beleza dos mares, rios e lagoas alagoanas, Octávio Brandão disse compreender "a tarefa que ia cair sobre seus ombros" (idem, ibidem).

Ainda em Recife, quando de sua formação acadêmica em Farmácia (1912-1914), as ciências naturais lhe exerceram um forte fascínio através da obra de importantes naturalistas, como Darwin, Haeckel, Humboldt, Branner, Ratzel, Karl Ritter, Eliseu Reclus, dentre outros. Ao lado do estudo de geografia e ciências naturais, Octávio Brandão também sofrerá influências políticas em sua formação através de estudos sociais, como a ajuda ao seu tio com pesquisa sobre o Quilombo dos Palmares, ou ao pesquisar aspectos históricos e socioeconômicos de Pernambuco, o que marcará sua forma de ver a natureza onde o ser humano deve ajudar em sua evolução e não destruí-

la, ou seja, uma visão da natureza que não dissocie os problemas naturais dos problemas sociais.

Quando volta a Maceió em 1915 convive com os trabalhadores dos canais e lagoas e inicia seus estudos autodidáticos de mineralogia e geologia. No ano de 1916, já decidido a escrever o que será mais tarde sua principal obra, começa uma série de excursões solitárias as margens das lagoas e canais, num percurso total estimado por ele de 1.500 quilômetros, dos quais 600 feitos a pé, durante os fins de semanas e feriados, "galgando as serranias; mergulhando no âmago dos chapadões; irrompendo pelos matagais (...); desafiando as maretas das lagoas em fúria; dormindo ao relento (...)" (BRANDÃO, 2001, p. 160). Terminada a obra, fará 3 conferências para divulgá-la, em particular sobre seu descobrimento de indícios de petróleo em solo alagoano, alertando para a riqueza em potencial do estado, não levado em conta pelos interesses da elite em manter a estrutura agrária dominante.

Outro aspecto importante na vida de Octávio Brandão, à época de Canais e Lagoas, foi sua adesão ao movimento operário em 1917 e a ideologia anarquista nascente em Alagoas. No entanto, como vimos salientando, as influências políticas sobre Brandão já vinham se dando bem antes, como é o caso do Quilombo dos Palmares, episódio da luta dos oprimidos que o autor lembra falarem desde criança na cidade de Viçosa onde vivera. É nesta cidade, que irá surgir em 1916 o jornal a Tribuna do Povo, editada pelo artesão-tipográfo vindo de Niterói, anarquista Antônio Bernardo Canellas, lembra Brandão (2007, p.274-275) em suas memórias romanceadas. Já em 1917, Antônio Canellas edita o jornal a Semana Social, no qual Brandão será colaborador, publicando um Apelo chamando o Povo à Revolta (idem, p. 278).

A militância ao lado dos trabalhadores empreendida por Brandão leva-o a fazer incursões pelo interior do Estado de Alagoas pregando a terra aos trabalhadores de enxada. Nasce uma concepção de divisão da terra, de reforma agrária que é colocada em *Canais e Lagoas*, já que para o autor é "preciso uma maior repartição da terra" e conclui que " a atual organização social é a causa essencialíssima da miséria de nosso povo" (BRANDÃO, 2001, p. 142). Com esse espírito socialista é fundada em 1918 a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, cujo programa era "divisão das terras, a valorização do trabalho dos operários e lavradores, a fundação de escolas primárias e de ensino profissional, o ressurgimento de uma arte e de uma literatura novas, que trouxessem o cunho dos nossos costumes, do nosso folclore (BRANDÃO, 2007, p.312).

Uma poesia de Brandão, lançada no jornal A Plebe, *Em nome de quem venho*, resume bem sua concepção política e indica a necessidade da não dissociação desta com o estudo de sua obra Canais e Lagoas, pois sua vida e obra estão interligadas:

> Venho em nome dos pequenos,
> dos párias
> dos humildes...
> Em nome do oprimido contra o
> opressor
> do pobre contra o rico
> do pequeno contra o grande
> Venho em nome daqueles que não tem
> lar
> daqueles que não tem lençol
> daqueles que tem sede de amor
> daqueles que nunca tiveram uma
> benfazeja e
> carinhosa mão a suavizar a agonia
> daqueles que vivem no ódio perene.

Sua Militância enquanto anarquista, participando de atividades junto ao movimento operário e escrevendo artigos para jornais sociais levará até ele a atenção dos conservadores e o sofrimento de diversas ameaças, sendo preso e depois de solto foge para o Rio de Janeiro. Disse em 1918, em referência aos seus escritos sobre os canais e lagoas, que mesmo com as ameaças ao pensar livre e a defesa de ideias avançadas "brotaram estas páginas como flores de fogo, como rosas de dor. E venci todas essas misérias com uma força de vontade inquebrantável" (BRANDÃO, 2001, p.165).

É somente em 1919, no Rio de Janeiro, que Octávio Brandão publicará Canais e Lagoas, com a utilização de suas próprias economias, numa tiragem de apenas quinhentas cópias, pois não conseguira editor. Continua sua vida política no Rio, sofrendo novas perseguições, agora enquanto comunista (militante do PCB) e se exila em 1931 na Rússia, onde mais tarde em 1943 reverá os escritos de Canais e Lagoas em vista de uma segunda edição, publicada também no Rio de Janeiro, em 1949.

As breves referências que fizemos até agora de Octávio Brandão e de seus Canais e Lagoas, mostra o quanto o resgate de sua obra e memória para o Ambientalismo e a Educação Ambiental se faz necessário. É preciso lembrá-lo, não como aquele que defendeu o verde genericamente, a serviço da inexistente neutralidade, mas como um lutador ambientalista e socialista.

O legado ambientalista de Brandão é pouco conhecido nacionalmente, como já frisamos, no entanto este é lembrado com uma suposta neutralidade com o Prêmio

Octávio Brandão de Jornalismo Ambiental. Esse prêmio faz parte das atividades enquadradas na estratégia de Responsabilidade Social e Ambiental da Braskem para Alagoas. No 9º Congresso Internacional da Qualidade para competitividade, esta empresa mostra em seu painel um resumo de seus projetos sociais para Alagoas onde o prêmio é entendido como fazendo parte de sua Promoção Cultural. Tem-se no mapeamento feito pela empresa a seguinte categorização: Educação Ambiental (Cinturão Verde, Ecovela, Lagoa Viva) e Promoção Cultural (Núcleo de Ação Educativa Théo Brandão, Prêmio Nacional Academia Alagoana de Letras, Prêmio de Jornalismo Ambiental Octávio Brandão).

O prêmio Octávio Brandão de Jornalismo Ambiental que no ano de 2015 completa sua 12ª edição, é promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/AL), em parceria com o Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (SINDJORNAL/AL) e patrocinado pela Braskem. De acordo com a empresa "O prêmio homenageia o escritor e jornalista Octavio Brandão, que foi um pioneiro dos estudos ecológicos no Estado, e tem como objetivo premiar trabalhos jornalísticos que tenham como tema o Meio Ambiente e despertem para a importância da preservação ambiental como condição para uma melhor qualidade de vida" (BRASKEM, 2009).

O Sindjornal, anteriormente crítico a antiga empresa Salgema (hoje Braskem), sindicato que encabeçara o movimento ecológico em terras alagoanas, atualmente se alia a empresa e promove a imagem de Brandão de forma conservadora. Essa problemática pode ser melhor compreendida a partir do tópico que segue, onde é delimitado mais especificamente o objeto de pesquisa dessa dissertação.

3.2 Educação Ambiental em Alagoas: da crítica ambientalista à resposta conservadora da Indústria Química.

O nascimento dos problemas ambientais no Complexo-Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), bem como o aparecimento de ações em Educação Ambiental (EA) voltadas, especificamente, para esse meio ambiente nos remete a um processo sócio-histórico, que começa desde a criação das primeiras usinas, quando os dejetos são lançados sem tratamento, já alertado por Octávio Brandão[26] no início do século XX. Na década de 1980, existiam cerca de dez usinas sucroalcooleiras na região

[26] Para esse autor era preciso tratar das águas evitando que "usineiros argentários vertam as tibornas nos rios" (BRANDÃO 2001, p.104).

de influência sobre o CELMM (ALAGOAS, 1980). Isso deve nos deixar alerta, pois, apesar da modernização atual, em algumas dessas indústrias com a utilização do vinhoto (dejeto industrial) na fertirrigação, ainda existem sérios casos de degradação dos rios e lagoas por esse nocivo poluente (FLORES, 1999; CPT/AL, 2009).

As usinas de cana de açúcar estão entre os principais agentes responsáveis pela destruição ambiental do CELMM, além dos já citados problemas relacionados ao poder público com a falta de saneamento ambiental. Somados aos problemas ambientais causados pela indústria canavieira, temos ainda, na história das lagoas, grandes impactos, desencadeados com a implantação das indústrias Químicas Salgema (hoje Braskem), em Maceió e o Pólo Cloroquímico de Marechal Deodoro (atualmente com uma filial da Braskem em expansão). Há ainda outras indústrias, como por exemplo, a Profertil em Santa Luzia do Norte, produtora de fertilizantes.

A implantação de Indústrias Químicas em ambientes frágeis se deu como estratégia desenvolvimentista (ideologia do crescimento a qualquer custo) dos governos militares brasileiros. A presença de extensas jazidas de sal-gema com reservas estimadas em três bilhões de toneladas de minérios com grande pureza, que teriam um potencial de serem extraídas por 300 anos, atraiu logo a atenção de grandes empresários nacionais e internacionais para a área dos canais e lagoas. Em 1966 é concedida pelo Estado ao grupo industrial EU LUZ a exploração das jazidas, sendo criada para tanto a Salgema Indústrias Químicas Ltda (VIEIRA, 1997; 2003).

Apesar de terem sido feitos estudos promovidos por uma equipe técnica, ligada institucionalmente ao governo do Estado que tinha, conforme os mesmos, o objetivo de minimizar prejuízos culturais e ecológicos devido à grande modificação sócio-ambiental que causaria a implantação da Salgema (ALAGOAS, 1980), nada de concreto foi feito pelo governo e empresa para preservar de fato aquele ambiente, sobrepondo-se à preservação ambiental e social os interesses econômicos privados (LIMA, 1984).

Implantado em 1976, no bairro do Mutange e na restinga do Pontal da Barra entre o mar e a lagoa Mundaú, o Complexo Químico de Alagoas (CQA) iniciado pela Salgema, produzindo soda cáustica e cloro, aumentou a degradação ambiental já promovida pelas usinas de cana. Para sua instalação, ocorreu a destruição de dunas, resquícios de mata de restinga, desmatamento de área verde de coqueirais e destruição de pequenas áreas agricultáveis. O Início de seu funcionamento foi marcado por um clima de insegurança entre os moradores do Pontal da Barra e Trapiche, bairros próximos ao empreendimento, por conta dos vazamentos que poluíam o ar, solo e água

da lagoa Mundaú. A comunidade sofria com problemas de saúde causados pelo escapamento de cloro (VIEIRA, 1997, FLORES, 1999).

Mesmo com todos os problemas causados, é posto diante da população um projeto de duplicação da indústria que colocava em risco a saúde e a vida na região, bem como a expulsão de moradores dos seus bairros (LIMA, 1984). Diante desse projeto, ocorre a omissão do poder público e o silêncio com pouca divulgação dos fatos, nos meios de comunicação da época (PINTO, 2004).

Esses fatos que traziam para muitos jornalistas e sindicalistas lembranças de tristes períodos da ditadura militar, com suas práticas de censura em pleno vigor, instigaram a mobilização de forças políticas insatisfeitas que daria origem ao Movimento Pela Vida (MOVIDA) em 1986. Entre as demandas e reivindicação desse movimento, estavam: 1) impedir os planos de duplicação da capacidade produtiva da Salgema; 2) monitoramento imediato dos acidentes ambientais e emissões de resíduos poluentes; 3) promover estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) para fundamentar a reivindicação da transferência da Salgema para ambiente mais adequado, longe de ecossistemas de importância vital como o CELMM (PINTO, 2004).

As ações do movimento ambientalista provocaram impasses nos projetos dos empresários e governo e conflitos entre os diversos setores envolvidos. Por parte do governo, vinham contradições de querer dialogar com o movimento, implementando grupos de trabalho e estudo, debates públicos, chegando até a uma ideia de plebiscito sobre a questão (declarada inconstitucional pela justiça eleitoral), ao mesmo tempo em que se mantinha claramente a favor da Salgema e do Pólo em Marechal Deodoro, sendo suas ações artifícios para forjar uma legitimação social, amortecendo o impacto da crítica ambientalista (PINTO, 2004).

Apesar de não conseguirem todas as reivindicações, houve vitórias parciais muito importantes como a garantia das terras aos moradores pelo tombamento do Pontal da Barra, a inserção da temática ecológica e o significativo aumento da "consciência ambiental" em diversos setores da sociedade alagoana. Depois disso, surgiram em Alagoas, diversas ONGs ambientalistas com caráter mais institucionalizado, de estudo e trabalho principalmente (as ONGs de Serviço), incluídas no que veio se chamar terceiro setor, o que se distanciou do tipo de ambientalismo mais crítico e militante da década de 1980.

Após esse breve recorte histórico, podemos situar melhor e nos remetermos ao surgimento do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva/Braskem (PLV), o problema em questão no nosso trabalho, de maneira a nos aproximarmos para a análise do discurso desse projeto - sua base, referências, o que está por trás, os sentidos e silenciamentos.

Segundo Souza (2010), o projeto foi criado em 1997 pela empresa Trikem (hoje Braskem) com o nome *Programa Lagoas,* em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), envolvendo 9 escolas municipais situadas às margens da lagoa Mundaú. Na proposta de formação do projeto, foram feitos cursos de formação para professores, discutindo diversos aspectos de problemas ambientais na lagoa, incluindo o tema da poluição química. Ainda segundo a autora "Uma das conquistas mais expressivas do Programa Lagoas foi a construção da Agenda 21 de 18 escolas municipais" (SOUZA, 2010).

O Programa Lagoas é finalizado no ano de 2000, rediscutido e relançado pela empresa Braskem em 2001 como Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva. No ano seguinte, este programa se empenha na formação continuada de professores, tendo como referencial teórico Kits do PAMA (Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola) fornecidos pelo MEC (SOUZA, 2010). Em 2007 o Programa coloca que sua meta principal é institucionalizar a política de Educação Ambiental em Alagoas, de acordo com a base legal da EA (ILV, 2010).

Atualmente, as ações do PLV giram em torno do conceito de sustentabilidade com as seguintes iniciativas.

Pescadores de Mel – Capacita pescadores no entorno do CELMM na criação de abelhas; Etenoduto – Promove palestras e atividades de conscientização e mobilização para as comunidades do entorno das tubulações da Braskem; Hortas Hidropônicas e Medicinais – Difunde técnicas de cultivo em comunidades e escolas; Arte com Plástico – Capacitação através de oficinas de reciclagem com garrafas PET para escolas e comunidades; Cinturão Verde – Espaço de área verde situado ao lado da empresa destinado a excursões escolares, com palestras e incentivo ao plantio de mudas. Além dessas iniciativas, existem atividades sócio-educativas e culturais promovidas ou apoiadas pelo programa: Ecovela, Curso de Inglês, Projeto Baianas do Pontal, Oficinas de música e Jogos Estudantis. Há ainda os já mencionados projetos de formação continuada em diversas escolas em 25 municípios do entorno do CELMM, abrangendo

a área das lagoas e seus rios formadores e expandindo para outros ambientes do Estado de Alagoas como o Agreste e a Caatinga (ILV, 2010).

Situada a problemática, podemos fazer alguns questionamentos relevantes sobre o porquê da preocupação da empresa com a temática da Educação Ambiental, já que a mesma continua poluindo as lagoas, com a liberação de tóxicos no ar e nas águas e o aparecimento de explosões, além da falta de cuidados internos denunciados pelo Sindicato dos trabalhadores dessa empresa. Não é citado em nenhum documento ou notícias das ações do PLV sobre o agente cancerígeno Amianto. Este é um dos principais fatores danosos à saúde e ao meio ambiente enfrentado pelos trabalhadores (SINDPETRO AL/SE, 2009).

Quais efeitos de sentidos podemos compreender quando confrontamos o discurso ambientalista do Sindicato com o discurso de EA da empresa e PLV? Que tipo de Educação Ambiental é discutida pelo PLV e empresa? Quais efeitos de sentidos são possíveis em torno da simbologia das lagoas para a Educação Ambiental? Há possibilidade de autonomia do discurso do PLV em relação ao discurso da Braskem? Como funciona o discurso do PLV em relação às atividades sócio-históricas da empresa?

Essas são algumas questões que serviram de estímulo à pesquisa. Segundo Krawczyk (2011) "a busca de uma pergunta adequada, da questão que não tem resposta evidente é que constitui o ponto de origem de uma pesquisa científica". Ainda assim podemos acrescentar a esse raciocínio que algumas questões que são evidentes não são evidentes para todos, por isso, torna-se necessário desvelar, não só o inevidente mas mostrar o evidente para quem não o conhece e divulgá-lo didaticamente. É preciso, como se faz através da metodologia da Análise do Discurso (CAVALCANTE; FLORÊNCIO; MAGALHÃES & SILVA SOBRINHO, 2009), também uma articulação entre a História, como tentamos mostrar brevemente, a linguagem, o discurso do PLV e a ideologia que está por trás, ou melhor, que atravessa o discurso pelos efeitos de sentidos.

Como vimos acima, não existe apenas uma ideologia, mas várias ideologias que alimentam e estruturam a sociedade. Destacamos o cinismo como forma ideológica por este ser considerado central neste trabalho. Como estamos ainda em um capítulo teórico onde o objeto de análise ainda não aparece de maneira diferenciada, fazemos algumas considerações iniciais quanto a esse deslocamento.

Primeiramente, quanto à escolha do corpus discursivo - sobre o que entra e não entra na análise - entendemos tal como entendeu Orlandi, que a constituição do corpus já é análise. Quanto a essa questão, recorremos de maneira semelhante ao entendimento de Moreira (2010, p.12) sobre a constituição do corpus de sua pesquisa doutoral, o discurso do desenvolvimento sustentável:

> conforme o discurso da sustentabilidade foi sendo explicitado em seu movimento de sentidos por intermédio da análise aqui proposta, percebemos que esse discurso se organizava em três grandes eixos temáticos: o primeiro eixo discute a relação tensa e conflitante entre *desenvolvimento sustentável e a desigualdade social*, o segundo reflete a *sustentabilidade e sua relação com a educação*, e por fim, o terceiro eixo expõe *a necessidade de um controle político/ético sobre o capitalismo destrutivo*.

Conforme fomos estudando os materiais relativos ao discurso de EA da Braskem/Instituto Lagoa Viva percebemos, de maneira superficial, traços discursivos do que Sloterdijk chamou de cinismo moderno, daí a necessidade de aprofundarmos a questão do cinismo. Dessa forma, o que foi apontado pelo corpus retorna a construção da pesquisa/dissertação como conceito teórico.

A ideia de cinismo remonta à sociedade grega e à construção da filosofia antiga. Diferentemente do senso comum de nossos dias que entende a pessoa cínica como aquele indivíduo imoral, obsceno, que leva a questão sexual de maneira oportunista e machista, o cinismo grego "foi provavelmente a ramificação mais original e influente da tradição socrática na antiguidade" (GOULET-CAZÉ & BRANHAM, 2007, p. 11) e continua produzindo efeitos de sentidos na atualidade, rivalizando com o senso comum e com o cinismo capitalista na disputa desses sentidos.

3.3 Hipótese e objetivos.

Partimos do pressuposto de que a dissociação da Educação Ambiental (EA) das lutas históricas ambientalistas constitui um recurso ideológico das classes dominantes. Tendo em vista que em Alagoas houve a formação de um movimento ambientalista contrário à indústria Salgema (atual Braskem); construímos a hipótese de que a criação do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV) e do Instituto lagoa Viva (ILV) são uma resposta histórico-ideológica, a partir da perspectiva do capital, aos problemas causados por esta empresa, a fim de minimizar conflitos em relação ao tema da degradação ambiental e da Educação Ambiental, em torno das lagoas Mundaú e Manguaba. Pela relação que o programa tem com a empresa, pode-se afirmar que a

práxis discursiva de EA em questão se enquadra dentro da linha conservadora. Relação essa que impede a autonomia do projeto de EA.

No intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental Crítica em Alagoas que sirva para as práticas ambientalistas de lutas para recuperação sócio-ambiental do CELMM, trataremos, a seguir de analisar o discurso de EA do ILV/Braskem, visando desvelar seus principais sentidos ideológicos, a impossibilidade de autonomia e/ou a possibilidade de encontrarmos contradições entre o discurso do PLV e o da empresa Braskem, além de apontar concepções críticas de Educação Ambiental voltadas para a defesa ambientalista do CELMM.

4 O CINISMO EMPRESARIAL CONTRA AS LAGOAS VIVAS.

4.1. Prelúdio à tragédia.

Iniciaremos o exercício de Análise do Discurso a partir do que consideramos como elementos constituintes das bases formadoras do corpus discursivo, a fim de discutir efeitos de sentidos relacionados à Educação Ambiental no Estado de Alagoas. Desse modo, daremos ênfase a uma história do ambientalismo acontecida no território alagoano, ainda pouco discutida academicamente, que possui características locais bem peculiares, de sentidos conflitantes em torno da Educação Ambiental, da defesa ecológica do ambiente lagunar e da vida como símbolo de luta.

Primeiramente, lançaremos olhares à expressão **Lagoa Viva** presente em diversas materialidades de divulgação da Educação Ambiental em questão, a exemplos: *Informe Lagoa Viva* (2005), informativo do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva; *Programa Lagoa Viva* (s/ano), título de folder de divulgação da Braskem/Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva, no qual o programa é citado como uma iniciativa da Braskem; *INSTITUTO LAGOA VIVA* (2010)*,* título de revista do referido programa e também do instituto executor.

Destacamos a designação das duas siglas, **Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV)** e **Instituto Lagoa Viva (ILV),** a fim de especificar a análise, tendo em vista que a designação Lagoa Viva, pode ser encontrada de diversas maneiras nas materialidades, ora sendo dita junto ao conceito de *Programa*, de *Educação Ambiental*, a estes dois conceitos simultaneamente, ora como *Projeto*, ou simplesmente de forma abreviada como *Lagoa Viva*. Mas antes de discutirmos a expressão conceitual em

questão, debateremos novamente a Educação Ambiental. Sobre o conceito de Educação Ambiental (EA), que encontramos na primeira sigla citada (PLV - Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva), Layrargues (2004) entende que:

> Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo "Educação Ambiental", definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. O adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa. [...] Educação Ambiental, portanto, é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, "Educação Ambiental" designa uma qualidade especial que define uma classe de características que, juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental.

Embora a análise linguística feita por Layrargues sobre o conceito de EA na citação acima esteja correta, ao tomarmos como base, os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) de origem pêcheutiana, que considera a ideologia e a história como elementos centrais na análise, teremos de ir além dessa base linguística citada e nos aprofundarmos ainda mais para compreender o discurso que se materializa na linguagem. Podemos partir do mesmo autor acima citado, quando este faz a distinção da Educação Ambiental em dois grandes campos: um Crítico e outro Conservador (LAYRARGUES & LOUREIRO 2013), ou mesmo quando empreende em *A Cortina de Fumaça* uma análise discursiva do empresariado, lançando olhares que nos ajudarão a compreender melhor as Condições de Produção (CP) do discurso objeto de nossa pesquisa, sobre o qual destacou, em seu trabalho, a ideia de "ideologia da racionalidade econômica" que "abandona sua imagem de vilão da ecologia e adota a imagem de amigo do verde" (LAYRARGUES,1998, p.16).

Neste trabalho pioneiro no campo, o autor, que hoje é um dos principais teóricos da vertente crítica em EA no Brasil, entende que "a questão ambiental é, antes de tudo, uma questão ideológica" (idem, p.17). Ao discutir os objetivos de sua dissertação, Layrargues (idem, p.15) coloca que:

> Não está em questão discutir a riqueza ou escassez do discurso empresarial verde no tocante à questão ambiental e, tampouco, (...) realizar um estudo de caso específico para verificar se há ou não um descompasso entre a teoria e a prática empresarial dirigida para o meio ambiente, ou seja, se a ação empresarial corresponde verdadeiramente ao enunciado de seu discurso não se restringindo apenas a retórica (…). em vez de investigar a retórica do ambientalismo empresarial a fim de avaliar a distância para com a ação

> implementada em prol do meio ambiente, pretendemos identificar o grau de coerência do discurso com relação ao ambientalismo tradicional e verificar a sintonia com os princípios que norteiam o pensamento ecológico original, a partir de conceitos de racionalidade ecológica e de ética ecológica.

Layrargues descarta a sugestão de estudo de caso por considerar que, por trás dessa tendência analítica, estaria a compreensão de que o setor empresarial já estaria internalizando valores ecológicos e implementando uma produção "ecologicamente correta", abdicando assim da "ideologia da racionalidade econômica". Apesar de corroborarmos essa crítica, entendemos como interessante a noção de estudo de caso[27], mesmo que não façamos aqui, nessa dissertação, um trabalho com essa metodologia.

Ao estudar a problemática discursiva em questão, percebemos a possibilidade de ser feito um "estudo de caso", pelas características locais peculiares já discutidas, mas também pela necessidade de desenvolvimento do próprio objeto de pesquisa em discutir aspectos do meio ambiente local alagoano com mais ênfase e por outro olhar possível. E, ainda que o discurso não nos levasse necessariamente a respostas para a pergunta sobre o grau de coerência do empreendimento empresarial em relação aos problemas ambientais, o que não é o caso direto desse trabalho, apesar de ser levada em conta, como veremos adiante, pensamos que, mesmo a análise imanente de qualquer objeto, na qual a psicologia do indivíduo-autor interfere o mínimo, pode ser levada a certas direções e não outras, com ênfase em alguns aspectos e não outros, a partir de escolhas de quem escreve. Essa compreensão discursiva que abraçamos leva em conta a forma ontológica de estudo do real derivada da filosofia de Lukács.

Conforme podemos apreender de Lukács, entendemos que há uma imanência do objeto de pesquisa que determina caminhos possíveis a análise. O objeto da ontologia, estudo do ser, conceito em que se dedicou esse autor, trata de captar o que existe no real, as determinações que orientam a compreensão do ser e as diversas mediações sociais que acontecem na realidade. Conforme Vaismam (1989, p. 409), a opção de Lukács pela ontologia não se deve por "uma mera preferência pessoal ou por uma simples opção intelectual, mas porque se trata de um desafio histórico concreto". Sendo assim, a recuperação da ontologia, como pressuposta, numa perspectiva discursiva para esta análise, deve-se:

---

[27] Indicamos para os interessados em ampliar os estudos iniciados nessa dissertação, a possibilidade de "estudo de caso" para a Educação Ambiental na escola de ensino fundamental Silvestre Péricles, localizada no bairro do Pontal da Barra, âncora do Programa Lagoas e do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva.

> a afirmação [lukácsiana] de que o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída. Ideológica e conscientemente conduzida pelo homem. Postular desse modo a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade (idem, ibidem).

Mesmo sabendo que uma empresa no sistema capitalista, se quiser manter os objetivos de lucro como qualquer empresa, não pode ser ecológica ou educadora ambiental no sentido radical que vimos construindo ao longo do texto, entendemos a importância didática de demonstrar esse pressuposto nessa pesquisa. Portanto, chegamos à necessidade de entender o funcionamento do discurso da empresa Braskem e de seu programa de EA em relação à práxis histórica e ambiental. Aliado a este objetivo mais amplo também levamos em conta na análise, conforme sugestão de Layrargues (idem, p. 15), em seu objetivo de trabalho, o "grau de coerência do discurso com relação ao ambientalismo tradicional". Esse, que é um dos objetivos de nosso trabalho não foi formulado a priori, surgiu de acordo com a leitura e aprofundamento sobre o conhecimento do corpus que nos permitiu observar que o discurso empresarial de EA que decidimos analisar tem relações diretas com o surgimento do "ambientalismo tradicional" em terras alagoanas. Assim o próprio estudo em questão, nos leva a "verificar a sintonia com os princípios que norteiam a elaboração do pensamento ecológico original" (idem, ibidem), pois surge um movimento ecológico, na *cidade restinga*[28] (Maceió), conforme vimos anteriormente, nessa dissertação, justamente em contraponto às ações degradantes da mesma empresa que implementa o programa de EA que também está sob análise. Aqui cabe retomarmos uma pergunta que fizemos anteriormente: como se dá a relação do discurso de Educação Ambiental da Braskem/PLV/ILV com as reivindicações históricas do movimento ecológico? Ou melhor, poderia haver alguma referência em relação à história do ambientalismo militante em Alagoas, já que de antemão, sabemos que a posição-sujeito em questão faz parte da formação ideológica dominante? Ou se trata de um discurso que visa encobrir a história com "uma cortina de fumaça" (pegando emprestado a expressão metafórica

[28] Nome dado por LIMA (1999) a cidade de Maceió, em seu estudo geomorfológico sobre o litoral alagoano. Essa adjetivação deve-se a localização numa faixa arenosa "que transformou um estuário em lagoa" (idem, p.27). Essa transformação que fez nascer a lagoa (ou laguna, já que esta mantém contato direto com o mar) deveu-se a formação de barramentos (fechamentos) naturais, as restingas, pela deposição de sedimentos que descem dos rios (idem, p.117). De acordo com o referido autor, é dos indígenas que viveram na região a origem do nome e da cidade; originária do tupi, *maçai-o-g*, significando "o que tapou o alagadiço" (idem, p.23).

utilizada por Layrargues), uma fumaça educativa verde, visando impedir a formação de uma consciência histórica crítica em torno de temas educativos ligados à defesa das Lagoas ou relativos à EA globalmente?

A AD, que utilizamos neste trabalho, é uma vertente analítica que considera a materialidade linguística, deslocando a dicotomia lingua-fala Saussuriana ao questionar os sentidos que circulam nas/pelas palavras. Dessa forma, além da Linguística a AD possui relações com outras duas grandes áreas fundadoras de sua teoria e método de Análise: o materialismo dialético marxista, na busca da relação do histórico com a linguagem, bem como com a Psicanálise Lacaniana a partir de uma releitura marxista Althusseriana, que descentra a autonomia dos sujeitos discursivos ao considerar o inconsciente em suas marcas históricas.

Fundada por M. Pêcheux, na França, com a obra Análise Automática do Discurso (AAD69), projeto de teoria das ideologias e do discurso, ao qual se juntaram outros autores, a AD considera, sobretudo, o processo de efeitos de sentido do discurso veiculados pela linguagem, estudado através da materialidade como o escrito ou o falado, por exemplo, que deixa marcas simbólicas e, portanto, pistas que podem ser analisadas a partir da teoria do discurso que leva em conta o sujeito, a História e a ideologia como fundamentais para compreender qualquer processo de produção de sentido. Segundo Orlandi (2005, p.16): "os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística". Retomando a discussão metodológica lançada acima, ainda segundo essa mesma autora:

> Face ao dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise.
> Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras questões). Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes […]. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. (ORLANDI, 2005, p.27).

Além dos aspectos problematizados nas formulações de pesquisa, Orlandi (2005), entende que o analista de discurso deve referir o dispositivo teórico com o seu domínio disciplinar específico, que em nosso caso, trata-se da Educação Ambiental. Ou seja, a análise depende não somente do domínio da teoria do discurso, mas da "disciplina a que se filia o analista" (idem, p.28).

Retomando o caso da primeira sigla a ser analisada, o PLV, temos o termo Educação Ambiental que está ligado ao conceito de Programa, neste caso, específico de Educação, com uma especificidade ainda maior, a Ambiental, cujo título ou tema é Lagoa Viva. Esse título, também presente na sigla do Instituto Lagoa Viva se torna chave para se compreender as especificidades desse programa em relação à EA, já que é relativo a um ecossistema específico: a Lagoa. Estando relacionado a um lagoa específica, a Mundaú, formadora do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba, é interessante situarmos a região ecológica a ser discutida. Daremos ênfase primeiramente a uma descrição política e hidro-geográfica.

O Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM) faz parte do litoral médio de Alagoas, área geográfica caracterizada pela abundância de ecossistemas costeiros, que abrange sete municípios. Fica localizado ao sul da cidade de Maceió, com a lagoa Mundaú a sua margem nordeste, lagoa que banha também os municípios de Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte, situados à margem sudoeste da Mundaú. O rio Mundaú, formador da lagoa de mesmo nome, tem sua foz nos municípios de Rio Largo e Satuba. Já a outra grande lagoa formadora do CELMM, a Manguaba, está situada nos municípios de Marechal Deodoro e Pilar. Possui uma variedade de ecossistemas e uma estrutura ecológica formada basicamente por três subsistemas principais: um ambiente fluvio-lagunar e suas interações rio-laguna; as lagunas centrais; os canais e suas interações estuário-mar (NORMANDE, 2000; ANA, 2006).

FIGURA. 1 – A linha em vermelho mostra o limite da bacia hidrográfica e em azul os rios principais formadores do CELMM, passando pelas diversas cidades até desembocarem nas lagoas.

Fonte: Adaptado de ANA (2006).

O mapa acima, feito pela *Agência Nacional das Águas* (ANA), nos mostra a dimensão das águas formadoras do complexo ecológico-lagunar que estamos tratando. Servimo-nos do mapa para uma melhor visualização da descrição que se segue.

As Lagoas Mundaú e Manguaba, formadoras do CELMM, apresentam cerca de 27km² e 42km² de extensão, respectivamente. São Lagunas que foram estuários, separadas do Oceano Atlântico por barras, interligando-se a esse por meio de canais. Os Principais rios que compõem esse complexo costeiro são o Mundaú, O Paraíba-do-Meio, e o Sumaúma Grande, com os dois últimos formando a lagoa Manguaba. (NORMANDE, 2000). Estes rios correspondem à vertente do oceano Atlântico, composta por rios Perenes. A outra grande vertente presente no litoral alagoano é a do rio São Francisco, com rios temporários (BRANDÃO, 2001). Os rios alagoanos deságuam numa ou noutra dessas vertentes.

O rio Mundaú nasce no estado de Pernambuco e possui várias nascentes, destacando-se a do Pau Pombo e Brejo das Flores. Vindo da serra em direção ao litoral de uma altitude de aproximadamente 1.000 metros, o Mundaú sofre a influência do clima semi-árido, drenando as microrregiões da Mata Alagoana e de Maceió, corresponde a uma área de cerca de 4.126 km². Ao longo de seu trajeto o Mundaú possui vários tributários, como o Jibóia, Ingazeira, Macacos, Satuba, com destaque para o Canhoto em sua porção mais alta e o Catolé antes de chegar à lagoa, este último considerado um dos principais pela qualidade de suas águas e por abastecer parte da cidade de Maceió (ANA, 2006).

A bacia hidrográfica do mundaú passa por trinta municípios, divididos entre Pernambuco e Alagoas, com quinze em cada estado. São eles: São José da Laje, Santana do Mundaú, Ibateguara, União dos Palmares, Branquinha, Capela, Murici, Messias, Atalaia, Pilar, Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco e Maceió, em Alagoas e Angelim, Brejão, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajeado, Palmeirinha e São João, em Pernambuco. Ao finalizar suas andanças, o Mundaú, na sua parte baixa, une-se ao Catolé-Carrapatinho e depois origina bifurcações que deságuam na lagoa Mundaú em três bocas ou pontos distintos: na Barreta, Boca do Rio e Camboa do Saco, formando um Delta típico. É um delta de formação recente, em outros tempos, o Mundaú tinha apenas uma desembocadura (ANA, 2006).

O Paraíba-do-Meio também nasce em Pernambuco. Possui uma área aproximada de 3.718 km² e assim como o Mundaú deságua na sua respectiva lagoa num estuário em

forma de delta. Este passa em território alagoano por quatorze municípios: Boca da Mata, Cajueiro, Capela, Chã Preta, Marechal Deodoro, Maribondo, Mar Vermelho, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Quebrangulo, Viçosa, Pindoba, Atalaia e Pilar onde deságua na lagoa Manguaba. Em território Pernambucano passa por seis municípios: Bom Conselho, Brejão, Caetés, Paranatama, Saloá e Terezinha (ANA, 2006).

A lagoa Manguaba recebe ainda o rio Sumaúma, outro de grande porte, e também como na Mundaú, afluem nela rios de pequeno porte como o dos Remédios e diversos riachos. O Encontro das lagoas com o mar é formado por muitos canais interligados, que variam de forma, tamanho, largura e profundidade. Esses canais, que perfazem uma área de 12km², unem-se uns aos outros, as lagoas entre si (canais Grande de Dentro e Cadoz) e as lagoas a Barra (Canal Grande de Fora e Canal do Calunga) em contato com o mar, formando um verdadeiro emaranhado por entre as ilhas (destaques para a Ilha de Santa Rita e Ilha do Lisboa - chamada antigamente de Perrexil -) (ANA, 2006; LIMA, 1999).

O estudo da ANA, realizado nos anos de 2004 e 2005, estruturou um plano de ações para a gestão do CELMM, ao constatar uma situação insustentável de degradação ambiental. Esse plano teria como objetivo geral "propor um plano de ações imediatas, de curto e médio prazos (aproximadamente dez anos), voltado para a solução de conflitos e a revitalização" (ANA, 2006, p.1), do qual destacamos como objetivos específicos "melhorar a qualidade de vida da população local", "recuperar as condições ambientais do CELMM", "promover a gestão adequada dos recursos hídricos e naturais do CELMM" (idem, p.10), visando alcançar o desenvolvimento sustentável do complexo (idem, p.51). O documento da ANA, apesar de não ser objeto direto dessa análise, e por isso não nos estenderemos muito nele, vale a pena ser mencionado aqui por ter sido elaborado com a colaboração do CREAMB (Centro de Referência em Educação Ambiental) e de entidades ligadas à questão ecológica, como o CEASB (Centro de Educação São Bartolomeu), ONG executora do *Programa Lagoas.* Destacamos dente outras entidades ecológicas, a participação do histórico Movimento Pela Vida (MOVIDA), entidade propulsora das lutas ambientalistas contra a Salgema e suas ações poluidoras na lagoa Mundaú.

É importante notarmos isso, pois a questão ecológica imbricada em nosso objeto de pesquisa leva em conta o discurso de Educação Ambiental subjacente a um projeto educativo que tem as lagoas como símbolo, desde a criação das primeiras intervenções empresariais (TRIKEM), junto ao Estado (CREAMB) e em conjunto com uma ONG

ambientalista (CEASB) através do *Programa Lagoas*, até a criação do *Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva* (PLV), implementado pelo Instituto Lagoa Viva (ILV) e financiado pela Braskem.

Não há como analisar o discurso de Educação Ambiental da indústria cloroquímica e de seu programa educativo, sem considerar os ambientes específicos de localização dessa empresa, que se tornaram símbolos ideológicos: as lagoas Mundaú e Manguaba. Há uma história ecológica desses ambientes, que suportam a violência poluidora do industrialismo, impulsionando as primeiras preocupações ambientalistas, com a culminância tardia de um movimento ambientalista militante em Alagoas, de caráter contestador às ações empresariais, que trouxe, inclusive, proposta de saída da indústria química Salgema do ambiente do CELMM. Com o recrudescimento das lutas do movimento ambientalista e da participação ativista da população diretamente afetada, segue-se a formação de uma Educação Ambiental reacionária, que toma o ambiente que está sendo destruído como símbolo do próprio empreendimento industrial destruidor: primeiramente lagoas no plural (*Programa Lagoas*), depois lagoa no singular ("Lagoa Viva"). Há uma perda da radicalidade do ambientalismo seguida de uma Educação Ambiental conservadora.

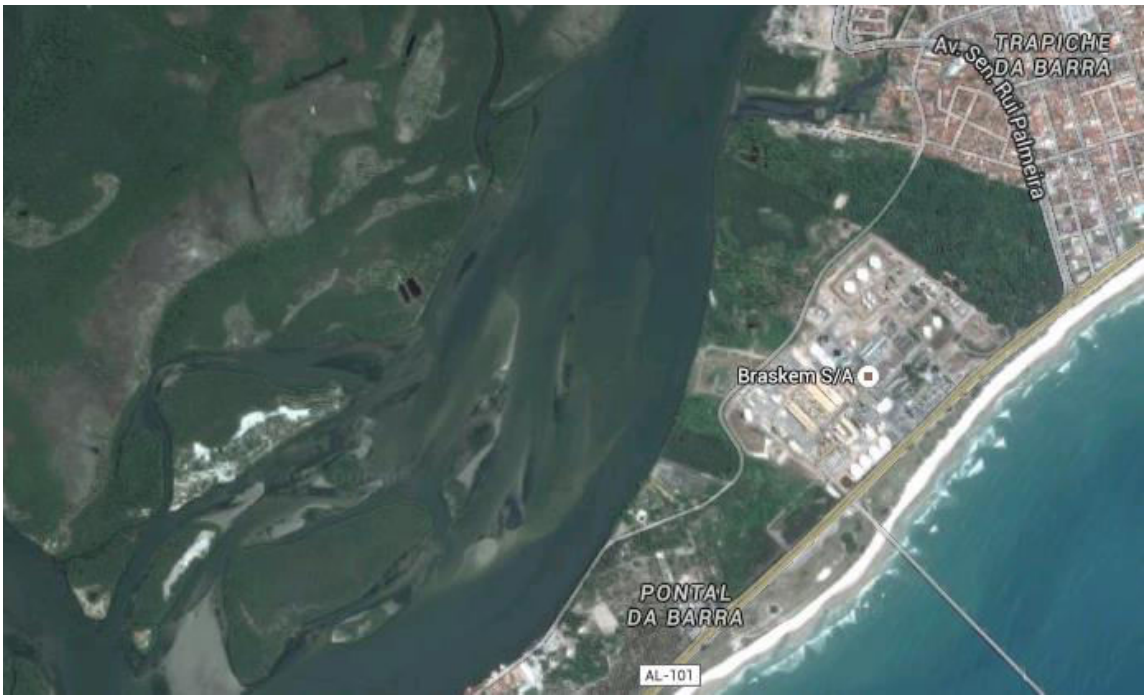
Devido ao seu lugar discursivo e posições no discurso[29], demonstramos adiante como a Educação Ambiental em questão não pode discutir ou fazer emergir uma história que leve em conta a relação fundamental da Educação Ambiental e do movimento ambientalista, sem apontar como uma suicida as armas da crítica para si, restando a crítica para aqueles que desejam manter vivas as reivindicações do movimento ambientalista histórico alagoano e sua atualização para a conjuntura atual, como veículo de uma Educação Ambiental antagônica ao conservadorismo empresarial.

É interessante notar que mesmo com a participação do MOVIDA na construção do plano de ações, há poucas referências aos impactos ambientais causados pela Braskem (anteriormente Salgema), constando críticas apenas à contaminação provocada pelo Pólo Cloroquímico de Alagoas (PCA), ocorrida em 1990. O referido documento afirma sobre esse episódio que a "contaminação do lençol freático da Salgema–Triken ocorreu por causa da contaminação da área do PCA" e que "as principais indústrias localizadas no CELMM e nas bacias de contribuição potencialmente poluidoras do

[29] Referimo-nos a "lugar discursivo", a partir do entendimento de Orlandi (2007, p. 39), como "o lugar a partir do qual fala o sujeito" e "é constitutivo do que ele diz". Já as posições do sujeito no discurso, remetem a formação discursiva e a formação ideológica correspondente.

complexo são as indústrias de cana-de-açúcar, de fertilizantes e os matadouros" (ANA, 2006, p. 33-34). Não menciona que as águas da lagoa Mundaú e mar estão sendo poluídas diretamente pela empresa, o ar da região contaminado com seus efluentes, o risco permanente de acidentes com explosões, sobre a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras da empresa. Ou seja, não incorpora as ações de poluição da Braskem naquele ambiente como um todo e assim não considera essa empresa como um elemento nocivo à sustentabilidade das lagoas e principalmente ao povo do Pontal Barra, bairro adjacente à indústria como podemos ver localização na figura seguinte.

FIGURA 2 – Localização da unidade da indústria química Braskem em Maceió, entre a lagoa Mundaú e o mar e entre os bairros do Pontal da Barra e Trapiche da Barra.



Fonte: Google Maps.

Colocamos em evidência os tópicos dos objetivos da ANA quanto ao subcomponente "conscientização ambiental e participação social":

> Universalizar a preocupação com a preservação e a conservação ambiental; Garantir a utilização de práticas ambientalmente adequadas de pesca; Incentivar a profissionalização e a comercialização da produção da pesca; Incentivar parcerias com ONGs e com a iniciativa privada nas ações de educação ambiental. Apoiar e potencializar as atividades de educação ambiental já existente. Promover a comunicação, a conscientização e a mobilização social, com foco na conservação dos recursos hídricos (ANA, 2006, p. 54).

Evidenciamos também que entre os vários projetos da ANA, para o alcance dos objetivos citados, está o "Projeto Lagoa Viva de Educação Ambiental (Braskem/ Maceió/Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte)" (idem, p. 59).

Retomando o problema que iniciamos nesse capítulo sobre a simbologia presente nas siglas PLV e ILV, são as lagoas Mundaú e Manguaba as referências ideológicas da Educação Ambiental hegemônica. Dessa forma, essas siglas podem ser relacionadas historicamente às duas lagoas citadas, mas também a vários outros ecossistemas, se tivermos em vista as localizações atuais da empresa (Maceió e Marechal Deodoro) e as tubulações petroquímicas onde ela atua educativamente via NUDECs (Núcleos Comunitários de Defesa Civil) e através das escolas pelas diversas cidades do Estado de Alagoas. As lagoas, símbolos históricos que dão nome ao estado da federação, também se tornaram signos ideológicos da Educação Ambiental hegemônica, visíveis nas siglas, pela dimensão ecossocial destas e pelos conflitos gerados com a apropriação privada.

Além das lagoas que se tornaram símbolos da Educação Ambiental alagoana hegemônica, há um elemento fundamental para a compreensão do discurso da Braskem/ILV, o adjetivo Viva. Se for lançado um olhar apenas sobre estes elementos, **Lagoa** e **Viva,** sem que saibamos ou problematizemos sobre as ações do ILV e da empresa Braskem sobre o ambiente lagunar, a tendência é enxergar o discurso como algo positivo. Como poderíamos ser contrários a um discurso que defende a vida da lagoa? Apenas o confronto do discurso com a história pode trazer elementos que permitam problematizar este sentido positivo.

Qual o sentido do adjetivo **Viva**, presente nas siglas? Por que não chamá-lo somente de Programa de Educação Ambiental? Como consideramos que toda Educação Ambiental defende a vida, perguntamos: quais sentidos podemos perceber a partir da adjetivação "Viva" presente na sigla do Programa e do Instituto executor? Que memórias de vida são trazidas pela empresa Braskem e pelo PLV?

4.2 Vida e Morte das lagoas no movimento ideológico dos sentidos.

Para iniciarmos a análise, apresentamos trecho de matéria online do grupo Odebrecth que controla a empresa Braskem, impulsionadora do PLV, do qual retiramos o seguinte trecho como sequência discursiva:

(SD1) “Muita tradição, mas poucas perspectivas – enfim, mais passado do que futuro. Foi esta condição que levou a Braskem a escolher, em 2001, o Pontal para a implantação do Projeto Lagoa Viva. Além, é claro, da proximidade geográfica, já que o bairro é vizinho à Unidade Cloro/Soda da empresa, o que o tornava ideal para a política empresarial de investimento em programas educacionais, ambientais e de inserção social nas comunidades em que atua (...)” (ODEBRECHT, 2009).

(SD2) “A onda das Boas influências. Em Alagoas, novas perspectivas de vida se abrem para as comunidades do entorno das lagoas Mundaú e Manguaba” (ODEBRECHT, 2009).

Essa primeira sequência discursiva (SD1) selecionada de um trecho jornalístico publicado em página online do Grupo Odebrecht cujo título de matéria também abordamos como sequência discursiva (SD2), nos coloca efeitos de sentidos que vão além de análises superficiais e separadas do contexto histórico. Como já foi indicado por nós, no capítulo anterior, consideramos o *Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva* (citado em SD1 como “**Projeto Lagoa Viva**”) como continuidade do *Programa Lagoas*. Há uma ligação discursiva entre esses dois programas de Educação Ambiental que não é percebida quando centramos no conteúdo do texto. Essa ligação é atestada por Souza (2010, p.32-33), ex-integrante do PLV, quando afirma: “em 1997 iniciou-se um programa de EA chamado Lagoas que posteriormente veio a dar origem ao atual PLV”; “Em 2001, iniciou-se o atual Programa de EA Lagoa Viva que foi gestado a partir de uma reformulação do Programa Lagoas”.

O Programa Lagoas inicia-se no período em que ocorre uma mudança de controle acionário da antiga indústria Salgema, no final do ano 1996, para o controle do grupo Odebrecht, mudando assim o nome da empresa para Trikem (César e Meneses, 2000, p.155).

Mesmo tendo havido uma nova mudança de denominação da empresa para Braskem, em 2001, (ano posterior ao Programa Lagoas ter sido finalizado), há um não dito em SD1. Apesar de o Programa Lagoas tratar de uma estratégia com uma mesma intenção de educar e uma mesma questão ecológica, vejamos que, quando a empresa fala de **implantação do Projeto Lagoa Viva**, há um sentido de início, o que afasta a ideia de continuidade histórica do PLV com o Programa Lagoas. Como não fazer referência a um programa de Educação Ambiental (Programa Lagoas) que iniciou atividades que continuam sendo desenvolvidas pelo PLV, a exemplo da apicultura, hidroponia e os projetos de estudo e intervenção? Como não fazer referência a um projeto que rendeu à empresa Trikem, importância nacional em plano de educação e

ecologia, com os prêmios nacionais: *Prêmio Nacional de Incentivo à Educação Fundamental* e o *Prêmio CNI de Ecologia*, em 2000?

Inferimos, nesse caso, que, ao não fazer a devida referência ao Programa Lagoas, a empresa quer afastar-nos de quaisquer passados relacionados às denominações empresariais anteriores, como se fosse ali, no ano de 2001, que, por benevolência, a "nova" empresa resolveu implantar seu projeto de Educação Ambiental, fugindo assim de responsabilidades passadas com o ambiente lagunar, por isso nem sequer cita o Programa Lagoas. Pensamos junto com ORLANDI (Apud CAVALCANTE et al., 2009, p. 95) que afirma:

> Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem codificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele.

Retomando a discussão proporcionada pela SD1 e lançada acima, entendemos que a designação **Lagoa Viva** é um slogan. Sabemos que a palavra **Lagoa** designa um ambiente natural, parte de um complexo de ecossistemas, (sobre o qual a empresa cloroquímica Braskem está instalada). Ao saber da degradação ambiental feita pela empresa à lagoa, só podemos concluir que o lugar discursivo dessas siglas (ILV/PLV) corresponde a uma estratégia de marketing empresarial.

Para compreendermos a importância deste ambiente presente nas siglas em questão, tivemos que expandir as perspectivas de estudo para além da Biologia e da Geografia, áreas específicas do conhecimento, historicamente ligadas ao estudo deste Bioma (termo científico que também pode ser utilizado para Lagoa). Sabe-se que acadêmicos ligados à militância ambientalista ou às duas disciplinas do conhecimento citadas, influenciaram no nascedouro da Educação Ambiental brasileira, e continuam sendo os principais atores quando se trata da sua formação acadêmica e institucional atual. Entre muitos motivos, um deles é o fato de educadores ambientais se interessarem por estudos diretamente ligados às temáticas da natureza, pela proximidade com esse objeto de estudo, sentimento em defesa do verde e da necessidade de se apropriar de temas ecológicos mais específicos.

Mesmo sabendo da necessidade de tratamento disciplinar mais aprofundado para a resolução de problemas sobre a natureza, quando discutimos qualquer assunto a ela ligado, é preciso lembrar que a ideologia está sempre presente. Sendo assim, mesmo os biólogos e geógrafos continuando sendo a maioria dos educadores ambientais, não é o conhecimento disciplinar de suas ciências, por si só, que nos fornecerá a chave para a compreensão da presença da palavra lagoa nas siglas em questão. É preciso, para compreender a palavra, ir além dela, dos significados hidrogeológico ou ecológico para o conceito de lagoa, ainda que estes nos sirvam de ponto inicial.

Sendo assim, entendemos que mesmo um ambiente natural, como é o caso da Lagoa, pode deixar de coincidir consigo mesmo e ser expressão ideológica, tornar-se um signo ideológico, permitindo disputas sobre sua significação. Para esclarecer melhor essa afirmação recorremos aos teóricos russos, elaboradores de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Volochínov (2010, p.31).

> Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrario destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.

Os referidos autores entendem a filosofia da linguagem como filosofia do signo ideológico e demonstram que não existe signo neutro, ou seja, a ideia de neutralidade, ainda muito disseminada na sociedade, nada mais é que uma ilusão, um artifício ideológico. Como a lagoa está representada como signo definidor das siglas conceituais PLV (Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva) e ILV (Instituto Lagoa Viva), deixa de ser apenas um ambiente natural para refletir e refratar uma outra realidade, diferente da materialidade da natureza - a realidade capitalista da exploração da natureza para obtenção de lucro, mesmo que isso resulte na degradação ambiental.

Os autores russos, ao explicarem que "todo corpo físico pode ser percebido como símbolo" (idem), dão o exemplo da foice e do martelo que se tornaram emblema da URSS. Eles colocam também que "qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico", tal como é o caso, também citado pelo mesmo autor, do pão e do vinho para o cristianismo. A foice e o martelo se tornaram simbologia ainda hoje utilizada, podendo ser vistas em jornais e bandeiras de partidos

de origem ideológica marxista. Atual também é a simbologia de origem milenar do pão e do vinho em rituais cristãos.

Ao enxergamos, a partir desta leitura de Bakhtin/Volochínov, a Lagoa como símbolo ideológico, no caso das siglas PLV/ILV, chegamos à necessidade de entender como ela é significada ideologicamente, ou seja, quais efeitos de sentidos podem ser trazidos à realidade. Recorremos, mais uma vez, a Bakhtin/Volochínov (2010, p.32),

> Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes.

De acordo com a teoria dos referidos autores, considerando que a **Lagoa** é um signo ideológico presente nas siglas, não podemos entendê-lo ideologicamente sem considerarmos o adjetivo **Viva**. Ao considerarmos como Orlandi (1995, p.19), que a "ideologia não funciona como um mecanismo fechado (e sem falhas) nem a língua como um sistema homogêneo", podemos perceber pontos no discurso que nos levem a outro entendimento que não aquele esperado por quem o produz. Há uma heterogeneidade no discurso que provoca, por si mesmo, a possibilidade de outros sentidos não significados por ele (ORLANDI, idem, p. 21). Segundo Orlandi (1995) em todo o discurso há um silêncio fundador, que podemos chamar de não-dito, que é história. Ao produzirmos o discurso, não temos controle sobre ele, pois "o silêncio é o real do discurso", assim, a partir dele, é possível fazer emergir novas trilhas discursivas em contato com a memória histórica. Para Orlandi (2005, p.43):

> A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e o que deve ser dito [...]. O discurso se constitui em seu sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.

O dito **Lagoa Viva**, quando confrontado à história lagunar recente, nos leva a um não dito – as lagoas correm perigo, pois estão sendo destruídas por problemas

ambientais diversos, dentre eles os danos causados pela empresa Braskem, criadora e financiadora do PLV/ILV. Sobre a forma de percepção do não dito, através da análise pelo atravessamento da opacidade do dito, nos diz Eni Orlandi que: "essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de ausência necessária" (ORLANDI, 2005, p.34).

Sendo assim, se estudarmos o ambiente lagunar em que a empresa Braskem está instalada**,** a partir de uma perspectiva discursiva, veremos que o termo antônimo ao dito **Lagoa Viva**, que seria **Lagoa Morta**, também significa na realidade; produz efeitos de sentidos, pois estamos diante de lagoas alagoanas (Mundaú e Manguaba) que estão morrendo por problemas ambientais, entre eles estão os causados pela empresa Braskem, herdeira de um processo histórico de degradação da natureza, que começou a ocorrer desde a instalação da indústria química no ambiente lagunar de Maceió e Marechal Deodoro, com sua antiga denominação empresarial com o nome sinônimo do principal produto natural extraído do subsolo lagunar: Salgema.

Esta empresa química produziu e ainda produz, mesmo mudando de denominação e sustentando um programa de Educação Ambiental, grandes problemas ambientais chegando a causar, à época da denominação Salgema, um acontecimento histórico que ainda reverbera através de um não dito, que se relaciona ao dito, melhor percebido através das marcas históricas. Um cartaz feito pelo Movimento Ambientalista alagoano no ano de 1985 com os dizeres "Vamos salvar nossas Lagoas", nos coloca sentidos de que há perigo com as lagoas, um perigo de morte. E esse perigo de morte pode ser apontado diretamente para fábrica Salgema. Neste mesmo cartaz podemos ver duas das principais reivindicações do movimento ambientalista alagoano: "CONTRA A AMPLIAÇÂO DA FÁBRICA SALGEMA NO TRAPICHE" e "CONTRA A IMPLANTAÇÃO DO PÓLO CLOROQUÍMICO NO TABULEIRO DE MARECHAL DEODORO".

Uma das ações educativas do movimento ambientalista era a pichação dos muros do bairro diretamente afetado, o Pontal da Barra. Dentre as diversas materialidades pichadas, destacamos uma: "PONTAL É VIDA, SALGEMA É FOME". A partir do confronto **VIDA** x **MORTE,** sempre colocado pelo movimento ambientalista, resultou a apropriação do vocábulo vida na constituição do nome e sigla da sua principal entidade, o Movimento Pela Vida (MOVIDA). Podemos inferir que, quando a vida fora

expressada pelo movimento ambientalista, tinha um sentido antagônico à indústria química.

FIGURA 3 - Pichação em muro do Pontal da Barra feita pelo movimento sócio-ambientalista. Arquivo Tribuna de Alagoas.

Fonte: Reproduzido de Vieira (1997, p.74).

As pichações, métodos de ação direta dos movimentos sociais, os quais defendemos como técnicas discursivas, utilizadas pelo movimento ambientalista, que devem ser reavivadas pela Educação Ambiental Libertária, tem sido atualmente demonizadas pelo discurso ambiental oficial. Silva (2006, p.64), em seu estudo de mestrado, nos lembra que a pichação é vista como uma contravenção na Lei de Crimes Ambientais, de 1998:

> No caso da Lei, não só a pichação, mas também o grafite, e qualquer outra conspurcação (como, por exemplo, colar qualquer tipo de documento, papel ou adesivo, […]) contra monumentos e edifícios urbanos é também um crime ambiental. Poluição.
> Deve ser combatida como forma de estabelecer a qualidade de vida urbana. Assim como devem ser combatidas a poluição dos rios, a devastação da Amazônia e da Mata Atlântica, a emissão de poluentes tóxicos na atmosfera, como o dióxido de carbono e o monóxido de carbono, o uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura, os maus tratos aos animais e muito mais.

A defesa das pichações insere-se, portanto, numa luta entre um polo radical, que desobedece ao polo representado oficialmente na atualidade pela Lei de Crimes Ambientais, cujo discurso de uma moral estética da cidade limpa, taxa de vandalismo contra o patrimônio privado e público qualquer ação que questione de forma impactante a cidade e seu conservadorismo. Sendo assim, "se por um lado as pichações são vistas

como crime (ambiental), sujeira, má-educação e desrespeito com um determinado senso estético, por outro são consideradas como intervenção política, arte, contestação e protesto (idem, p.73)".

FIGURA.4 - Charge de Léo publicada no Jornal Extra em 1985.

Fonte: Reproduzido de Vieira (2003, p.113).

FIGURA 5 - Charge onde mais uma vez a Salgema simboliza a morte.

Charge de Léo, no jornal Extra, de 01 a 07/04 de 1985

Fonte: Reproduzido de Vieira (2003, p.138).

A indústria química representava a morte, estampada em imagens publicadas em jornais, como no jornal Extra do ano de 1985, edição em que se pode ver o símbolo da morte pulverizando cloro sobre a cidade de Maceió. No pulverizador de cloro é estampado o logotipo da indústria Salgema. Outra imagem que marca a história, publicada no mesmo jornal, trazia uma chamada que dizia "a Salgema mata", como podemos observar nas imagens acima. Há um clima de pânico, disseminado pela cidade, mais especificamente em sua parte baixa, mais próxima a empresa. O medo era tanto que mesmo a mídia burguesa não pôde deixar de evidenciar, explicitando os fatos nos jornais de forma contundente e chocante.

Doutor eu imploro Livre a gente da morte pelo CLORO é o refrão da poesia de Pancho, morador do Pontal da Barra, publicada na obra **"Daqui só saio pó": conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra,** pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL). De título DISPARADA DO PONTAL COM A SALGEMA, segue a poesia:

Doutor eu imploro
Livre a gente da morte pelo cloro!

Dizem que vão
desapropriar
o Pontal da Barra
Olha aí seu Doutorado
Eu só saio na marra!

Doutor eu imploro
Livre a gente da morte pelo cloro!
Pesco saúna
Pesco cavala
Pesco mandim
Se o Pontal se acabar
Meu Deus do Céu, que será de mim!
Doutor eu imploro
Livre a gente da morte pelo cloro!
Eu tenho canoa
tenho tarrafa
e tenho gereré
Que que posso fazê
Pra dá de comê
os meus filhos e minha muié

Doutor eu imploro
Livre a gente da morte pelo cloro!
É criança repleta de caroço
Alvoroço com tanto vazamentos
Pescador vai pescar não aguenta
Deixa de pescar porque se sente mal
Pede apelo ao governo federal
Salve o povo humilde do Pontal!
Doutor eu imploro

Livre a gente da morte pelo cloro!

A autora da referida obra, em que fora publicada a poesia acima, Maria do Carmo Vieira fala que "em 13-04-97 ocorreu um acidente com dois funcionários da TRIKEM, um deles instrumentista, Elvis Brusaka Moroe, morreu de queimaduras, quando fazia manutenção de uma válvula, na unidade de soda cáustica" (VIEIRA, 2003, p.127). Acidentes causados pela falta de manutenção nos equipamentos devido à redução de quadros, caindo o pessoal da manutenção de 200 para 80, iniciada a partir do processo de terceirização da empresa, processo denunciado pelo sindicato dos trabalhadores desta, o Sindquímica (idem, ibidem), posteriormente Sindpetro.

As ações degradantes da empresa Salgema e o tema da morte ganham vida também em peça de teatro intitulada MUNDAÚ, LAGOA ASSASSINADA. Ao fim da peça, após o assassinato de um pescador (personagem ANTÔNIO BELO), que havia se tornado liderança na luta em defesa das lagoas, por um policial (personagem COLÓ); o amigo do pescador, um jornalista (personagem CHICO PORRADA), liderança do movimento ecológico que houvera influenciado este, afirma em seu velório:

> "(SÉRIO) A concentração de hoje vai ficar na história! Esperamos contar com mais de vinte mil homens no cemitério! Estão programados discursos e homenagens. Até o momento temos confirmadas as presenças de dois deputados do Sul do País e repórteres dos mais importantes jornais brasileiros! Conseguimos sensibilizar o Estado e o Brasil! Haveremos de salvar a Lagoa Mundaú da omissão criminosa, mas a luta agora é que está começando! Mundaú é apenas o inicio de uma cruzada nacional em defesa da Ecologia! Haveremos de frear a sanha devastadora dos assassinos dos rios Paraíba, Paraibuna, Tietê, Jaboatão, das nossas lagoas e de tantos outros mananciais pelo Brasil a fora! A luta está apenas começando, meu amigo! Mas nós chegaremos lá! Nem que para isso, outros Antônios Belos tenham de sucumbir! Nós chegaremos lá, esteja certo!" (ONOFRE, 1987, p. 294).

Por aí, podemos inferir que o slogan Lagoa Viva, expressado pela empresa Braskem/ILV/PLV, é a apropriação, por parte de uma formação ideológica neoliberal, de uma memória histórica esquecida, posta em silêncio ou apagada/apartada do discurso de EA contemporâneo.

Os efeitos de sentido produzidos pelo dizer Lagoa Viva também podem ser confrontados com discursos contemporâneos que se inscrevem em formações discursivas e ideológicas antagônicas à perspectiva da Braskem/ILV. São esses discursos, como vimos discutindo sobre a Salgema, que nos dão a possibilidade de significar diferentemente, caminhar por outras formações discursivas e ideológicas, nos permitindo ir além da opacidade, da não transparência do discurso da Braskem/ILV. Há

uma série de paráfrases que podem ser feitas, no confronto do discurso histórico com o discurso da atualidade, traçando um fio condutor entre a crítica de outrora e a crítica atual.

FIGURA 6 - Capa de jornal anexo a esta dissertação.

Um exemplo de discurso ambientalista contemporâneo sobre as ações da Braskem na lagoa pode ser visto em um *Periódico Popular* do ano de 2009, denominado *Quilombola*. Esse jornal, da organização Resistência Popular, de tendência social combativa e autônoma, perante o Estado e empresas, é todo dedicado ao tema das lagoas. Em seu discurso, encontramos elementos que servem à "retórica da resistência" por serem contrários à "retórica da opressão" (ORLANDI, 1995) promovida pelo discurso verde que estamos analisando. Os dizeres de "chamada" da capa deste jornal que são: "NOSSAS LAGOAS PEDEM SOCORRO!", e "A MUNDAÚ AGONIZA...", "... e os responsáveis - empresários e políticos - ainda pousam de 'ambientalistas'", denunciam o cinismo, ideologia que abordaremos adiante.

Associados a esses dizeres, identificamos também uma imagem que representa o Cinturão Verde, local destinado pela empresa Braskem para atividades de Educação Ambiental. Na parte interior do jornal, na abertura da matéria principal, encontramos em letras garrafais: "Revitalização da lagoa Mundaú: pouca ação, muita enganação!". Ou seja, com esse primeiro exemplo, podemos concluir que, mesmo com o símbolo Lagoa Viva fazendo sentido por onde passa seu discurso, há outros atores, e, portanto outros discursos, significando e contradizendo os sentidos de lagoa viva. Há uma luta por sentidos ideológicos relativos ao meio ambiente lagunar, um confronto entre Educações Ambientais diferentes.

Sentidos ideológicos lançados no discurso do movimento ambientalista na década de 80, como a chamada "vamos salvar nossas lagoas"[30], entram em contato com os dizeres "nossas lagoas pedem socorro", tornando pontos do discurso do passado extremamente atuais.

Outra materialidade discursiva que trabalhamos de maneira mais extensa que a anterior, é referente ao sindicato dos trabalhadores da indústria petroleira, petroquímica, química e de plásticos, nos estados de Alagoas e Sergipe, o SINDPETRO AL/SE. Esse sindicato iniciou, no ano de 2009, uma campanha contra a utilização de uma substância cancerígena na produção da Braskem. A temática da Vida e da Morte também está presente no debate: "TRABALHAR SIM. MORRER NÃO", "AMIANTO MATA!", "LUTAR PELA SAÚDE NO NOSSO TRABALHO É LUTAR PELA VIDA", "O banimento é uma questão da vida e do meio ambiente", "O capitalismo mata e o amianto é uma de suas armas", "A NOSSA LUTA É PELA VIDA". Nesta

[30] Ver cartaz do Movimento Pela vida adiante.

materialidade, também podemos tomar as mesmas conclusões que tiramos sobre a primeira, no sentido de serem sentidos antagônicos aos de **Lagoa Viva**. No entanto, nos aprofundaremos nestes dizeres buscando as raízes dos sentidos de vida aí implicados.

FIGURA .7 - Cartaz do Movimento pela Vida, ano de 1985.

Fonte: Arquivo pessoal do autor desta dissertação.

Como observamos, todos os dizeres selecionados fazem parte de uma campanha lançada pelo sindicato pelo banimento/abolição de substância cancerígena. Essa, o amianto, é utilizada no processo de produção química da referida empresa, afetando diretamente os trabalhadores e trabalhadoras. O amianto possui uma longa história que contaremos brevemente nas linhas que se seguem, como forma de promover uma Educação Ambiental que lute verdadeiramente por uma lagoa viva.

O amianto é a denominação comercial dada à substância química constituída por um conjunto de minerais extraídos de rochas, de constituição básica de silicato de magnésio, que possuem partes fibrosas - o asbesto - que causa doenças como a asbestose (fibrose pulmonar crônica e irreversível) e cânceres (SEMINÁRIO INTERNACIONAL PELO BANIMENTO DO AMIANTO, 2009), "além de placas pleurais, doenças digestivas, doenças de pele, entre outros" (CAMPANHA PELO BANIMENTO DO AMIANTO. TRABALHAR SIM. MORRER NÃO).

A Braskem utiliza diafragmas à base de amianto para cada célula de eletrólise na transformação do cloreto de sódio (retirado do salgema) e água, em cloro, soda e hidrogênio. O mais perigoso nisso tudo é que foi comprovado que não existe nível seguro para exposição ao amianto e, mesmo assim, a empresa continua utilizando, ainda que haja alternativas de substituição (CAMPANHA PELO BANIMENTO DO AMIANTO. TRABALHAR SIM. MORRER NÃO).

As propriedades de incombustibilidade, resistência e durabilidade do amianto são conhecidas pela humanidade desde os povos primitivos que utilizavam essa substância na confecção de vasos de cerâmica. Há relatos de sua composição em artefatos na Grécia e Roma antiga, no entanto, é somente a partir da revolução industrial que começa a ser utilizado em larga escala nas indústrias. Por suas características e por ser um material abundante na natureza e de baixo custo, o amianto foi largamente utilizado na produção industrial do sec. XX em cerca de 3000 produtos, principalmente os da construção civil (telhas, caixas d'águas, forros, etc.). A partir de 1935, estudos médicos começaram a apontar o amianto como causa de doenças ocupacionais, até que em 1955 ele é tido, definitivamente, por médicos britânicos, como causador de câncer de pulmão. Em 1960, são confirmados 33 casos de mesoteliomas pleurais em trabalhadores de minas de amianto na África do Sul (SEMINÁRIO INTERNACIONAL PELO BANIMENTO DO AMIANTO, 2009).

Grupos de vítimas vem-se organizando, desde a década de 1980, com o objetivo de banir o uso do amianto. Dos 66[31] países que baniram o amianto, até hoje, inclui-se toda a União Europeia e países da América Latina como o Chile, Argentina e Uruguai, dentre outros. No entanto, ainda há uma grande dificuldade de se conseguir isso em países como o Brasil, um dos principais produtores e exportadores da fibra mineral no Mundo. O Brasil é o quarto produtor mundial de Amianto (SEMINÁRIO INTERNACIONAL PELO BANIMENTO DO AMIANTO, 2009).

O movimento dos atingidos vem crescendo desde a década de 90 e reuniões mundiais são organizados para debater a questão: em 2000, o Congresso Mundial do Amianto em São Paulo; em 2004, o segundo Congresso Mundial do Amianto em Tóquio; em 2006 a Conferência Asiática sobre o Amianto em Bangkok e, em 2009, delegados de 24 países reuniram-se numa nova conferência asiática pelo banimento do amianto (KAZAN-ALLEN, 2009)

Brasileiros também tem participação nessas reuniões e estão entre os principais articuladores mundiais, desde 1995, quando foi criada na cidade Osasco, em São Paulo, a Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (ABREA). A ABREA foi formada por ex-trabalhadores de fábricas que sofreram doenças relacionadas à substância, inicialmente lutando por indenizações e constituindo uma rede de solidariedade. Essa entidade é pioneira na luta pelo banimento do amianto, construindo atividades na divulgação do perigo de seu uso, para trabalhadores e a população em geral, estes que utilizam sem saber, produtos contendo a substância cancerígena (KAZAN-ALLEN, 2009).

Acompanhando a luta mundial contra o amianto, em 2009, momento em que havia acontecido o banimento em 45 países, é organizado pelo Sindpetro AL/SE o *1º Seminário Internacional pelo Banimento do Amianto*, voltado para o diálogo com os trabalhadores da Braskem, que teve também participação de estudantes da UFAL e IFAL (Instituto Federal de Alagoas) e moradores da região do Pontal, bairro próximo ao empreendimento empresarial, que é vítima dos danos ambientais e sociais causados por esta fábrica desde a sua implantação, como já frisado. Este mesmo bairro citado em SD1, que é visto pela Braskem como uma comunidade com **"muita tradição, mas poucas perspectivas".**

[31] Informação disponível em jornais online pela internet.

O seminário, organizado em um ambiente educativo institucional, o auditório do referido IFAL, fez ressoar a luta contra o amianto para setores mais amplos da sociedade alagoana.

FIGURA .8 - Capa da carta convite para seminário organizado pelo Sindicato (anexo a esta dissertação).

Os efeitos do amianto costumam se manifestar distante do local de trabalho e muito tempo depois da exposição, geralmente quando os trabalhadores não estão mais na empresa, ou quando já aposentados, o que dificulta a identificação dos sintomas relacionados à doença ocupacional, quadro presente na maioria dos casos de saúde do trabalho. Em relação ao amianto o diagnóstico torna-se ainda mais difícil, pelo longo tempo em que ele pode se manifestar (até 40 anos após a primeira exposição) (SEMINÁRIO INTERNACIONAL PELO BANIMENTO DO AMIANTO, 2009).

Como já existem tecnologias de substituição do amianto nas células eletrolíticas, como a tecnologia de membranas não permeáveis de troca iônica, por exemplo, a resistência na sua substituição, pelos interesses econômicos existentes, tanto nas indústrias de mineração quanto nas próprias indústrias que o utilizam nas suas instalações como é o caso da Braskem, leva-nos a um último questionamento fundamental: como defender a vida (**Lagoa Viva**) se a empresa não respeita a saúde do trabalhador, sendo responsável por sofrimentos posteriores a uma vida de trabalho, momento em que esse deveria descansar da exploração capitalista? O amianto, que ficou conhecido como "a catástrofe sanitária do século XX" é hoje, um dos principais fatores danosos à saúde e ao meio ambiente, enfrentados pelos trabalhadores dessa indústria.

A problemática do amianto nos remete a sentidos ideológicos anteriores, como a história do ambientalismo alagoano, permitindo o contraponto ideológico ao dito **Lagoa Viva**. O adjetivo "viva", presente nas siglas que estamos abordando, possibilita um conjunto de paráfrases que se inicia ainda durante o acontecimento histórico de acidentes ambientais. Estes acidentes impulsionam a formação de um movimento social ambientalista que trouxe os sentidos do viver, em sua luta e sua sigla (Movimento Pela Vida - MOVIDA), reapropriados e distorcidos pela empresa e seu programa de EA, com o slogan **Lagoa Viva**. No entanto, mesmo a empresa se apropriando de um discurso em defesa da vida, típico do movimento ambientalista e da Educação Ambiental anterior, este discurso não impede a irrupção de significações que desmentem/desmascaram a defesa de uma lagoa viva, caso do confronto com o discurso do Sindpetro. Desmentir, teria o sentido de que o Programa Lagoa Viva defende a lagoa viva diferentemente de sua origem ambientalista, portanto, este não poderia defender a lagoa viva verdadeiramente. Dessa forma, podemos perceber que é possível retomar a memória (interdiscurso) em defesa da vida, por fora da formação discursiva ambiental empresarial, correspondente à formação ideológica neoliberal (posição discursiva na se encontra e Empresa e o ILV), e assim resgatar nos dizeres (intradiscurso), o acontecimento histórico do ambientalismo radical alagoano, a partir de paráfrases que nos trazem sentidos atuais em defesa das lagoas.

A atualidade dos sentidos de vida são reavivados pela luta de classes, organizada pelos trabalhadores, quando estes dizem não à morte no trabalho e clamam em sua campanha pelo banimento do amianto. A frase "A NOSSA LUTA É PELA VIDA!", bem como outras que já citamos, marca uma atualidade histórica que remete ao passado.

Para Pêcheux (2006) o discurso é estrutura e acontecimento, sendo esse último o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.

FIGURA 9 - Páginas de cartilha do SINDPETRO AL/SE: *CAMPANHA PELO BANIMENTO DO AMIANTO. TRABALHAR SIM MORRER NÃO* (anexa a essa da dissertação).

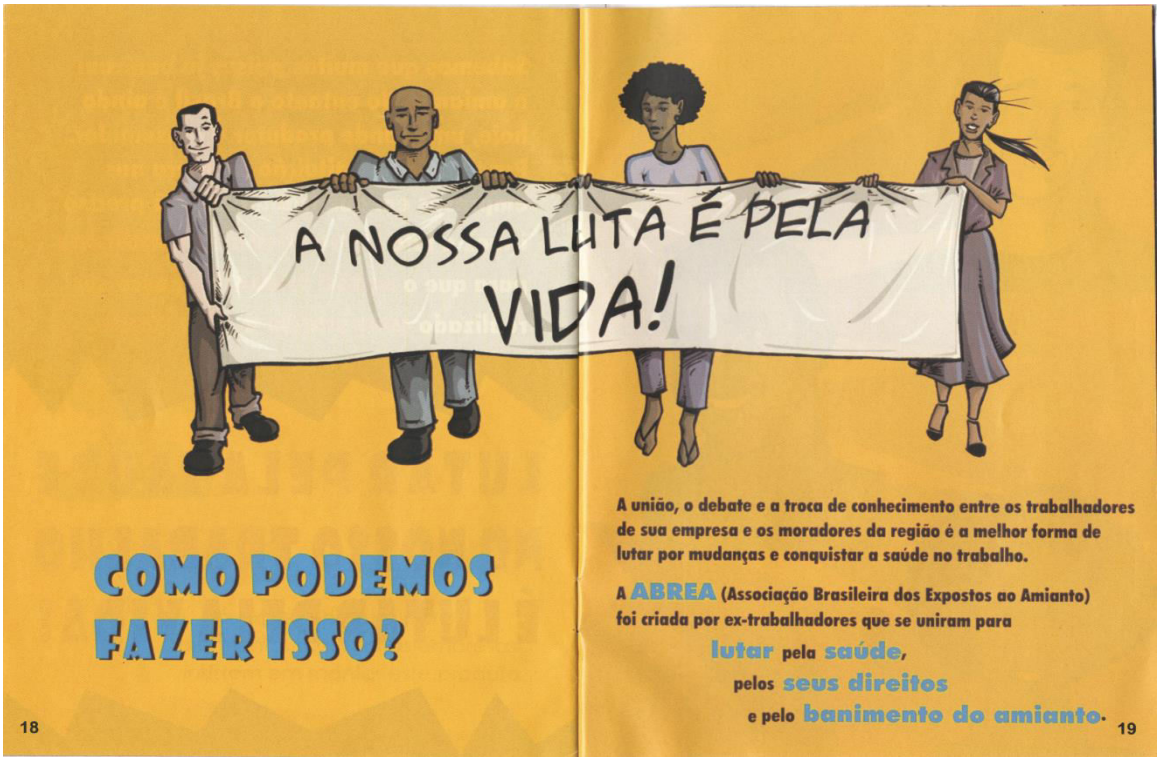


FIGURA 10 - Foto de manifestação conta a duplicação da Salgema e a instalação do Pólo Cloroquímico em Marechal Deodoro. A frente do protesto, clama a faixa: MOVIMENTO PELA VIDA. LAGOA DO MUNDAÚ AFASTEM DE MIM ESTE PÓLO.

Fonte: Reproduzido de Vieira (2003, p. 175). Publicada na Tribuna de Alagoas em 1986.

A frase que destacamos da cartilha do sindicato, “a nossa **luta** é **pela vida**”, permite um movimento parafrástico de sentidos de retorno a um dito (**Movimento Pela Vida**), esquecido pela Educação Ambiental **Lagoa Viva**, e retomado pelo movimento dos trabalhadores na luta contra o amianto. A Paráfrase, como salienta Moreira (2010, p.56) “se coloca como um processo de efeitos de sentidos, produzidos no movimento interdiscursivo do dito, com o já dito em algum lugar, e recuperado, reformulado e ressignificado pela memória”.

Retomando a citação que fizemos acima, de Bakhtin/Volochínov, de que “todo corpo físico pode ser percebido como símbolo” e a compreensão, doravante, da lagoa como símbolo, pode-se dizer que o que é um ambiente natural, a lagoa, torna-se signo ideológico de um projeto empresarial, mas não só, esse signo ideológico é carregado de sentidos por outro signo ideológico - viva, que reflete e refrata sentidos específicos. Recorremos mais uma vez a Bakhtin/Volochínov (p.67): “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais”. Nesse sentido, podemos inferir que o título **Lagoa Viva** remete a uma relação de forças sociais envolvidas com a problemática ambiental das lagoas, que se iniciaram na década de 80, com conflitos de classes que se diluíram e retornam de maneira distorcida em sentidos ideológicos lançados através de um projeto de EA da mesma empresa causadora dos danos ambientais.

O signo **“**viva” remete, portanto, às ações da empresa que, supostamente, estaria contribuindo para manter a lagoa viva e não deixá-la morrer. Estamos diante, então, de uma Educação Ambiental puramente retórica, ou, melhor dizendo: cínica. Essa Educação Ambiental não poderá tratar da história tal como estamos tratando, pois estaria negando a si mesma enquanto projeto ideológico conservador.

Discutir a trajetória poluidora da empresa Salgema/Braskem, pela própria empresa, seria um “tiro no pé”, ou melhor, um suicídio para o projeto PLV/ILV. A acusação que fazemos ao grupo empresarial pela morte das lagoas, retomando sentidos lançados pelo movimento ambientalista nascente, não pode fazer parte da formação ideológica, nem de qualquer formação discursiva formulada a partir deste projeto. A história do ambientalismo em Alagoas, é apagada dos pressupostos político-pedagógicos da Educação Ambiental sob análise. Assim, o não dito se torna parte de uma política de silêncio/silenciamento, conceito que será discutido no próximo tópico.

4.3 O paternalismo como formação discursiva da EA do Programa Lagoa Viva.

Retomamos, aqui, as sequências discursivas referidas anteriormente.

(SD1) "Muita tradição, mas poucas perspectivas – enfim, mais passado do que futuro. Foi esta condição que levou a Braskem a escolher, em 2001, o Pontal para a implantação do Projeto Lagoa Viva. Além, é claro, da proximidade geográfica, já que o bairro é vizinho à Unidade Cloro/Soda da empresa, o que o tornava ideal para a política empresarial de investimento em programas educacionais, ambientais e de inserção social nas comunidades em que atua (...)" (ODEBRECHT, 2009).

(SD2) "A onda das Boas influências. Em Alagoas, novas perspectivas de vida se abrem para as comunidades do entorno das lagoas Mundaú e Manguaba" (ODEBRECHT, 2009).

"**Muita tradição, mas poucas perspectivas, mais passado do que futuro. Foi esta condição que levou a Braskem a escolher, em 2001, o Pontal para a implantação do Projeto Lagoa Viva" -.** Analisando o dito nessa materialidade, temos, que o principal motivo que levou a empresa a criar o programa de EA foi a preocupação com a falta de "perspectivas" do bairro vizinho. Nesse sentido, o programa seria a possibilidade de futuro. A questão social, colocada de maneira paternalista e cínica é o estimulador. Ou seja, a empresa tem consciência dos seus reais interesses, da razão que a levou a escolher esse bairro, como local de instalação e dos prejuízos que causará à comunidade, no entanto necessita passar para a comunidade, exatamente o contrário – o que a levou a escolher esse bairro não foram motivos exclusivamente econômicos, mas a preocupação com as "poucas perspectivas de futuro do bairro". Dessa forma, é necessário silenciar os problemas ambientais causados pela empresa, no ecossistema e na comunidade que vive dentro dele. Há também no argumento dessa primeira sequência (SD1), o que Pêcheux chama de "indiferença" da língua em relação à luta de classes, indiferença essa que "caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e, dissimetricamente, o fato de as classes não serem 'indiferentes' à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes" (PÊCHEUX, 1997, p.92).

A luta de classes, demonstrada através da história, a partir de uma perspectiva ideológica antagônica à dominante, é um dos motivos de influência na criação do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva. Através da propaganda de um programa paternalista, a formação discursiva empresarial, apropria-se de elementos da formação discursiva antagônica, a fim de silenciar/apagar os conflitos, sociais e ambientais da

Educação Ambiental. Entretanto, são outros os motivos afirmados na materialidade linguística que analisamos.

Voltando à noção de discurso paternalista, este remete a formação social brasileira, mas especificamente ao escravismo. Como uma herança do sistema escravagista, o paternalismo é uma característica cultural marcante no Brasil. Ele estava presente na relação mando-obediência e entre senhor-escravo. Antes mesmo de ser uma herança colonial, essa forma de relação já estava presente na sociedade portuguesa e foi desenvolvida após o embate vitorioso dos cristãos sobre os mouros ao escravizar esses últimos (CORREIA; GOMES; MARC; SILVA, 2008). Em nossos dias, podemos entender o paternalismo como "uma relação na qual o superior, ao mesmo tempo em que controla e ordena o subordinado na relação econômica, também o protege na relação pessoal, ou seja, o superior assume o papel de um pai" (ibidem, p.71). Podemos perceber esse papel de pai da empresa Braskem, no seu discurso, quando afirma que as **poucas perspectivas,** bem como a proximidade do bairro, são fatores ideais para a sua **política empresarial de <u>investimento na comunidade</u>**.

Ainda sobre o paternalismo, Negro (2010, p.16) afirma que:

> Insinuação de solidariedade e coesão entre grupos sociais contrapostos: paternalismo sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial. [...] Em forma de mito ou ideologia, paternalismo promove uma visão retrospectiva, que idealiza o passado, confundindo atributos reais e ideológicos. De tudo isso resulta, o não-reconhecimento do conflito de classes e, portanto, o desconhecimento da história das classes subalternas.

Em outro trecho retirado da mesma matéria citada e tomada em SD1, é possível entender mais detalhadamente como se dá o discurso de Educação Ambiental da empresa:

(SD3) <u>A garotada já tinha aprendido na escola</u> que a pesca desordenada e extrativista (sem respeito à sazonalidade dos peixes) e o <u>corte predatório de árvores para produzir lenha para fogão estavam colocando em risco o equilíbrio ambiental</u>. Pior ainda: <u>a médio prazo, isso comprometeria o próprio sustento da comunidade</u>, diante do risco de <u>escassez</u> (e até <u>extinção</u>) dos cardumes e da vegetação local (ODEBRECHT, 2009).

Vejamos que na sequência discursiva acima se delineiam alguns aspectos de "preocupação" com o meio ambiente da lagoa pela empresa. No entanto, essa preocupação é totalmente enviesada, pois se coloca a culpa da degradação ambiental na pobreza, **na irresponsabilidade da própria comunidade**, retirando da empresa, mais uma vez, a responsabilidade pelo processo de **escassez** e **extinção** de espécies.

Cavalcante (2007, p. 56), ao discutir as ideias de Silva (1996), entende que no discurso neoliberal "a culpabilidade pela pobreza, pela miséria, pela exclusão não pode ser atribuída ao estado capitalista, mas as escolhas e decisões inadequadas dos indivíduos". De acordo com Cavalcante (idem), Silva denomina de "culpabilização das vítimas", uma dentre as estratégias da retórica neoliberal para consolidação de sua hegemonia.

Identificamos a estratégia discursiva neoliberal de **culpabilização** das **vítimas** em SD3. A crítica neoliberal centra-se em dois pontos: 1) a **pesca desordenada** e **extrativista**, que **desrespeita** a **sazonalidade** dos peixes; 2) corte predatório de árvores para produzir lenha para fogão. São estes, os únicos fatores responsáveis pelo risco de desequilíbrio ambiental. Há nesse discurso, um sentido de culpabilização da pobreza com a degradação ambiental e com a "morte das lagoas". A tradição representada pela atividade da pesca, além de degradar a natureza seria a responsável pela falta de perspectivas, já que isso comprometeria o próprio sustento da comunidade com a escassez e extinção de espécies em médio prazo.

Moreira (2010, p.98), ao refletir sobre o discurso de sustentabilidade presente na proposta de desenvolvimento sustentável defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e UNESCO, nos diz que, segundo esse discurso:

> Os pobres, por si mesmos, apenas se relacionam com a natureza degradando, destruindo e agredindo. Diferentemente dos pobres, os ricos que produzem o superconsumo e o superdesenvolvimento, podem a qualquer momento, por um ato de escolha/de vontade, amenizar os efeitos negativos/não-sustentáveis de suas ações. Os ricos possuem o direito da escolha entre consumir ou superconsumir, entre desenvolver ou superdesenvolver; os pobres não têm o direito à escolha, e mesmo sobrevivendo abaixo da linha do consumo dos ricos, destroem com uma maior ferocidade o meio ambiente, pois consomem degradando o meio ambiente.

Retorna-se nesse debate ao conflito Vida/Morte, sentidos discutidos acima, cujas origens identificamos no movimento ambientalista, passando posteriormente para a educação ambiental empresarial, e também pelo movimento sindical contemporâneo. A diferença, no caso da SD3, é que sentidos de morte estão sendo perpassados, agora, por uma categoria social, os pobres, que está longe de ter o poder destruidor dos ricos. Moreira (2010, p. 97) nos traz uma contribuição importante quanto a essa questão, origem da educação ambiental atual, sob um ponto de vista discursivo. Este entende que o discurso da sustentabilidade da ONU, Banco mundial e UNESCO se "ancora, para ter sentido, num diálogo/'conflito'/'tensão' com outros discursos dominantes". Estes

discursos, conformados na "Memória Discursiva desenvolvimentista", representaria a Morte enquanto o desenvolvimento sustentável seria a Vida. Esse movimento discursivo traz uma ideia de evolução para um futuro sustentável que supera um passado (desenvolvimentista) que não era sustentável e que ameaçava a vida.

Para Carvalho (1989, p.65):

> considerando as diversas apropriações que podem ser feitas, não é possível aceitar qualquer univocidade entre aqueles que se levantam como defensores da vida. A defesa da vida é mais um enunciado tático, cujo sentido será dado pela estratégia que dele se apropriar. Retomando a conferência de Estocolmo, temos um exemplo de como os termos natureza e desenvolvimento se equivalem, podendo ser substituídos um pelo outro, sem que se altere o sentido do enunciado. Os dois termos, referidos igualmente a preservação da vida, são apresentados como indispensáveis à existência humana. Assim, o desenvolvimentismo, na versão oficial, não só deixa de ser um modelo predatório, como passa a ser instrumento "indispensável" à manutenção da vida, e a qualidade ambiental.

Dialogando com a citação, o sentido para a AD não é dado, este pode ser direcionado, no entanto, sempre pode ir a outros lugares, a caminhos que o sujeito não imagina, dependendo do interlocutor. Para Orlandi (1996, p.37), "os sentidos sempre podem ser outros". A lógica do discurso em defesa da vida vindo da posição-sujeito liberal, que nos leva a sentidos de superação da morte, torna a bandeira da vida um recurso da retórica capitalista contemporânea. Como os responsáveis pela morte são os pobres, resta aos ricos defender a vida. São os ricos que, por caridade e benevolência, levarão novas perspectivas de vida (SD1) para os pobres. "As vítimas transformam-se em réus" (idem, p.110), os responsáveis pela morte são agora defensores da vida contra os pobres que não a preservam. Assim, de acordo com Moreira (idem, ibidem), "por esse intermédio discursivo, podemos afirmar que a riqueza, contrário positivo da pobreza, é a afirmação da dignidade, do respeito e da manutenção da vida". Essa estratégia de sentidos lançada pela empresa que defende a lagoa viva, é por nós retorcida, quando nos filiamos uma posição-sujeito que não se coloca meramente interpretativa, mas crítica, e, portanto, a favor dos pobres e do meio ambiente. Assim a morte que seria provocada agora pelos pobres, é mostrada por nós como o inverso, é a empresa a principal responsável pela morte das lagoas.

Para Marques (1993, p.30):

> A pobreza, na realidade, é uma síndrome e não se caracteriza apenas pela falta de alimentos – sua face mais cruel – mas inclui analfabetismo, doença, alta mortalidade e baixa expectativa de vida […].
> é uma síndrome multifacetada: tanto pode apresentar-se com a dignidade da escassez relativa, temporária e/ou equitativamente distribuída, quanto com a

> brutalidade da permanência crônica e absoluta, imersa em sociedade extremamente desigual.

Para o referido autor (idem, p.31) "é nos manguezais que muitas populações pobres obtêm produtos de pesca, carvão vegetal e produtos derivados de taninos e plantas medicinais" através de um processo tradicional que, "aparentemente não teria, em parte alguma do planeta, deflagrado relevantes processos de degradação". E continua o autor (idem, ibidem):

> A utilização industrial, agrícola e aquícola, em grande escala para a geração de riquezas, porém, tem deflagrado processos de degradação ambiental, cujos impactos são de reversibilidade praticamente nula (e.g. devastação dos manguezais da Filipinas e do Equador). Esses processos de geração de riqueza concentrada no ápice da pirâmide de populações economicamente ativas, quase sempre é um processo duplamente empobrecedor, pois à miséria ecossistêmica, agrega a miséria humana do antigo usuário do ecossistema miserando.

A culpabilização da pobreza pela degradação dos manguezais silencia que são os mesmos pobres, que através de um processo cultural independente do Estado e de Empresas, adquirem um conhecimento etnoecológico, "consistente e até sofisticado" para o "uso prudente dos recursos naturais" (idem p. 33). Marques defende, portanto, uma Educação Ambiental freiriana que leve em conta o conhecimento ecológico tradicional em áreas de manguezais, "algo que seja capaz de contribuir para superar, tanto a miséria como fator de degradação dos manguezais, quanto a degradação dos manguezais como fator de miserabilidade" (idem, p.34).

Quando se afirma na sequência discursiva o que **a garotada já tinha aprendido na escola**, não se diz com quem se aprendeu, onde se aprendeu e, muito menos, sobre a ideologia que funciona através do discurso de quem ensinou. É a consciência colocada a serviço da vida alienada (MÉSZÁROS, 2008). Esse tipo de educação ambiental se insere no grande campo da EA conservadora, como já citado no tópico primeiro desse trabalho. Trata-se de uma EA que não estimula os educandos a enxergar a amplitude dos aspectos ambientais. Uma EA que tem o objetivo de formar um "guarda-chuva ideológico", de se proteger antecipadamente de críticas que possam chegar ao seu lugar discursivo.

Mészáros, ao discutir a produção de Marx sobre o sistema capitalista, fala que não se pode negar que, ao diagnosticar as contradições do capitalismo, este autor esteja se antecipando a "contra-movimentos" e reformas que ajudariam o capital a retardar essas

contradições. Esse autor nos diz ainda que pontos de vista a partir de uma posição social determinada podem, dentro de determinados limites, serem utilizados pelo adversário social, contribuindo para uma neutralização temporária das contradições denunciadas (MÉSZÁROS, 2008). É o que se pode concluir, a partir dos efeitos de sentidos das sequências discursivas analisadas, pois os pontos de vista típicos da Educação Ambiental que proclamam o objetivo de proteção ao meio ambiente e ao ser humano são reformulados ideologicamente a partir da perspectiva do capital. Retomando Mészáros (Idem, p.58), "essa situação, uma vez percebida, só pode ser rompida por uma consciência social adequadamente modificada, que, por sua vez, estará novamente sujeita aos perigos do uso manipulatório do adversário".

Para complementarmos a discussão lançada a partir da sequência anterior vejamos mais uma sequência:

(SD4) O "projeto maior", no caso, incluía, além das turmas de formação de professores de educação ambiental, uma série de oficinas profissionalizantes (...) todas com oportunidades imediatas de geração de renda. Afinal, na proposta pedagógica do Lagoa Viva, criticar comportamentos "ecologicamente errados" não bastava. Era preciso apresentar ofertas profissionais. As próprias oficinas de inglês tiveram, desde o início, um objetivo específico: oferecer à população a ferramenta adequada para se comunicar com os visitantes estrangeiros, tirando assim um melhor proveito da inegável vocação do Pontal da Barra: o turismo (ODEBRECHT, 2009).

Podemos perceber que, no discurso da empresa, persiste uma suposta preocupação com os problemas ambientais, causados pelos pobres (culpabilização das vítimas) ao **criticar comportamentos "ecologicamente errados"**. Associada a esse sentido, existe uma proposta pedagógica totalmente diferente do que se entende por Educação Ambiental nos movimentos populares, bem como no meio científico-acadêmico crítico. Numa lógica totalmente adequada ao discurso empresarial, essa suposta pedagogia é ampliada para **ofertas profissionais**, nenhuma delas ligada à integração com o meio ambiente lagunar, no sentido tradicional de sobrevivência com as atividades de pesca e mariscagem.

Na SD4, existe outro elemento ideológico importante no discurso conservador, a naturalização da vida social, quando afirma **a inegável vocação do Pontal da Barra: o turismo**. O que é **inegável** não permite dúvidas nem críticas, pois é um conceito que traz uma ideia de absoluto. E o absoluto é verdadeiro aprioristicamente. Há, portanto, um sentido de dogma, de inquestionabilidade, de ser **inegável**. Já a palavra **vocação,** no sentido cotidiano do termo, traz a ideia de algo natural, que nasce com o indivíduo.

Como a sequência discursiva referida está tratando de um coletivo, de um bairro, a vocação para o turismo é, portanto, algo que existe naturalmente no bairro e não algo construído socialmente. O turismo ecológico é uma prática de lazer bastante utilizada e defendida ideologicamente quando se trata da proximidade humana com o ambiente natural. Essa ideia reforça a ideologia do ser humano separado da natureza, observador e/ou amante do natural. Assim o **"projeto maior"** do PLV inclui **além das turmas de formação de professores de educação ambiental**, uma **série de oficinas profissionalizantes,** como recurso de acomodação à ideologia do turismo. Dentre essas oficinas estão as de **inglês** para a comunicação **com os visitantes estrangeiros**.

A naturalização da vida em sociedade junto à solução milagrosa da empresa, com a capacitação profissionalizante, desvia a discussão ambiental para questões estranhas às raízes ambientalistas da EA. Não há uma preocupação verdadeira com a lagoa que está morrendo. A expressão Lagoa Viva torna-se apenas signo ideológico retórico-discursivo, dissociador ou camuflador da verdadeira prática de EA transformadora. A preocupação verdadeira da empresa e consequentemente do PLV (que não possui contradição com a empresa, aspecto que aprofundaremos adiante) é justamente envolver a comunidade em seus projetos, ganhá-la, influenciá-la ideologicamente. Através do discurso de responsabilidade social com a comunidade, a empresa desvia o foco de desresponsabilização pela degradação ambiental das lagoas, pois a mesma já faz seu papel social e ambiental ao ajudar com responsabilidade social um bairro sem futuro.

O discurso de responsabilidade social, que se inscreve na formação discursiva paternalista, é o carro chefe do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva. Vejamos mais sequências discursivas:

(SD5) **Objetivo.** Reafirmar o compromisso da Braskem com o desenvolvimento sustentável, visando à promoção simultânea do crescimento econômico, da preservação ambiental e da justiça social, na perspectiva de assegurar que o anseio pelo progresso no presente não comprometa o futuro das gerações subsequentes. (BRASKEM, s/ano. p.1)

(SD6) A Braskem cumpre com a sua Responsabilidade Social ao realizar seu Objeto Social (…) atuando com elevados princípios éticos; (...) desenvolvendo negócios econômica e socialmente sustentáveis; (…) preservando o meio-ambiente; (…). Adicionalmente, a Braskem destina, por liberalidade, parcela dos resultados gerados para apoiar iniciativas de caráter sócio-ambiental ou cultural(...) (BRASKEM, s/ano. p.1)

O **compromisso com o desenvolvimento sustentável** (SD5), tema diretamente relacionado às principais discussões em EA, na perspectiva da empresa Braskem têm a

intenção de conciliar o inconciliável: crescimento econômico (que se baseia na busca incessante do lucro e da exploração da força de trabalho) com preservação ambiental e justiça social, dois conceitos que, se olharmos a partir da formação ideológica do trabalho, são antagônicos ao capitalismo.

Qual o verdadeiro objetivo social da Braskem? Como podemos perceber claramente a partir da SD5: o crescimento econômico. A busca do lucro (crescimento econômico), máxima capitalista, não pode preservar o meio ambiente, quando o explora de maneira intensiva. Da mesma forma, não há como haver justiça social nos marcos de um sistema opressor como o capitalismo. Há sim uma injustiça social pela apropriação privada do meio ambiente e de sua exploração acelerada com o objetivo de lucro.

E o que ela quer dizer quando afirma que **"cumpre com sua Responsabilidade Social ao realizar seu Objetivo Social"**? De acordo com Neves (2005, p. 15) o conceito de Responsabilidade Social faz parte da ideologia e prática do "neoliberalismo da terceira via". Essa ideologia configura-se como uma "estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa" (p.16) que pode ser percebida através dos mecanismos de busca de consensos materializados nos projetos sociais empresariais. Ainda de acordo com Neves:

> O projeto de sociabilidade neoliberal da Terceira Via, sistematizado pelo sociólogo (...) Anthony Giddens, apresenta a característica de negar o conflito de classes (...) ancorando (...) na "conciliação" de interesses "plurais", na alternância de poder entre partidos políticos "renovados", na auto-organização e envolvimento das populações com as questões ligadas as suas localidades, no trabalho voluntário e na ideologia da responsabilidade social das empresas.

Nasce, com o neoliberalismo da terceira via, uma "nova pedagogia da hegemonia", "uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses do grande capital nacional e internacional" (NEVES, 2005. p15). É nesse sentido que podemos entender os **elevados princípios éticos,** os **negócios socialmente sustentáveis**, a preservação do meio ambiente e o apoio a **iniciativas de caráter sócio-ambiental ou cultural** (Sd6) defendidos pela empresa Braskem e materializados no discurso de educação ambiental disseminado em escolas e comunidades alagoanas pelo PLV.

O neoliberalismo é um projeto de sociabilidade que transfere recursos para um "terceiro setor" (ONG´s ou Instituto – no caso deste objeto de pesquisa) implementar seu projeto de Educação Ambiental, que estaria pretensamente situada para além do

Estado e do mercado (terceira via), que reduz "demandas sociais ao nível corporativo", caracterizada pretensamente pelo trabalho voluntário, tendo como aliado o Estado (cada vez mais educador). Constitui, portanto, a ideologia da responsabilidade social das empresas; *estratégias do capital para educar o consenso* (NEVES, 2005).

A **liberalidade,** dita pela Braskem, como adicional ao seu **Objeto Social** de **elevados princípios éticos,** destinando **parcela dos resultados gerados,** a fim de apoiar **iniciativas de caráter sócio-ambiental,** inscreve-se, pelas suas características, nesta "nova pedagogia da hegemonia", tendo como seu aliado, o Estado brasileiro, a "Pátria Educadora". Referimo-nos ao slogan da gestão atual do Estado Brasileiro, que apesar de se denominar de pátria educadora, corta verbas fundamentais da Educação, retrocedendo na garantia de direitos sociais. Há uma crise social provocada por esse projeto neoliberal da terceira via, que tem supostamente o objetivo de transferir a implementação dos nossos direitos garantidos pela constituição federal, do Estado para a iniciativa privada.

Essa relação entre empresa que dá (dádiva) direitos em parceria com o Estado que retira direitos, facilita em nossa opinião, a construção discursiva cínica, que será discutida adiante. O Estado, agora sem recursos, necessitaria cada vez mais do apoio da iniciativa privada para garantir a vida. Ou melhor, é a iniciativa privada que garante a vida em parceria com o Estado.

Complementando a tríade, formadora desse projeto societário, há no caso de nosso objeto de estudo, a presença do **Instituto Lagoa Viva** (que ocupa o lugar de "terceiro setor"), pretensamente autônomo e responsável por mediar com as comunidades à ideologia da empresa. Sendo assim,

> Enquanto o pensamento liberal tradicional apontava para uma espécie de "utopia", em que todos os homens se realizariam se agissem segundo as leis do mercado, a Terceira Via, ampliando a perspectiva neoliberal, considera, *a priori,* que isso não seria mais possível. As ações, portanto, deveriam estar voltadas para gerir o sofrimento por meio do amparo social ancorado pela noção de capital social. Assim, a Terceira Via desresponsabiliza à história e responsabiliza os sujeitos e suas associações pela garantia da estabilidade social, política e psicológica profundamente abalada pela eliminação de um horizonte de transformação (LIMA & MARTINS, 2005, p.65).

O referido Instituto Lagoa Viva (ILV), nascido em 2003 para coordenar as atividades do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV), ao ser financiado pela empresa e seguir consequentemente a ideologia da responsabilidade social, distancia-se do sentido radical da categoria autonomia, cara aos movimentos sociais e

ao movimento ambientalista em particular. Ao responsabilizar os sujeitos pelos problemas ambientais, apartando a história das reflexões da Educação Ambiental, o referido instituto e seu programa educativo transformam a categoria autonomia na sua forma mais mecânica possível. Para Gonçalves (1998, p.143-144) a autonomia de cada ser humano, desenvolvida em uma sociedade ecológica, deve levá-lo a exercer sua liberdade para "estabelecer as regras, as normas, as leis". Mais que isto, "a luta pela igualdade deve ser capaz de reconhecer a diferença e não reivindicar a homogeneidade". Aprofundamos no próximo tópico a ideia de autonomia, ao atravessar os efeitos de sentidos das Formações Discursivas selecionadas do objeto em questão.

4.4 A censura e o cinismo da Educação Ambiental empresarial em Alagoas.

Iniciaremos a discussão sobre a política de silêncio/silenciamento, com destaque para o silêncio local (censura) e a ideologia do cinismo capitalista, retomando a primeira sequência discursiva analisada no tópico anterior:

(SD1) Muita tradição, mas poucas perspectivas – enfim, mais passado do que futuro. Foi esta condição que levou a Braskem a escolher, em 2001, o Pontal para a implantação do Projeto Lagoa Viva. Além, é claro, da proximidade geográfica, já que o bairro é vizinho à Unidade Cloro/Soda da empresa, o que o tornava ideal para a política empresarial de investimento em programas educacionais, ambientais e de inserção social nas comunidades em que atua (…) (ODEBRECHT, 2009).

Recorreremos à história, no sentido de problematizar/refutar, novamente, o argumento da escolha da localidade, afirmada em SD1, para a implantação do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva. De acordo com a trama entre o linguístico, o ideológico e o histórico da qual surge a AD de origem francesa, o histórico fundamental importância na compreensão do discurso. O histórico nos possibilita delimitar caminhos possíveis para os sentidos para a análise do processo discursivo. Pensamos também que a história é fundamental para a confirmação ou não de qualquer dizer, nesse sentido, pode ser utilizada para o entendimento da sequência em questão, a fim de quebrar a ilusão da transparência do texto, mostrando-o em sua opacidade e os efeitos de sentidos possíveis a partir de como este texto significa (discurso) na realidade.

Ao recorrer à história, percebemos o falso, a mentira, o mascaramento da realidade presente em SD1. Essa afirmação vai de encontro ao entendimento de Orlandi (1995, p. 98) que afirma que ao tratarmos do político, se impõe a questão da "credibilidade", consequentemente, vem "o problema da relação entre verdade e

falsidade na linguagem". Vejamos mais um pouco de fatos históricos relacionados ao empreendimento empresarial promotor da Educação Ambiental em questão. Segundo Vieira (1997, p.15-16):

> A Salgema Ind. Químicas S.A., empresa de grande porte, altamente poluente, começou a operar em 1976 [...]. Sua criação, na década de 70, fazia parte da estratégia desenvolvimentista do regime militar [...] a buscar a exploração dos recursos naturais [...]. A expansão da indústria, em meados da década de 80, representava um aumento dos riscos de poluição e acidentes, colocando em perigo a vida na cidade, e, mais que isso, uma ameaça de expulsão para os moradores dos bairros adjacentes.

Como podemos perceber a partir da citação de Vieira confrontada a SD1, a Braskem (antiga Salgema) nega em seu discurso seu legado histórico de poluição como fundamento ideológico da criação do PLV. É apenas a proximidade geográfica e o sentimento de bondade ("**Boas influências**") – ver título da matéria de onde foi retirada a sequência discursiva ou o *paternalismo* com um bairro que tem **"mais passado do que futuro"** que leva a empresa a se preocupar com a situação. Segundo Orlandi (idem, p.76): "se diz `X´ para não (deixar) dizer `Y´, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma 'outra' região de sentidos".

O não dito e silenciado pela empresa é que dos danos ambientais causados por ela e a ameaça de expulsão dos moradores do bairro do Pontal da Barra surge um movimento sócio-ambientalista: o Movimento Pela Vida. Segundo Vieira (1997, p.69):

> Durante o processo de mobilização, a população do Pontal foi submetida a uma séria de pressões, que assumiram a forma de tentativas de cooptação e também ameaças diretas aos líderes da mobilização [...]. Essas pressões, sem dúvida, geraram apreensão nos moradores, que se sentiam ameaçados. Segundo uma moradora, o povo era assim, sabe, todo mundo com medo, era o que gerava aqui assim, medo, muito medo.

O movimento conseguiu uma vitória muito importante para os moradores do Pontal, com o seu tombamento (1988) e a retirada de ameaça de expulsão dos moradores para a ampliação da empresa. No entanto, com o decorrer da História, os conflitos vão-se apaziguando (VIEIRA, 2003, p.168):

> A década de 90 mostra uma mudança de estratégia: começam a sair de cena as ONG´s ambientalistas ligadas às críticas e denúncias; entram em cena ONG´s mais instrumentais, com projetos operacionais. Esta mudança já se anunciava no final da década de 80, quando começam a surgir inquéritos e ações civis públicas, como indicativo de que as lutas agora se travavam nos corredores da burocracia.

Como já dissemos, por coordenação de uma ONG (CEASB - Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu), junto a TRIKEM, denominação da indústria anterior a Braskem, surge o Programa Lagoas e por continuidade o Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva. É da revista do instituto que está a frente do referido programa que retiramos a sequência discursiva que segue, a qual é antecedida por uma sequência da empresa financiadora.

(SD7) **Princípios.** A Braskem se compromete a: (...) Agir em consonância com as Metas do Milênio e contribuir para sua consecução. (...) Realizar ações (...) em três vertentes, priorizadas em função do potencial de contribuição da Braskem: • **Inclusão Social** – Promoção de ações que gerem trabalho e renda e assegurem aos indivíduos e suas famílias a autonomia necessária para conquistar melhores condições de alimentação, moradia, educação, saúde e lazer. • **Educação Ambiental** – Apoio à melhoria da qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente, através da realização de programas de formação voltados para crianças, jovens e educadores. (BRASKEM. s/ano. p.3).

(SD8) "O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade nasceu da mobilização pelos Objetivos do Milênio (...). O movimento é uma iniciativa apartidária e ecumênica para conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para o alcance até 2015, dos 8 objetivos (...). Em Alagoas o Movimento é representado pelo "Nós Podemos Alagoas" do qual faz parte como integrante em seu núcleo gestor o Instituto Lagoa Viva (...). Todo o entusiasmo e dedicação do instituto colabora para evidenciar que em Alagoas há um modelo de boas práticas no âmbito socioambiental a ser seguido pelo restante do país" (ILV, 2010. p. 23).

Quando confrontamos SD7 e SD8 pode-se perceber um casamento entre o discurso da Braskem e o do ILV quando ocorre a defesa dos Objetivos do Milênio propostos pela ONU. Neste caso, o responsável por materializar a ideologia colocada pela Política de Responsabilidade Social da Braskem em diálogo com os ODM é o ILV. Ou, dizendo de outra forma, a empresa utiliza o ILV/PLV, que mantém o discurso de uma suposta **"autonomia necessária"** (SD7), para alcançar seus princípios/objetivos ideológicos. Essa "autonomia necessária" aos indivíduos e a suas famílias não pode fugir ao que é colocado pelos ODM/ONU/BRASKEM. Portanto a autonomia é apenas retórica. Recorrendo à obra **Análise do Discurso: fundamentos & prática** (CAVALCANTE; FLORÊNCIO; MAGALHÃES & SILVA SOBRINHO, 2009, p.58), temos:

> É nesse sentido que Pêcheux (1988) afirma que o funcionamento da ideologia burguesa de exaltação à autonomia, que aprisiona todos os aspectos da subjetividade, inclusive o discursivo, tenta apagar o processo de

> subordinação - assujeitamento, fazendo com que os sujeitos do discurso se julguem fonte de seus discursos e afirmem a transparência da linguagem.

A política do silêncio/silenciamento, em sua modalidade local, a censura, e o cinismo capitalista é o que se pode dizer dos discursos referentes às sequências acima. O silêncio, é definido por Orlandi (1995, p. 75): "pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada". Já a política do silêncio "produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz". Orlandi pensa o silenciamento em duas formas, o silêncio constitutivo (que faz parte da própria constituição da linguagem para produzir sentido) e o silêncio local (que tem como política a interdição do dizer). Um exemplo de silêncio local é a censura, uma estratégia política de produção de sentidos, a partir do interdito, do proibido. Dessa forma, a censura como política do silêncio, determina o que pode e deve ser dito, em uma conjuntura dada, a fim de evitar a inscrição dos sujeitos em formações discursivas diferentes das defendidas pelo produtor do discurso (ORLANDI, ibidem).

Nas sequências discursivas (SD7 e SD8), que tratam das Metas do Milênio e sua ligação com a Braskem e a EA do Programa Lagoa Viva, há um retorno à ideia de autonomia: **autonomia necessária**; **iniciativa apartidária**. Neste discurso há uma ressignificação de bandeiras históricas dos movimentos sociais, notadamente daqueles que assumem ideias libertárias, fazendo parte da gravitação das ideologias presentes no movimento ecológico desde seu nascimento. De um ponto de vista anarquista, são ideias que visam fortalecer os movimentos sociais, à destruição do Estado, a construção de uma sociedade sem classes sociais. O Estado como representante máximo da hierarquia na humanidade, não pode desenvolver, portanto, conceitos de transformações radicais como autonomia e apartidarismo.

Esta técnica de apropriação de um saber vinculado à organização revolucionária dos trabalhadores e trabalhadoras (**autonomia e iniciativa apartidária**), portanto, de uma formação ideológica antagônica a perspectiva do capital, transformando esse saber de luta, ao apontar os conceitos contra o adversário que os criou, fazendo-o circular por sentidos diversos daqueles criados pelo movimento socialista, caracterizamo-la como cinismo. Neste sentido, há um cinismo latente na postura ideológica da Braskem/ILV/ODM ao tomar para si, a favor de seu projeto ideológico, conceitos críticos da práxis histórica contrária ao sistema capitalista. Tal como afirma Sloterdijk (2012, p.164) sobre o cinismo, visto como "insolência que trocou de lado", as armas da

crítica são agora utilizadas ironicamente pelo inimigo, no sentido de **conscientizar** e **mobilizar**, tomando como "modelo de boas práticas no âmbito socioambiental a ser seguido pelo restante do país", o Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV). Os sentidos de conscientização e mobilização, também utilizados junto aos movimentos sociais, trazem a memória uma estratégia já colocada anteriormente pelo Programa Lagoas (hoje PLV), de envolver as crianças em atividades de Educação Ambiental voltadas para a gestão participativa, como podemos perceber através da leitura do título de capítulo de livro que consta nas referências dessa dissertação: *Programa Lagoas: educação e mobilização para a gestão participativa.* De acordo com César & Menezes (2000, p. 158), autores defensores do programa, este promoveu à reprodução de uma experiência anterior, "fortemente marcada pelo movimento popular. Assim, a educação ambiental foi concebida como um processo de mobilização social e de capacitação dos moradores para a gestão do ambiente onde vivem, convocando-os para o desenvolvimento de uma postura participativa".

Para Bookchin (1999, p. 16), é preciso ir além da ortodoxia anarquista que põe ênfase na crítica ao Estado como fator de coerção social. É preciso também ir além da contracultura libertária que preferia questionar a autoridade ao invés da "hierarquia". Para o autor, questionar a autoridade sem averiguar sua origem e a sua relação com a natureza, é não perceber seu significado para uma nova sociedade. Dessa forma, entendemos que a crítica a autonomia defendida pela burguesia representada no discurso analisado, também deve ser encarada para além do antagonismo com o Estado e ser levada para os diversos campos sociais da sociedade, como um mecanismo de organização revolucionária da Educação Ambiental Libertária e dos movimentos sociais, num sentido antagônico a ideologia individualista de autonomia.

Para Bookchin (2010, p.22), o conceito de hierarquia, central em sua obra, ao lado do conceito de dominação, deve ser alargado para além da crítica ao Estado, deve ser o núcleo da *Ecologia da Liberdade*:

> aos enormes problemas criados por esta ordem social devem juntar-se os criados por uma mentalidade que começou a desenvolver-se muito antes do nascimento do capitalismo e que este absorveu completamente. Refiro-me à mentalidade estruturada em torno de hierarquia e da dominação do homem pelo homem originou o conceito da dominação sobre a natureza como destino e necessidade da humanidade. É reconfortante que se haja insinuado no pensamento ecológico a ideia de que esta concepção do destino humano é perniciosa. Contudo, não se compreendeu claramente como surgiu, persiste e como pode ser eliminada esta concepção. E se se quer achar remédio para o cataclismo ecológico, deve-se procurar a origem da hierarquia e da

> dominação. O fato da hierarquia sob todas as formas – dominação do jovem pelo velho, da mulher pelo homem, do homem pelo homem na forma de subordinação de classe, de Casta, de etnia ou de qualquer outra estratificação da sociedade – não haver sido identificada como tendo âmbito mais amplo que a mera dominação de classe, tem sido uma das carências cruciais do pensamento radical. Nenhuma libertação será completa, nenhuma tentativa de criar harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza poderá ter êxito se não forem erradicadas todas as hierarquias e não apenas a de classe, todas as formas de dominação e não apenas a exploração econômica.
> Estas ideias constituem o núcleo essencial da minha concepção de ecologia social e do meu livro *A Ecologia da Liberdade*.

Lukács, em texto redigido em 1968 para uma conferência num congresso de filosofia, intitulado *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*, nos traz uma concepção radical de autonomia que só pode ser alcançada pela superação do capital e do Estado. Para este autor (s/ano, p.18):

> só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser "não apenas meio de vida", mas "o primeiro carecimento da vida", só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo.

Tendo em vista a conjuntura histórica em que o PLV é criado, como não há autonomia entre o ILV e indústria química, não há possibilidade de inscrição da Educação Ambiental em uma formação ideológica e discursiva que circule por um campo de EA crítico. Temos então, a necessidade de fazer, necessariamente, críticas ao discurso empresarial educacional. Críticas não possíveis como sentidos ideológicos, pela censura inerente ao programa. Não é possível haver crítica nem autocrítica numa perspectiva radical partindo do discurso de Educação Ambiental da Braskem/ILV. A autocrítica não é uma característica daqueles que empregam discursos a partir de formações discursivas circunscritas à ideologia do capital. A censura, que funciona ao lado da opressão (ORLANDI, ibidem), do não poder dizer a verdade, é uma característica daqueles que estão a serviço da manutenção da ordem. A censura é o silenciamento/política do silenciamento a favor do apagamento da memória. No caso da Educação Ambiental, há o distanciamento de seus debates/conflitos com a ordem do capital, os quais foram às bases da EA lançadas pelo movimento ambientalista, como já defendido. Junto a essa política do silêncio, podemos dizer que no discurso do PLV/BRASKEM há um cinismo ideológico, analisado com mais detalhes adiante.

Para Sloterdijk (2012, p.122) a história da censura é a história da antirreflexão. Esta estratégia de "violência contra as ideias" produzida pelas potências hegemônicas

"trata-se de violência contra a autoexperiência e a autoexpressão de pessoas, que estão correndo o risco de aprender o que elas não deviam saber".

A atualidade do discurso de Educação Ambiental em questão, composta pelos ODS's (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), reformulação, feita em 2015, dos até então vigentes ODM's (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio), constitui-se um pacto mundial de sustentabilidade do planeta e da humanidade. Os Objetivos do Milênio, como ficaram mais conhecidos os ODM's, planejaram alcançar até 2015, 8 metas, as **Metas do Milênio** (SD7), definidas pela ONU. Essas metas tinham o objetivo de dar resposta à pergunta "o que nós podemos fazer para mudar o mundo"? (NEVES, 2005, p.121). As referidas metas do milênio consistiram em: 1) acabar com a fome e a miséria, 2) educação básica de qualidade para todos, 3) igualdade entre os sexos e a valorização da mulher, 4) reduzir a mortalidade infantil, 5) melhorar a saúde das gestantes, 6) combater a aids, 7) qualidade de vida e meio ambiente, 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Já os ODS´s[32], com agenda pós 2015, acrescentou diversas metas às lançadas pelos ODM´s.

O lema desta campanha mundial, Metas do **Milênio**, que nos traz sentidos de mudança para várias gerações, de desenvolvimento, pois se trata de metas para o milênio, fora firmado para um alcance em dez anos, como se o capitalismo em seu estágio atual, quisesse resolver todas as mazelas provocadas por seu objetivo social que é o lucro, de uma hora para outra. A ideologia de responsabilidade social e sua ideia de voluntariado, não consegue em curto prazo sequer resolver um problema ecológico essencial como é o de acabar com a fome no mundo, continuando como objetivo dos

[32] 1) acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2) acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável; 3) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos; 5) alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; 7) garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos; 8) promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; 9) construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; 10) reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles; 11) tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.; 12) assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis; 13) tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; 14) conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater à desertificação, bem como deter e reverter à degradação do solo e a perda de biodiversidade; 16) promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (http://www.objetivosdomilenio.org.br).

ODS's, dessa vez "orientando" o "desenvolvimento" para os próximos 15 anos, em vista de "um futuro mais pacífico, próspero e sustentável" (http://www.pnud.org.br).

Para Sloterdijk (2012, p.247-248):

> É no evolucionismo que se encontra a raiz lógica dos cinismos teorizantes que lançam sobre a realidade o olhar dominador dos senhores. As teorias da evolução introduzem a herança metafísica nas ciências. Somente elas têm força lógica suficiente para integrar, numa perspectiva abrangente, o mal, a decadência, a morte, a dor, toda a soma das negatividades que são o fardo dos seres vivos. Quem diz "desenvolvimento" e aprova os fins do desenvolvimento encontra uma perspectiva na qual pode *justificar* o que presta ao desenvolvimento. "Evolução" (progresso) é, por isso, a teodiceia moderna.

Sloterdijk (apud ZIZEK, 1996) produz a tese de que o cinismo é o modo dominante de funcionamento da ideologia. O sujeito cínico possui consciência da sua máscara ideológica frente à realidade social e, apesar disso, insiste na máscara. Sloterdijk diferencia a postura cínica, típica da rejeição popular à cultura oficial, que utiliza os mecanismos da ironia e do sarcasmo, com o cinismo moderno. Sobre o cinismo ideológico, Zizek (ibidem, p.313), apoiado na filosofia de Sloterdijk, afirma o seguinte:

> devemos distinguir estritamente essa postura cínica do que Sloterdijk chama de *kynicism* [cinismo]. O *kynicism* representa a rejeição popular a cultura oficial, a rejeição pela plebe, através da ironia e do sarcasmo: o clássico procedimento cínico [*kynical*] consiste em confrontar as expressões patéticas da ideologia oficial dominante — seu tom grave e solene — com a banalidade cotidiana e expô-las ao ridículo, assim evidenciando, por trás da *noblesse* sublime das expressões ideológicas, os interesses egoístas, a violência e as reivindicações brutais do poder. Esse método, portanto, é mais pragmático do que argumentativo: subverte a proposição oficial, confrontando-a com a situação de sua enunciação; procede *ad homi-nem* (por exemplo, quando um político prega o dever do sacrifício patriótico, o cinismo expõe o lucro pessoal que ele está retirando do sacrifício alheio).[...] O cinismo [*cynicism*] é a resposta da cultura dominante a essa subversão cínica *[kynical*]: ele reconhece, leva em conta o interesse particular que está por trás da universalidade ideológica, a distância que há entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara. Esse cinismo não é uma postura direta de imoralidade; mas parece a própria moral posta a serviço da imoralidade – o modelo da sabedoria cínica é conceber a probidade e a integridade como uma forma suprema de desonestidade, a moral como uma forma suprema de depravação, e a verdade como uma forma mais eficaz da mentira.

O cinismo é a falsa consciência esclarecida, afirma Sloterdijk (2012, p.34). Ao afirmar essa sentença, o mesmo autor considera-a como um paradoxo, pois pergunta: "como é que uma consciência esclarecida poderia ao mesmo tempo ser falsa?". Essa postura cínica dos senhores, de se portar diante ao mundo, que consiste numa

“insolência específica”, de se autoconhecer e persistir na máscara, constitui-se numa antítese de seu próprio idealismo. “O senhor cínico retira a máscara, sorri para seu frágil adversário – e o oprime” (idem, p.166).

Para Sloterdijk (idem, p.179) “a primeira guerra mundial é a data da virada do cinismo moderno”. Isso se deve ao fato de essa guerra marcar uma “fase ardente do deslocamento de antigas ingenuidades” sobre a essência da civilização burguesa, incluindo a própria guerra, valores e a ordem social. Essa guerra instala um clima esquizoide na sociedade europeia. A presença de armamento atômico gera uma crise sem equivalência na história da humanidade. “Desde então, reinam manifestamente os modos de consciência rompidos: a ironia, o cinismo, o estoicismo, a melancolia, o sarcasmo, a nostalgia, o voluntarismo, a resignação diante do menor dos males, a depressão e o embotamento como decisão consciente pela inconsciência”. Ao fim da segunda grande guerra mundial, o cinismo moderno tem a sua disposição um potencial bélico para a destruição da humanidade auxiliado ironicamente por “requintes mórbidos dos biólogos e químicos a serviço da guerra” (idem, p.189).

Podemos identificar o modelo cínico de funcionamento da ideologia no capitalismo contemporâneo, no discurso da BRASKEM/PLV, quando afirma as **boas influências** para novas **perspectivas de vida** (SD1). Sabe-se que a lagoa está morrendo, no entanto ao implantar o programa **Lagoa Viva**, cria-se a ilusão de que a empresa está preocupada com a preservação e retira-se, conscientemente, da discussão ambiental a bandeira da revitalização da lagoa, para que as perspectivas de vida de muitos moradores continuem sendo a criticada **tradição** da pesca e da mariscagem. No discurso cínico da EA do programa **Lagoa Viva** não há espaço para sentidos que levem a ações de recuperação do ambiente lagunar, permitindo assim a sobrevivência através de estratégias tradicionais de exploração e convivência harmônica com a natureza não humana. Ao identificar a falta de perspectivas de vida para os moradores do bairro do Pontal da Barra, imputando a esses próprios moradores a culpa pela falta de perspectivas, o discurso cínico golpeia a tradição popular da pesca e suas raízes indígena e negra.

Retomando as sequências discursivas, “todo o entusiasmo e dedicação do instituto colabora para evidenciar que em Alagoas há um modelo de **boas práticas no âmbito socioambiental** (SD7) e “**Educação Ambiental** – Apoio à melhoria da **qualidade de vida** e o respeito ao meio ambiente, através da realização de programas de formação voltados para crianças, jovens e educadores” (SD8), percebemos que sob uma máscara

de filantropia, esconde-se um discurso cínico "bondoso" que também pôde ser entendido a partir de sequências discursivas anteriores. Sobre a máscara ideológica moderna da falsa consciência esclarecida nos diz Sloterdijk (2012, p-72-73) que:

> Ao lado da crítica à consciência mistificada, a teoria marxista envolve uma variante rica em consequências da crítica à ideologia que marcou o estilo crítico do marxismo, sua penetração polêmica. Como teoria das máscaras, ela distingue a *priori* pessoas como indivíduos e como portadores de funções de classe. Nesse caso, permanece um pouco obscuro de que lado está respectivamente a máscara do outro: se o individual é a máscara da função ou a função é a máscara da individualidade. A maioria dos críticos decidiu-se, com boas razões, em favor da versão anti-humanista, em favor da concepção de que a individualidade seria a máscara da função. Assim, pode haver capitalistas simplesmente íntegros em termos humanos, como o prova a história da filantropia burguesa, contra a qual polemizaram intensamente os críticos marxistas. Eles só são humanos, porém, como mascaramentos meramente individuais de sua inumanidade social. De acordo com o seu ser social, eles permanecem, apesar disso, personificações do interesse no lucro, máscaras ligadas ao caráter do capital. Sim, em alguns aspectos, para os agitadores, eles são piores do que os mais terríveis exploradores, porque alimentam as mistificações patriarcais do trabalhador. O reflexo dessa teoria é fornecido pela teoria "burguesa" dos papéis, que concebe as funções sociais ("papel") como máscaras, com as quais a individualidade se cobre para, na melhor das hipóteses, até mesmo "brincar" com elas.
> Naturalmente, a consciência trabalhadora também é de início mistificada. Sua educação sob os princípios das ideologias dominantes não permite nenhuma outra possibilidade. Ao mesmo tempo, ela se encontra na posição de partida para todo e qualquer realismo: porque faz o trabalho imediato. Com um instinto realista, ela pressente o engodo que parte das cabeças "daqueles que se encontram aí em cima". Ela se acha sobre um solo nu e cru."

A crítica à filantropia burguesa, de que fala Sloterdijk, não fora feita somente pelo campo marxista. Anarquistas, a exemplo de Mikhail Bakunin, também fizeram críticas ferozes a suposta filantropia dos burgueses. Esta filantropia trazida a memória pelo discurso de *Responsabilidade Social* analisado nessa dissertação, nasce no século XIX com a ascensão da burguesia como classe dominante. Ao não realizar os princípios defendidos por essa classe na revolução francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade; isso porque segundo Bakunin (1989), esta revolução teria sido apenas política e não social, resta a burguesia amenizar a crítica e se contentar com ideologias como a filantropia, a risco de se extinguir enquanto classe se levasse os princípios da revolução adiante. No entanto, mesmo a filantropia, se levada a sério, como acusa Bakunin (2007, p.9), levaria a ruína dessa classe. Isso porque segundo o autor "os capitalistas não são, de forma alguma, filantropos; eles estariam arruinados caso se dedicassem a filantropia", eles não são capazes sequer de assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras "um salário e *condições* de trabalho que lhes assegurem uma vida realmente livre, digna e humana".

Trazemos uma longa citação de Bakunin (1975, p.238) que problematiza os resquícios de ideologia socialista nos burgueses, representados na *Liga da Paz e da Liberdade,* da qual o autor chegou a fazer parte, rompendo com a mesma e aderindo a Associação Internacional dos Trabalhadores:

> O que distingue a Associação Internacional dos Trabalhadores da Liga da Paz e da Liberdade, é que esta última, composta exclusivamente por filantropos burgueses, ama idealmente, platonicamente os princípios da humanidade, da fraternidade, da igualdade, da justiça, enquanto que a primeira, composta principalmente ou quase exclusivamente por trabalhadores manuais, com algumas raras adjunções de trabalhadores de espírito que pela situação econômica pertencem igualmente ao proletariado, quer a sua realização tão imediata como possível, com toda a energia duma vontade tão forte como apaixonada. É, perdoem-me esta comparação trivial, a eterna diferença que existe entre a barriga cheia e a barriga vazia; e a barriga cheia, como diz o provérbio, nunca compreenderá a barriga vazia. A primeira, enquanto faz sua digestão, pode sonhar benignamente, suavemente com a felicidade de todo mundo; este sonho virtuoso dá-lhe de qualquer modo uma satisfação nova, sendo como um testemunho da sua própria bondade; este sonho, ainda que lhe lembre que há pelo mundo fora muita, muita miséria, não o faz sofrer ao ponto de perturbar sua digestão, porque a maior parte das vezes estas misérias e estes sofrimentos sem nome que existem, tocam a sua fantasia, não o seu coração, e mesmo quando a sua imaginação chora, o seu coração não sangra…
> Desta diferença de situações resulta naturalmente uma grande diferença de temperamento, de pensamento e de ação. Os bons burgueses filantropos, nas suas reuniões platônicas, sonham alto, discutem, ostentam os seus bons sentimentos e contentam-se em fazer promessas. Mas o operário, quando se associa e se agita, deixando as belas frases para os burgueses, pensa, diz o que pensa, quere-o e fá-lo.

A ideia de filantropia, precursora da ideia de Responsabilidade Social, vem a memória ao analisarmos o discurso cínico da Educação Ambiental em Alagoas, contraposta com Bakunin, através de seu apelo a revolta dos trabalhadores, pois como este mesmo autor observa, "a liga completamente burguesa da paz e da liberdade quer o impossível: deseja que a burguesia continue a existir e que, ao mesmo tempo, continue a servir o progresso" (BAKUNIN, 2008, p. 11).

Para finalizar nossa análise, com a discussão do cinismo como ideologia universal no capitalismo, que, portanto, produz sentidos através do discurso de Educação Ambiental analisado, retomaremos as raízes históricas desse conceito.

Nascido na Grécia no século IV a.C. o cinismo tem no filósofo Diógenes seu principal representante. Há historiadores que o colocam como fundador, outros atribuem esse adjetivo a Antístenes. O certo é que independentemente do pioneirismo, foi em Diógenes que esta filosofia se desenvolveu em seus principais conceitos.

A origem da palavra "cínico" que quer dizer literalmente "a maneira de um cão", deve-se ao fato do filósofo Diógenes possuir um estilo de vida semelhante ao de um

ção, ou seja, seu modo de viver era "cínico". Sua forma de viver consistia em estar o mais próximo possível da natureza, desprezando as normas sociais estabelecidas, chocando assim a moralidade grega tradicional. Ao defender a vida de acordo com a natureza, Diógenes desprezou a riqueza, elevando a pobreza como ideal de vida para a felicidade, buscando a satisfação apenas de suas necessidades naturais de sobrevivência. Não se importava, portanto, em viver na rua como um mendigo, fazendo todas as suas atividades, a exemplo de urinar, defecar e se masturbar, em público. Defendeu um "cosmopolitismo", proclamando-se sem casa, cidade ou pátria. Era um "cidadão do universo". Exercera a liberdade de expressão (*parrhesia*) através da prática da retórica, da sátira, da paródia e do riso a fim de "desfigurar" a tradição e os valores falsos da cultura dominante (GOULET-CAZÉ & BRANHAM, 2007).

De acordo com Branham (2007, p. 102-104), "é esse processo de invenção, essa retórica aplicada, que constitui o discurso cínico, um processo em que estratégias retóricas convergem e se misturam repetidamente". Segundo este autor, Diógenes é por isso, o filósofo que toma a filosofia como diálogo com "as contingências que moldam as condições materiais de existência".

Tendo em vista essa rápida caracterização geral do cinismo antigo representado por Diógenes, retomamos a discussão anterior, trazida através da citação de Sloterdijk, com destaque para a distinção que este autor faz entre as duas formas de cinismo, o cinismo antigo (Kinismo) e o cinismo moderno. Como já discutimos, no cinismo moderno, a crítica troca de lado assumindo a lógica dos senhores (SLOTERDIJK, 2012), movimento este que podemos perceber no discurso cínico da Educação Ambiental em Alagoas representado pela Braskem/ILV.

Para Sloterdijk (idem, p. 214) "é somente sob o signo do pensamento ecológico moderno que nos sentimos coagidos a reincorporar nossos dejetos em nossa consciência". Para esse autor é possível avaliar de maneira positiva as ações de Diógenes próximas à natureza e ao lado animal do ser humano. Dessa forma, Sloterdijk conclui que "tudo parece convergir para a recepção de Diógenes de Sínope no Panteão da consciência ecológica".

Ainda que não tenhamos avaliado pormenorizadamente a filosofia de Diógenes e tenhamos críticas as suas proposições existenciais, concluímos pela indicação do filósofo alemão em sua *Crítica da Razão Cínica*: é preciso opor sabiamente o kinismo original ao cinismo moderno. Concordando com Sloterdjik, deve ser levada em conta pela esquerda uma ofensiva-kiniké combativa ao cinismo moderno dos senhores. Esta

ofensiva crítica é necessária, da mesma maneira, à sobrevivência da Educação Ambiental transformadora da realidade alagoana, brasileira e mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos nesta dissertação a questão da influência do ambientalismo, enquanto movimento social, fundamental para o surgimento da Educação Ambiental numa perspectiva radical, bem como ressaltamos o retorno da EA enquanto estratégia desse movimento na atualidade. Apesar da manutenção dessa temática, que permeia boa parte do nosso discurso, não reduzimos a Educação Ambiental ao movimento ambientalista. Enfatizamos essa relação para que haja um fortalecimento crítico da EA, já que a maior parte do campo é hegemonizada por uma perspectiva conservadora. Em nossa compreensão, a EA só vai servir de fato à transformação, se, além do caráter crítico já enfatizado por muitos autores do campo, for voltada para a militância verde radical. Ao mantermos esta perspectiva em mente, utilizamo-la tanto para a construção teórica geral, como para a análise em particular, o que foi facilitado pelo próprio objeto de pesquisa, que em seu movimento imanente de sentidos, perpassou necessariamente pela história do movimento ambientalista – nesse caso, o movimento ambientalista alagoano. Portanto, houve uma opção de centrarmos a discussão com este formato, que deveu-se a uma exigência, não somente ideológica do autor dessa dissertação, mas também por um exigência do próprio objeto de pesquisa.

Outra questão na qual adentramos, foi a construção de uma perspectiva de Educação Ambiental ainda pouco discutida academicamente no Brasil, com a referência da Ecologia Social ou Ecologia da Liberdade de Murray Bookchin. Como havíamos, de antemão, escolhido a metodologia da Análise do Discurso (AD), e, portanto nos inserido em um campo teórico marxista, tivemos também a necessidade do debate em torno da heterodoxia, vista a partir do próprio campo marxista em diálogo com a teoria anarquista.

Ao analisarmos o discurso da Educação Ambiental *Lagoa Viva,* com a metodologia da AD, ampliando com outras teorias marxistas e também transitando pelo anarquismo, pudemos desvelar o discurso, levando a nudez deste até as ultimas consequências possíveis, para uma dissertação de mestrado.

Foi possível através da análise discursiva, perceber várias nuances do projeto em questão, desvelando seus sentidos ideológicos e as interfaces/consensos com a

perspectiva neoliberal. São muitos os projetos ambientais de empresas poluidoras e exploradoras. O marketing ambiental está levando a um consenso cada vez maior para uma EA conservadora. As novas, mas nem tão novas discussões desse campo, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) e o Consumo Sustentável, sendo este último não tratado diretamente nesse trabalho, mas que possui conexão direta ao primeiro; essas duas perspectivas, tratam de uma mesma estratégia do capitalismo, que tem na ideologia das mudanças individuais, do voluntariado, como melhor caminho para a defesa de direitos coletivos, incluindo os ambientais. Vide a ideologia da não utilização e/ou diminuição do consumo de sacolas plásticas nos grandes supermercados, que encontram muitos adeptos e "visam" ao desenvolvimento sustentável. E a Educação Ambiental se tornou o ponto nodal do processo de consenso sobre essa prática mitigadora das crises ambientais.

Como vimos, a pesquisa nos permitiu perceber uma vinculação estreita entre o ambientalismo militante e a EA como uma das estratégias de luta contra o empreendimento empresarial em questão, agressor da natureza, marcando as raízes da EA, ligada à corrente que privilegiamos para uma formação crítica. Percebemos também que, com o passar dos anos, há um recrudescimento da EA militante e a entrada em cena da EA ligada ao mesmo empreendimento poluidor, a empresa Brakem (antiga Salgema, depois Trikem). Há, neste caso, um fio condutor histórico que vai do ambientalismo à EA radical, contra a degradação das lagoas, até o surgimento da EA a "favor" da degradação e contra o ambientalismo, revestida de um discurso em defesa do verde, que a própria Educação Ambiental ajuda a destruir.

Baseado nessa discussão, que tratou de um caso especifico, a Educação Ambiental no Complexo Estuarino- Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), mas que trouxe, devido a compreensão teórica que utilizamos, contribuições para o ambientalismo e a EA de forma universal, indicamos que seja construído um campo de EA antagônico ao Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva, a partir da aproximação com a realidade das comunidades tradicionais da pesca artesanal e dos bairros e favelas do entorno, utilizando uma metodologia de EA que incorpore os saberes de uma educação libertária. Uma educação que se faz junto e em favor dos oprimidos, com respeito aos conhecimentos e saberes populares, numa permanente troca de conhecimento, do popular ao cientifico e vice-versa. Trata-se de uma práxis de *Educação Ambiental Libertária* que visa à libertação do povo e, ao mesmo tempo, a conservação ambiental.

Vale a pena dizer que as discussões propostas não se encerram nessa breve dissertação, pois a realidade é sempre mais abrangente e dinâmica do que o que se conhece dela. No nosso caso, estamos trazendo apenas conhecimentos gerais e breve análise sobre a realidade socioambiental, que visa facilitar ou indicar caminhos para a EA e a defesa ecológica do CELMM, tomando como objeto de pesquisa um projeto de educação ambiental que se enquadra numa perspectiva mantenedora da degradação ambiental.

Finalizamos com as palavras de Bookchin para reiterarmos nossa perspectiva de Educação Ambiental, contrária, evidentemente, ao projeto de EA analisado:

> A força e o interesse de uma sensibilidade ecológica profunda e bem elaborada, que seja uma alternativa capaz de enfrentar um certo tipo de ambientalismo superficial, reside na capacidade de assegurar a estabilidade e o equilíbrio da natureza e da sociedade, a partir da generalização radical de formas de cooperação e de apoio mútuo, fundadas na diversidade e na diferença (2010, p.65).

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Secretaria de Planejamento; Coordenação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Projeto de levantamento ecológico e cultural da região das lagoas Mundaú/Manguaba.** 2ª edição ampliada. Maceió: SEPLAN/AL, 1980. v. II.

ANA, Agência Nacional das Águas. **Plano de ação e gestão integrada do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM).** Brasília-DF: Superintendência de planejamento de recursos hídricos, 2006.

ANTUNES, Caio. A concepção de educação em Mészáros. **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

_____. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. WACQUANT, Loïc. El propósito de la sociología reflexiva (seminario de chicago). In: **Una invitación a la sociología reflexiva.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina. 2005.

BAKHTIN, Mikhail; (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKUNIN, Mikhail. C**onceito de liberdade.** Porto: RÉS Limitada, 1975. Disponível em: http://arquivobakunin.blogspot.com.br/2012/03/o-conceito-de-liberdade-mikhail-bakunin.html.

_____. **O sistema capitalista**. São Paulo: Faísca, 2007.

_____. **Os enganadores. A política da internacional. Aonde ir e o que fazer**. São Paulo: Editora Imaginário/Faísca, 2008.

_____. **O princípio do estado. Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier.** Brasília: Novos Tempos Editora, 1989.

BARCHI, Rodrigo. **As pichações nas escolas: uma análise sob a perspectiva da educação ambiental libertária.** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (dissertação de mestrado), 2006.

BOOKCHIN, Murray. **Sociobiologia ou ecologia social? com um glossário de nomes e termos científicos**. Rio de Janeiro: Achiamé, s/ano.

_____ . **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. **La ecología de la libertad: el surgimiento e la dissolución de la jerarquía.** Madrid: Nossa y Jara Editores/Coletivo Los Arenalejos, 1999.

BRANHAM, R. Bracht. Desfigurar a moeda. A retórica de Diógenes e a invenção do cinismo. In: GOULET-CAZÉ, Marie-Odile & BRANHAM, R. Bracht (org). **Os cínicos. O movimento cínico na antiguidade e seu legado.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BRANDÃO, Octávio. **Canais e Lagoas**. 3ª edição. Coleção Nordestina. Maceió: Edufal, 2001.

_____. **O caminho.** Maceió: EDUFAL, 2007.

BRASKEM. **Política de responsabilidade social**. s/ano. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/261722684/Politica-Responsabilidade-Social#scribd. Acesso 27/09/2015.

_____. **Responsabilidade social e sustentabilidade**. Disponível em: http://www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1215435117.4548A.pdf, 2008. Acesso: 27/09/2015.

_____. **Lançado no cinturão verde o prêmio Octavio Brandão de jornalismo ambiental**. Disponível em: https://braskem.com.br/detalhe-noticia/Lancado-no-Cinturao-Verde-o-Premio-Octavio-Brandao-de-Jornalismo-Ambiental, 2009. Acesso em 27/09/2015.

CARNEIRO, Augusto. **A história do ambientalismo**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos**. Rio de Janeiro: FGV (dissertação de mestrado), 1989.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: Edufal,2007.

_____. A análise do discurso e sua interface com materialismo histórico. In: Ana Zandwais (org). **História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história**. Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2012.

_____. FLORÊNCIO, Ana Maria Gama. ; MAGALHÃES, Belmira & SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. **Análise do discurso: fundamentos e prática**. Maceió: Edufal, 2009.

CAVALCANTI, Mauro José (org). Murray Bookchin e o "anarquismo verde" In: BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

COLL, César & MONEREO, Carles. (Eds) **Psicología de la educación virtual: aprender e enseñar com las tecnologías de la información e comunicación**. Madrid: Morata, 2008.

CORREIA, Manuela Faia; GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; MARC, Scholten; SILVA, Marco Antonio Oliveira Monteiro. Cultura nacional e orientação empreendedora: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Lisboa: **Revista Comportamento Organizacional e Gestão**. VOL. 14, N.º 1, p. 65-84, 2008.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Agrocombustíveis*: energia limpa?*** Disponível em: http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/agrocombustiveis-energia-limpa.html. Acesso em Fevereiro de 2013, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC; NUPAUB/USP, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As** pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n° 79, Agosto, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. acesso: (acesso em 22/02/2015).

FLORES, Alder. **Meio ambiente (uma contribuição para Alagoas**). Maceió: Imagem Gráfica Rápida, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GONÇALVES, Calos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 6ª edição. São Paulo: Contexto, 1998.

GOULET-CAZÉ, Marie-Odile & BRANHAM, R. Bracht (org). **Os cínicos: o movimento cínico na antiguidade e seu legado.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. 2ª edição. Campinas-SP: Papirus, 2005.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso"** *de Michel Pêcheux (1969).* In: GADET, Francoise & TONI, Hak (org). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ILV, Instituto Lagoa Viva. **Instituto Lagoa Viva.** Revista. Ano 1; n°1, 2010.

INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA. "A onda das boas influências. Em Alagoas, novas perspectivas de vida se abrem para as comunidades do entorno das lagoas Mundaú e Manguaba". **ODEBRECHT ONLINE ESPECIAL**, 2009. Página única. Disponível em: http://www.odebrechtonline.com.br/materias/01701-01800/1754 (acesso em 22/02/2015).

KRAWCZYC, Nora. Pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade

social. In: **Avaliação de Políticas Públicas: Interface Entre Educação & Gestão Escolar.** Maceió: Edufal, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: MMA, 2004.

_____. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo:** Annablume, 1998.

_____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

LIEBMAN, Hans. **Terra um planeta inabitável? Da antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

LIMA, Kátia Regina de Souza; Martins, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A Nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do tombo real**. 2ª edição revista. Maceió: Edufal, 2005.

LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano.** Maceió: Edufal, 1990.

LIMA, Maria José Araújo. **Ecologia humana: realidade e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: MMA, 2004.

_____. O movimento ambientalista e o pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez. 4ª edição, 2012b.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do Homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf. s/ano. Acesso: 01/11/2015.

____. **O trabalho**. Tradução Ivo Tonet. Maceió, 1997. (mimeo).

MARQUES, José Geraldo W. Marques. Etnoecologia, educação ambiental e superação da pobreza em áreas de manguezais. In: **Anais do I encontro nacional de educação ambiental em áreas de manguezal. Maragogipe/Ba.** Salvador: UFBA, 1993.

_____. MARITU-BÊ-A-BÁ: considerações gerais sobre a questão maritubana. IN: MARQUES, José Geraldo W. Marques (org). **O rima (relatório de impacto ambiental) do poder e o contra-rima dos deserdados: destruição e sobrevivência da várzea da marituba (relatório preliminar).** NUPAUB-USP/Museu de História Natural-UFAL, 1992.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1, livro primeiro.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 2ª reimpressão.

MENEZES, Ana, Lúcia Ferraz de; CÉZAR, América Lúcia. Programa Lagoas: educação e mobilização para a gestão participativa. In: NORMANDE (org). **Apoio à proteção ambiental em Alagoas: uma experiência de cooperação técnica.** Maceió: SEPLAN: IMA/GTZ, 2000.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **"A Insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável"**. Maceió: FALE/UFAL (Tese de Doutorado), 2010.

NEGRO. Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. Vol. 11, n° 20-21. São Paulo: **cad. AEL/UNICAMP**, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A Nova pedagogia da hegemonia. estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

_____ A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A Nova pedagogia da hegemonia. estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio e Janeiro: Jorge Zahar ED: 2004.

NORMANDE, Eduardo. Meio ambiente Estuarino-Lagunar: Complexo Mundaú Manguaba. In: NORMANDE (org). **Apoio à proteção ambiental em Alagoas: uma experiência de cooperação técnica.** Maceió: SEPLAN: IMA/GTZ, 2000.

ONOFRE, Pedro. Mundaú, lagoa assassinada. In: **Teatro (3 peças): Terra maldita. Homens e feras. Mundaú, lagoa assassinada.** Maceió, SECULT, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 4ª ed. Campinas-SP: Pontes, 1996

_____. Análise de discurso. Princípios & procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silencio no movimento dos sentidos**. Campinas-SP: Pontes, 1995.

PEREIRA, Luiz de Araújo. **Estudos de ecologia e de meio ambiente**. Maceió: Sergasa, 1990.

_____. **Meio natural alagoano: aspectos históricos.** Maceió: Instituto Arnon de Mello, 1991.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69*)*. In: GADET, Francoise & TONI, Hak (org). **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 4ª ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

PINTO, Jaime Miranda. **Política ambiental e ambientalismo em Alagoas: surgimento, conflitos e interações.** Maceió: PRODEMA/UFAL (Dissertação de Mestrado), 2004.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a Propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975. 2ª edição.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROCHA, Bruno Lima. A **interdependência estrutural das três esferas: uma análise libertária da organização política para o processo de radicalização democrática.** UFRGS: doutorado em Ciência Política, 2009.

_____. & SANTOS, Anderson David Gomes. Análise dos desenhos de estado e sua definição macroeconômica: a versão latino-americana dos modelos neoliberal e desenvolvimentista. In: ROCHA & SANTOS (org). **Desvelando a farsa com o nome de crise: uma análise do capital financeiro pela economia política.** Porto Alegre: Deriva, 2014.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** SATO, M. & CARVALHO, I. (org). Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: editora cultrix, s/ano. 11ª edição.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica.** São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1982.

_____. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Cortez editora & editores associados, s/ ano. Disponível em: https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/escola-e-democracia-dermeval-saviani.pdf. (acesso em 22/02/2015).

SEATLE, Cacique. **Carta do chefe Seatle.** Disponível em: http://www.cetesb.sp.gov.br/institucional/carta-do-chefe-seattle/ s/ano. Acesso: 03/11/2015
.

SILVA, André Lemes da. **Da ecologia social a educação ambiental: as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin**. Rio Grande: FURG (Dissertação de Mestrado), 2007. Disponível em http://livros01.livrosgratis.com.br/cp050928.pdf. (acesso em 22/02/2015).

SINDPETRO AL/SE. **Campanha pelo banimento do amianto. Trabalhar sim. Morrer não.** Cartilha. Maceió: SINDPETRO AL/SE, 2009.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica.** São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SOUZA, G. L. **Programa Lagoa Viva: formação de educadores ambientais em escolas do ensino fundamental da rede pública de Maceió-AL.** Paraíba: PPGE/UFP (Dissertação de Mestrado), 2010.

TRIGUEIRO, André. **Espiritismo e ecologia.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. São Paulo: Revista Ensaio, n°17/18, 1989.

VIEIRA, M. C. **"Daqui só saio pó". Conflitos urbanos e mobilização popular - a salgema e o pontal da barra**. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Meio ambiente. nova cidadania ou utopia de poucos?** Maceió: Edufal, 2003.

VIOLA, E. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo a ecopolítica. *In:* Padua (org) **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK (org). **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

ANEXO A - Documento *Política sobre Responsabilidade Social* (Braskem), do qual compomos Sequências Discursivas para a análise.

Braskem

POLÍTICA SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL

1. Objetivo

Reafirmar o compromisso da Braskem com o desenvolvimento sustentável, visando à promoção simultânea do crescimento econômico, da preservação ambiental e da justiça social, na perspectiva de assegurar que o anseio pelo progresso no presente não comprometa o futuro das gerações subseqüentes.

2. Conceitos Básicos

2.1. Responsabilidade Social

2.1.1. A Braskem cumpre com a sua Responsabilidade Social ao realizar seu Objeto Social, satisfazendo plenamente seus Clientes com qualidade e produtividade nos serviços e produtos fornecidos, e simultaneamente:

- atuando com elevados princípios éticos;
- gerando recursos para o Estado mediante o recolhimento de impostos e tributos;
- oferecendo oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal;
- distribuindo parte dos resultados aos seus Integrantes e aos seus Acionistas;
- reinvestindo parte substancial dos resultados alcançados;
- desenvolvendo negócios econômica e socialmente sustentáveis;
- preservando o meio-ambiente;
- respeitando a legislação de cada local de atuação, e
- desenvolvendo relações construtivas entre seus Integrantes, com os Clientes, os Fornecedores e na Comunidade.

Estas ações configuram o exercício de Responsabilidade Social dos Integrantes da Braskem como empresários e a sua contribuição necessária e essencial às comunidades onde a empresa atua.

2.1.2. Adicionalmente, a Braskem destina, por liberalidade, parcela dos resultados gerados para apoiar iniciativas de caráter sócio-ambiental ou cultural, como parte do seu **Programa de Investimento Social Privado**, que observa as disposições desta Política.

Braskem

2.2. Investimento Social Privado ("ISP")

2.2.1. É o uso voluntário, planejado e monitorado de recursos privados para consecução de ações de interesse público, com ou sem utilização de incentivos fiscais.

2.2.2. Serão priorizadas as iniciativas de **ISP** que apresentam as seguintes características:

- objetivam atender necessidades reais, apontadas pela própria comunidade a ser beneficiada;
- valorizam a participação e o potencial já existente nessas comunidades;
- são capazes de gerar resultados relevantes para os públicos aos quais se destinam;
- podem ser replicadas em outras comunidades;
- não geram dependências e estão aptas a garantir sua sustentabilidade;
- voltam-se para a Inclusão Social, a Educação Ambiental e a Promoção Cultural;
- criam oportunidade de articulação com o **Programa de Voluntariado** da empresa.

2.2.3. As iniciativas de **ISP** podem ser executadas em três dimensões distintas e complementares:

- **Projetos de Parceiros:** – Recebimento de propostas de terceiros, análise segundo os critérios desta Política, aprovação, investimento, monitoramento e avaliação dos resultados.
- **Projetos Próprios** – Identificação de oportunidades, elaboração de proposta internamente, implementação direta ou via terceiros, monitoramento e avaliação dos resultados.
- **Programa de Voluntariado** – Estímulo, orientação, complementação, integração, monitoramento e avaliação do impacto das ações sociais realizadas pelos Integrantes da empresa.

2.2.4. Os recursos direcionados para essas iniciativas serão provenientes de:

- **Investimento Direto** – Serão destinados recursos diretamente para os Investimentos Sociais Privados.
- **Investimento Indireto** – Serão destinados recursos para os Investimentos Sociais Privados, com base em leis de incentivo fiscal.

2.2.5. A possibilidade de uso de incentivo fiscal não é condição, nem deve justificar a inclusão de uma iniciativa no programa de **ISP**, principalmente na hipótese desta não atender os requisitos básicos definidos pela Braskem. O fato, entretanto, pode favorecer tal decisão.

Braskem

3. Princípios

A Braskem se compromete a:

3.1. Incorporar e disseminar internamente os conceitos de **Responsabilidade Social** como parte da sua cultura de gestão empresarial.

3.2. Estimular seus clientes, fornecedores e demais participantes da cadeia produtiva da petroquímica e do plástico a valorizar os paradigmas relacionados à **Responsabilidade Social**.

3.3. Agir em consonância com as Metas do Milênio propostas pela Organização das Nações Unidas e contribuir para sua consecução.

3.4. Promover ações de **Investimento Social Privado** nas comunidades onde atua, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais equilibrada e justa.

3.5. Realizar ações de **ISP** em três vertentes, priorizadas em função do potencial de contribuição da Braskem:

- **Inclusão Social** – Promoção de ações que gerem trabalho e renda e assegurem aos indivíduos e suas famílias a autonomia necessária para conquistar melhores condições de alimentação, moradia, educação, saúde e lazer.
- **Educação Ambiental** – Apoio à melhoria da qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente, através da realização de programas de formação voltados para crianças, jovens e educadores.
- **Promoção Cultural** – Valorização e promoção do desenvolvimento da cultura e das artes, através do apoio a autores inéditos e artistas consagrados, nas áreas de música, teatro, literatura e cinema.

3.6. Priorizar as iniciativas de **ISP** nas áreas geográficas onde a Braskem possui Unidades de Negócio.

3.7. Estruturar, divulgar, implementar e incentivar a prática do **Voluntariado** entre os Integrantes, levando em consideração as motivações e competências pessoais de cada um e os critérios e metas estabelecidos pela empresa, além de oferecer oportunidades que desenvolvam a capacidade de liderança dos voluntários, de forma a qualificar a sua atuação social.

3.8. Divulgar os resultados advindos da prática da Responsabilidade Social de forma ampla e transparente, inclusive por meio da publicação do **Relatório de Sustentabilidade Empresarial** da Braskem, como forma de prestar contas à sociedade e de referenciar a atuação de outros atores sociais.

Braskem

4. Responsabilidades:

4.1. Responsabilidade Social:

- A Responsabilidade Social está contida no Plano de Negócios da Braskem e em todos os Programas de Ação dos seus Integrantes.
- A prática da Responsabilidade Social é, portanto, inerente às ações empresariais de todos os Integrantes da Braskem.
- Cabe ao Comitê Executivo zelar para que os conceitos e as práticas da Responsabilidade Social sejam efetivamente incorporados pelos Integrantes das suas respectivas equipes e refletidos nas ações empresariais de cada um.

4.2. Programa de Investimento Social Privado:

- Todas as iniciativas de ISP realizadas pela Braskem devem ser aprovadas pelo Comitê Executivo e consolidadas na Carteira Anual de Investimento Social.
- Cabe ao Vice-Presidente de Relações Institucionais: elaborar anualmente o Programa, propondo metas, prazos e orçamento; alinhar-se com os Vice-Presidentes das Unidades de Negócio, de Finanças, de Competitividade Empresarial e de Pessoas e Organização para viabilizar a sua implementação; integrar, monitorar e avaliar suas ações; consolidar os seus resultados e informar trimestralmente o Comitê Executivo sobre o seu desenvolvimento.
- Cabe também ao Vice-Presidente de Relações Institucionais receber, triar e encaminhar propostas internas e externas de ISP para aprovação do Comitê Executivo e acompanhar a implementação das iniciativas selecionadas, com apoio dos Vice-Presidentes das Unidades de Negócio.

4.3. Programa de Voluntariado:

- O Vice-Presidente de Pessoas e Organização é responsável por estruturar, divulgar e implementar o Programa de Voluntariado em toda a Braskem, em articulação com os demais Vice-Presidentes.
- Cabe ainda ao Vice-Presidente de Pessoas e Organização comunicar trimestralmente ao Comitê Executivo os resultados do Programa, e anualmente, informá-los ao Vice-Presidente de Relações Institucionais para compor o Relatório de Sustentabilidade Empresarial.

ANEXO B - Jornal Quilombola, cuja imagem de capa foi utilizada no corpo da análise.

Revitalização da lagoa mundaú:

Os verdadeiros responsáveis pela destruição da lagoa

Um breve passeio pelas águas da lagoa e uma simples conversa com pescadores e marisqueiras é o suficiente para sabermos a causa de todo esse desastre ambiental.

Durante décadas a Mundaú tem sofrido com a monocultura da cana de açúcar, responsável pela erosão do solo e destruição das matas das encostas dos rios e do mangue que sustentam e alimentam a lagoa. As usinas de cana também lançam seus resíduos químicos (tiborna) e agrotóxicos diretamente nas suas águas, causando a morte de peixes.

A Mundaú também sofre com os esgotos domésticos que são lançados nela sem nenhum tratamento, sujeira que vem tanto dos bairros próximos como de bairros mais afastados. De acordo com estudo feito pela Agência Nacional das Águas (ANA) foram encontrados 14 canais que levam esgoto diretamente para a lagoa.

Os resíduos químicos que são jogados não só prejudicam o ecossistema lagunar, como a própria saúde de pescadores e marisqueiras que vivem nesse ambiente poluído, sem contar quem consome os peixes e mariscos, já que estes absorvem esses mesmo veneno que é extremamente prejudicial.

Existem partes da lagoa que estão poluídas 15 vezes mais que o valor permitido pela legislação ambiental! Os pescadores chegam a passar mal com o cheiro quando passam de canoa por essas áreas. Além do esgoto e das usinas a lagoa ainda sofre com as indústrias de produtos químicos como a Braskem situada no Pontal e no Mutange e a Profertil em Santa Luzia do Norte.

A Braskem, antiga Salgema, é pioneira na poluição da lagoa. Desde sua chegada, causa diversos danos ambientais e sociais a região. Sua implementação nos faz relembrar tempos de intensa luta em solo lagunar, com a criação do MPV (Movimento Pela Vida), formado por ambientalistas (jornalistas, estudantes, intelectuais) e pelos moradores do Pontal que na época resistiram bravamente.

Hoje a Brasken se utiliza do "marketing ambiental", tão em moda, pra tentar nos enganar com migalhas como o cinturão verde e projetos de educação ambiental que não resolvem o problema da lagoa. Por outro lado, eles tem a serventia de garantir um retorno financeiro para ela, como por meio de isenções fiscais. Não há nenhuma "consciência ambiental" e sim estratégia empresarial e a busca do lucro vindo na frente do bem-estar das pessoas.

A falta de saneamento básico na cidade de Maceió é uma das principais causas da poluição da lagoa Mundaú

A mentira típica dos governantes e poderosos

Muitos estudos e projetos já foram feitos para identificar os problemas da lagoa, mas nada de concreto é feito pelos órgãos responsáveis para, ao menos, diminuir o problema. Governo estadual e prefeituras apenas se utilizam da lagoa para se promover na TV e em outdoors, através das belas paisagens que ela ainda nos proporciona.

A mídia e os órgãos do Estado jogam toda responsabilidade nos moradores da beira da lagoa e nos pecadores, joga povo contra povo, querendo nos fazer acreditar que o problema da lagoa é das pessoas que moram em suas margens, nas favelas, dizendo que se cada um fizer a sua parte tudo vai melhorar e que pode ser tudo resolvido com "consciência ambiental". Jogam aos pobres toda a responsabilidade pelas mazelas ambientais e

pouca ação, muita enganação!

responsáveis.

Os órgãos ambientais (IMA e IBAMA) não fazem seu papel de fiscalizar e punir os verdadeiros destruidores da natureza, mas quando encontram alguém pescando "fora da lei" tomam as redes, barcos e etc, os únicos materiais de trabalho dos pescadores, sendo ainda alguns detidos por reclamar e não aceitar essa imposição.

A educação ambiental é importante para preservar o ambiente e devemos respeitar alguns limites para pesca, como por exemplo, no período de defeso – época do ano em que há a reprodução de espécies de peixes e não se pode pescar. Mas o que pode fazer o pescador, que há anos não consegue tirar o seu sustento da lagoa, tendo que fazer biscates para complementar a sua renda, se não pegar o peixe pequeno mesmo, já que é o único que consegue achar? Nessas horas a sobrevivência sempre fala mais alto.

Os órgãos ambientais e o poder público não conseguem lidar com essa contradição e terminam por criminalizar a pobreza, pois ao invés de punir os grandes empresários, preferem jogar a culpa na população em geral, em especial

Em Santa Luzia do Norte, Profertil despeja enxofre na lagoa

Orla lagunar sem revitalização

Não é de agora que os grandes empresários, na maioria das vezes junto ao poder público, tratam a questão ambiental como ponto secundário e as leis ambientais com um a barreira ao seu crescimento econômico. Seguem a lógica capitalista do lucro acima de tudo e com a lagoa mundaú nunca foi diferente.

Querem se servir de sua beleza (poluída) como cartão postal, e pra isso dizem ser preciso "higienizar"a beira da lagoa. Querem na verdade retirar os pobres e favelados, jogando-os em locais distantes, nos extremos da cidade, onde essas pessoas não tem como sobreviver e a única opção será voltar a beira da lagoa.

A prefeitura de Maceió já tentou várias vezes retirar os moradores das favelas, em sua maioria pescadores e marisqueiras. O problema é que não adianta só retirar as pessoas, sem dar-lhes as mínimas condições de sobrevivência. Colocá-los em bairros tão distantes como o Benedito Bentes é pedir para que essas pessoas vendam suas casas e voltem para o mesmo lugar.

Atualmente, no governo de Téo Vilela, o debate sobre a orla lagunar vem de novo à tona. Ao contrário do que vêm afirmando o governador em suas propagandas, o dinheiro a ser gasto na obra prometida vem do governo federal e faz parte do montante de R$213,2 milhões para obras de habitação, urbanização e saneamento básico.

Além de algumas casas que já estão sendo construídas para moradores da beira da lagoa, esse projeto prevê obras de despoluição da lagoa e do riacho salgadinho.

Sabemos muito bem que o real interesse do governo não é revitalizar a lagoa e sim transformar sua orla em um ambiente turístico, que sem dúvida é importante pra região, mas que não resolve o problema, pois é com vista a atender interesses empresariais e maquiar uma situação de calamidade. Para os governantes não tem importância se na lagoa não tiver mais peixe, se o pescador não tem mais como tirar o seu sustento, se a marisqueira sofre com a falta do sururu...

O Estado não vai à raiz do problema. Isso não é novidade pra nós e sabemos muito bem de que lado ele sempre vai estar: dos poderosos. Daí a importância da organização do povo, pautando e reivindicando seus interesses. Queremos uma lagoa viva sim e com toda a sua riqueza para nosso usufruto, e não para servir de "marketing ambiental" de empresas ou governantes.

Sururu fresco até quando?!?!

"Sururu Alagoano é Sergipano". Esse foi o título de uma matéria que saiu em dezembro de 2008 na grande imprensa. Parece piada de mau gosto, mas infelizmente é verdade. O sururu que é fonte de renda de muitas famílias de pescadores e marisqueiras que vivem da lagoa Mundaú, desde o Pontal da Barra em Maceió, passando pelos bairros do Trapiche, Vergel, Bom Parto, Bebedouro, Fernão Velho, Rio Novo, até outros municípios vizinhos como Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte, corre o risco de ficar apenas em nossa lembrança.

Não só o sururu está sumindo da lagoa, muitos peixes que eram encontrados em abundância e que possuem alto valor econômico quase não são mais vistos, como nos alerta um pescador: "O camurin aqui é uma peça rara. O que a gente consegue encontrar mesmo é o mandin, que é o peixe que mais suporta toda essa droga jogada na lagoa, mas ninguém dar valor".

É revoltante vermos chegar ao ponto de ter que importar sururu de um estado vizinho para abastecer nosso mercado. Considerado um símbolo da alimentação do povo alagoano, da crendice popular do capote afrodisíaco e que faz bem pra inteligência, o sururu está cada vez mais escasso. Mas esse é símbolo também de resistência da natureza a grande destruição ambiental, de resistência da miséria ao descaso dos poderosos com uma das favelas à beira da lagoa de nome Sururu de Capote, que tira do marisco a sua principal fonte de renda.

Apesar de todo esse desastre, ainda restam esperanças. Esperança na luta do povo pra fazer justiça! Tal como foi demonstrado no ato do dia 22 de novembro de 2008, Dia Nacional de Luta do Pescador e da Pescadora que aconteceu no Dique Estrada, que apesar de modesto teve a presença de diversas entidades e organizações, entre elas a Federação dos Pescadores e a Resistência Popular.

Nossa MÃE lagoa agoniza e pede socorro. A luta pela revitalização da lagoa Mundaú, assim como a Manguaba, é uma reivindicação não só dos pescadores e pescadoras, mas de todos os moradores dos municípios banhados por ela e dos bairros de Maceió, como o Vergel do Lago. Ou iremos morar em Alagoas sem lagoas?

Outra Campanha no Vergel: as urgências de um bairro de periferia

No sábado 21 de março, o Comitê de Resistência Popular discutiu no Vergel do Lago temas como educação, saúde, transporte público e meio ambiente, sendo na oportunidade apresentada uma cartilha debatendo cada tema desta a partir da realidade do bairro.

Essa reunião e a cartilha fazem parte de uma articulação chamada *A Outra Campanha*. Diferente das campanhas políticas tradicionais, feita por políticos profissionais e onde só se discute política e os problemas da cidade em época de eleições, a Outra Campanha entende que nossos problemas são urgentes e diários.

Mas não só isso: ou nos organizamos e lutamos para conseguir as melhorias que queremos, ou seremos sempre vistos como meros "eleitores", que só são lembrados a cada dois anos.

A reunião serviu para troca de experiências entre os participantes, que contaram muitas das dificuldades que passam e das histórias que passaram.

Um ponto destacado foi a questão da Lagoa Mundaú, a "mãe da zona sul", como disse um dos participantes. Sofrendo com o abandono de governantes e com o lixo industrial, um símbolo do bairro está morrendo.

A luta pela sua revitalização foi uma questão destacada como uma reivindicação importante. Para isso, é importante levar as discussões para as escolas, envolvendo professores, pais e alunos, e também usar as manifestações culturais.

São grandes os problemas e enormes os desafios, mas a força do povo está com o povo. Vamos usá-la, com ação direta e independência de classe!

Conselho Editorial: Comitê Resistência Popular
Diagramação: Antônio Canellas
Tiragem: 1000 cópias
Sítio: resistenciapopular-al.blogspot.com
Contatos: rpopular.al@gmail.com
8808-3518 / 8896-6590 / 9444-0546

ANEXO C - Carta-convite para seminário organizado pelo SINDPETRO/AL-SE, cuja imagem de capa foi utilizada no corpo da análise.

CARTA CONVITE

O Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos de Alagoas e Sergipe - Sindipetro AL/SE tem a honra de convidar V.Sa. para participar do Seminário Internacional pelo Banimento do Amianto. O evento se realizará no dia 06 de novembro do corrente ano, das 14h às 20h, no Auditório do IFAL/CEFET, localizado na Rua Barão de Atalaia, Poço, Maceió/AL.

APRESENTAÇÃO

O amianto é o nome comercial adotado para um conjunto de minerais fibrosos constituídos de magnésio, que pelas suas propriedades fisicoquímicas abundância na natureza e baixo custo, foi largamente utilizado na indústria em aproximada-mente 3 mil produtos. No entanto, se descobriu que esse mineral é muito perigoso à saúde humana, podendo provocar vários tipos de doenças crônicas, inclusive cânceres.

No Brasil, 95% do seu uso estão concentrados na produção de telhas e materiais de construção. Em Alagoas, o amianto é utilizado pela Braskem para a separação eletrolítica do cloro (Cl_2), soda (NaOH), hidrogênio (H_2) e outros subprodutos. A crisotila ou amianto branco usado pela Braskem também é potencialmente insalubre, pois os efeitos de sua contaminação ocorrem de 10 ou até 20 anos depois da exposição ao amianto.

Por isso, o Sindipetro AL/SE tem procurado denunciar a utilização e as implicações que esse mineral nocivo causa à saúde dos trabalhadores. Ao mesmo tempo o Sindicato pretende envolver a sociedade e os movimentos sociais no debate para encontrar alternativas viáveis de substituição ao amianto. Atualmente 45 países já proíbem o uso do amianto, entre eles, França, Alemanha, Itália, Japão, Austrália, Argentina, Uruguai e Chile. No Brasil, sua utilização não é proibida nacionalmente. Isso só acontece em alguns estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo.

Diante disso, um dos principais objetivos dos seminário é despertar a consciência nas pessoas pela necessidade de criarmos um ambiente cada vez mais livre de poluentes que comprometem a existência do planeta. É fundamental unir forças com o objetivo de incentivar e defender a aprovação de leis municipais ou estaduais que impeçam a exploração, industrialização, comercialização e utilização do amianto em Alagoas e no Brasil.

Principais Objetivos

➨ Debater o assunto de forma mais ampliada envolvendo trabalhadores, entidades sindicais, academia e estudantes para focalizar o panorama do amianto no Brasil e no mundo.

➨ Fortalecer a campanha pelo banimento do amianto em Alagoas;

➨ Promoção da visibilidade das doenças provocadas pelo amianto e as possibilidades de substituí-lo por alternativas factíveis e viáveis.

Doenças provocadas pelo amianto

Malignas: o câncer de pulmão, de laringe, do aparelho digestivo, mesotelioma de pleura e de peritônio (tumor muito agressivo e letal, que acomete os tecidos que revestem o tórax e o abdômen, respectivamente).

Não malignas: a asbestose que é uma fibrose ou endurecimento do pulmão (pulmão de pedra), as doenças pleurais, derrames e espessamentos pleurais e de diafragma.

Banimento do amianto no mundo

O amianto (ou asbesto) é cancerígeno. Ele já é proibido em 45 países. Na Europa seu uso é vetado desde 1999. Portanto o Brasil e Alagoas precisam caminhar nessa direção. O banimento é uma questão da vida e do meio ambiente. Essa é a posição oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), da IARC (Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica, o respeitado INSERM, da França. Também da Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, no Rio de Janeiro.

PROGRAMAÇÃO

14:00 horas - Início

14h15 até 15h15 - Palestra: "Banir o amianto para poder viver".
Palestrante: Fernanda Giannasi (Engenheira e auditora fiscal do MTE de São Paulo)

15h15 até 16h15 - Palestra: "Mesotelioma: o câncer provocado pelo amianto".
Palestrante: Drª Silvana Rubano (Instituto Nacional do Câncer)

16h15 até 17h15 - Palestra: "O trabalho contemporâneo e o adoecimento dos trabalhadores".
Palestrante: Professora Tânia Franco (Universidade Federal da Bahia)

Palestra: "O duplo discurso da Braskem: Vistam a minha camisa e eu não vestirei a de vocês".
Palestrante: Paulo Bob (trabalhador demitido pela Braskem)

17h15 até 17h45 - COFFEE BREK

17h45 até 18h45 - Palestra: "A luta mundial contra o amianto.
Palestrante: Drª Laurie Kazan (International Ban Asbestos Secretariat da Inglaterra)

18h45 até 19h45 - Palestra: "A luta jurídica e sindical pelo banimento do amianto".
Palestrante: Dr. Américo Gomes (Advogado de SP) e Dr. Aderson Bussinger (Conselheiro da OAB/RJ)

ANEXO D - Cartilha contra o amianto, da qual utilizamos uma imagem no corpo da análise.

COMO O AMIANTO PODE ADOECER O TRABALHADOR?

O que adoece é a poeira e a gente não vê!!!

- Durante o trabalho
- Limpando o local de trabalho
- Lavando a roupa dos trabalhadores

4

MAS QUE POEIRA É ESSA?

Ao trabalhar com o amianto respira-se uma **poeira** que é **invisível** e **muito perigosa!!!**

5

EXISTE PROTEÇÃO CONTRA O AMIANTO?

Usar equipamento de proteção resolve?

A proteção é **NÃO** ter contato com o amianto.

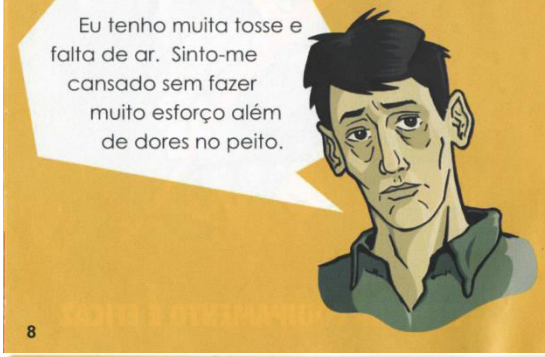
6

Apesar de haverem afirmações que o uso de equipamentos de proteção é importante para nos proteger ...

... NENHUM EQUIPAMENTO É EFICAZ

7

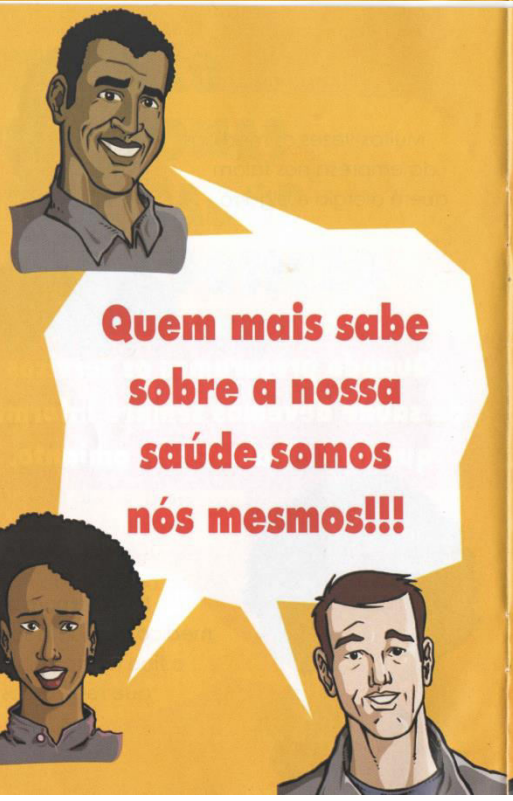
QUAIS SÃO OS SINTOMAS PROVOCADOS PELA EXPOSIÇÃO AO AMIANTO?



8

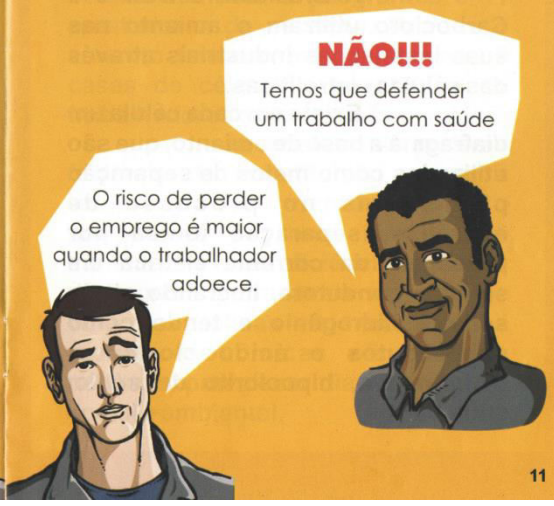
Quando procuramos os serviços de saúde devemos sempre informar que trabalhamos com amianto.

9



10

ENTÃO TEMOS QUE ESCOLHER ENTRE A SAÚDE OU O EMPREGO?



11

AMIANTO NAS INDÚSTRIAS DE CLORO E SODA

A Braskem, a Dow e a Carbocloro utilizam o amianto nas suas instalações industriais através das células eletrolíticas.

Existe em cada célula um diafragma a base de amianto, que são utilizados como meios de separação permeáveis no processo de eletrólise, separação iônica por passagem da corrente elétrica em solução condutora, liberando cloro, soda e hidrogênio e tendo como subprodutos o ácido clorídrico, dicloroetano, hipoclorito de sódio, entre outros.

12

A Braskem instalada no Pontal da Barra, utiliza este mineral carcinogênico e tem sonegado informações ao MTE (Ministério do Emprego e Trabalho), quando nos dados enviados para renovação de cadastro utilizadores do asbesto, consta somente 3 integrantes e 11 prestadores de serviços. Por ser o amianto também manipulado nas 3 casas de células a quantidade de trabalhadores expostos é bem maior.

Já existem alternativas factíveis de substituição, como a tecnologia de membranas não permeáveis de troca iônica, que substituem com eficiência tanto os diafragmas permeáveis de amianto como as células de mercúrio. As razões econômicas não devem, portanto, prevalecer diante do custo social e ambiental.

13

Não existe um tempo determinado para apresentarmos sintomas.

As doenças podem levar muito tempo para se manifestarem.

Devemos estar atentos e procurar periodicamente o serviço público de saúde.

14

Continuar trabalhando com o amianto não resolve o problema do desemprego, pois sabemos que quando o trabalhador adoece além de ser demitido pela empresa não consegue um novo trabalho.

SAÚDE E EMPREGO

SUBSTITUIR O AMIANTO É A MELHOR ALTERNATIVA

15

O AMIANTO PODE SER SUBSTITUÍDO?

SIM, e devemos **lutar** por isso!

Já existe substituto para o amianto, mas muitas empresas insistem em manter este produto.

16

Sabemos que muitos países já baniram o amianto. No entanto o Brasil é ainda hoje, um grande produtor e consumidor. Para que a substituição aconteça nas empresas em que trabalhamos é preciso irmos a luta **reivindicando condições** para que o **nosso trabalho** possa ser realizado **com saúde e dignidade**.

LUTAR PELA SAÚDE NO NOSSO TRABALHO É LUTAR PELA VIDA!

17

COMO PODEMOS FAZER ISSO?

18

A união, o debate e a troca de conhecimento entre os trabalhadores de sua empresa e os moradores da região é a melhor forma de lutar por mudanças e conquistar a saúde no trabalho.

A **ABREA** (Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto) foi criada por ex-trabalhadores que se uniram para

lutar pela **saúde**,
pelos **seus direitos**
e pelo **banimento do amianto**.

19

20

Você pode fazer parte dessa luta pela vida!!!

21

PROCURE-NOS.

ABREA/RJ 2756-2521
ABREA/SP www.abrea.org.br
CESTEH/ENSP/FIOCRUZ 2598-2682

www.rio.rj.gov.br/sms

22

SINDIPETRO AL/SE

Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe

Maceió/AL
Rua do Imperador, 389 - Centro - Cep: 57.020-670
Tel.: (82) 3221-0735 / 3221-0249
Tel/fax: (82) 3221-7786
e-mail: sindipetroal@uol.com.br

Aracaju/SE
Rua Siriri, 629 - Centro - Cep: 49.010-450 -
Tel/fax: (79) 4009-1866 / 4009-1871
e-mail: sindipetro-se@sindipetroalse.org.br
imprensa@sindipetroalse.org.br

Carmopólis/SE
Rua Aristides Fereira Leite, 40 - Centro
Tel.: (79) 3277-1068
e-mail: sindipetro-cp@sindipetroalse.org.br

Visite o nossa página:
www.sindipetroalse.org.br

23